



Universidades Lusíada

Silva, João Carlos dos Santos da, 1989-

Elogio da criatividade : as origens da arquitectura

<http://hdl.handle.net/11067/2533>

Metadados

Data de Publicação	2016-07-25
Resumo	A presente dissertação nasce da vontade de compreender os mecanismos mentais da criação na acção projectual e na vivência da arquitectura; de compreender o modo como o acto criativo é capaz de assimilar as questões base da arquitectura e as processa; compreender como a criação é a revelação do próprio sujeito, que em si mesmo é um mundo cujo gesto criador é dirigido para um mundo onde a criatividade se estabelece enquanto ferramenta relacional com o outro, com os outros. Reflecte-se assim sobre ...
Palavras Chave	Criatividade, Criação (Literária, artística, etc.), Arquitectura - Filosofia
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T09:45:22Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
Faculdade de Arquitectura e Artes
Mestrado Integrado em Arquitectura

**Elogio da criatividade: as origens
da arquitectura**

Realizado por:
João Carlos dos Santos da Silva

Orientado por:
Prof. Doutor Arqt. Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientador: Prof. Doutor Arqt. Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos
Arguente: Prof. Doutor Arqt. Fernando Manuel Domingues Hipólito

Dissertação aprovada em: 21 de Julho de 2016

Lisboa

2016



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Elogio da criatividade: as origens da arquitectura

João Carlos dos Santos da Silva

Lisboa

Maio 2016



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Elogio da criatividade: as origens da arquitectura

João Carlos dos Santos da Silva

Lisboa

Maio 2016

João Carlos dos Santos da Silva

Elogio da criatividade: as origens da arquitectura

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos

Lisboa

Maio 2016

Ficha Técnica

Autor João Carlos dos Santos da Silva
Orientador Prof. Doutor Arqt. Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos
Título Elogio da criatividade: as origens da arquitectura
Local Lisboa
Ano 2016

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SILVA, João Carlos dos Santos da, 1989-

Elogio da criatividade : as origens da arquitectura / João Carlos dos Santos da Silva ; orientado por Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos. - Lisboa : [s.n.], 2016. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - SANTOS, Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos, 1961-

LCSH

1. Criatividade
2. Criação (Literária, artística, etc.)
3. Arquitectura - Filosofia
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Creative ability
2. Creation (Literary, artistic, etc.)
3. Architecture - Philosophy
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA2500.C67 2016

A todos aqueles que tornam as ideias
complexas simples.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e família, que sempre estiveram presentes com o seu apoio incondicional, encorajando-me a percorrer o meu próprio caminho, acreditando em mim.

Ao Prof. Doutor Arqt. Rui Alves, pela partilha dos seus conhecimentos, pelo seu pragmatismo e pela sua visão particular do que é a arquitectura.

E em especial, ao Prof. Doutor Arqt. Joaquim M.C. Santos pela sua orientação, o seu apoio, a sua disponibilidade e toda a sua dedicação. Sem o apoio deste, a concretização do presente trabalho não teria sido possível. Agradeço a este por ter sabido estimular, cada vez mais, o meu interesse sobre o que é ser sujeito e a sua presença na arquitectura.

“Creativity is intelligence having fun.”

Albert Einstein

APRESENTAÇÃO

Elogio da criatividade: as origens da arquitectura

João Carlos dos Santos da Silva

A presente dissertação nasce da vontade de compreender os mecanismos mentais da criação na acção projectual e na vivência da arquitectura; de compreender o modo como o acto criativo é capaz de assimilar as questões base da arquitectura e as processa; compreender como a criação é a revelação do próprio sujeito, que em si mesmo é um mundo cujo gesto criador é dirigido para um mundo onde a criatividade se estabelece enquanto ferramenta relacional com o outro, com os outros. Reflecte-se assim sobre o modo como experienciamos a arquitectura e o mundo num sentido geral, e como essas experiências convergem na criação arquitectónica.

A Arquitectura é e deve sempre ser interpretada enquanto extensão expressiva do que é ser sujeito no mundo. A Arquitectura reflecte, portanto, uma natureza que em si mesma é inata no *ser* sujeito, que é o poder de *ser* e de definir a sua liberdade intersubjectiva através da sua acção criadora. O sujeito molda o mundo de modo a que neste possa plasmar as suas ideias, os seus projectos e ambições, traduzindo e orientando a sua atenção na formulação de acções construtivas, ou seja, na elaboração de projectos cuja permeabilidade arquitectónica seja capaz de integrar e reflectir em si estas suas novas realidades imaginadas.

O projecto é assim uma realidade objectiva, que se transcende a si mesma fixando sempre novas premissas, visando e perspectivando um futuro: um mundo a ser habitado. O conceito na arquitectura traduz essa mesma relação complexa de um habitar, delineando-se enquanto linha orientadora que define e estrutura toda a actividade projectual, que do sujeito derive. O conceito surge nesta perspectiva enquanto ideia potencializadora e unificadora de toda a atitude projectual, mas cuja expressão não é limitativa.

A Arquitectura impõe-nos, então, uma reflexão primeira: a criatividade. É desta actividade vivida, que emana do mundo e da necessidade de o habitar que a Arquitectura nasce. É inventada. A Arquitectura impõe-nos uma reflexão profunda sobre

o existir, sobre a criatividade numa variedade de expressões, não só artísticas, mas também científicas ou, simplesmente vivenciais. Um existir diário.

Mas os processos mentais da criatividade na Arquitectura aglutinam tudo, num único mundo, num único *cosmos*. A intuição e o raciocínio aplicado em toda a actividade projectual, o acto mental criativo que integra a arquitectura não é diferente daquele que é usado noutras disciplinas, noutras actividades humanas, apenas diferem o objecto e os processos de trabalho, e não se deverá subestimar o seu objectivo concreto: um habitar, que torna seleccionável a actividade criativa segundo uma intenção.

A abordagem filosófica aqui proposta, não ignora as potencialidades de outras abordagens científicas, tais como a histórica, a psicológica, ou antropológica (entre outras), mas procura antes centrar-se numa reflexão ontológica numa vertente mais filosófica sobre o individuo e a sua actividade criativa, que se encontra sempre presente no projecto arquitectónico. Reconhece-se que o Objecto Arquitectónico, pela sua materialidade plasmada no espaço e no tempo, pela sua qualidade enquanto objecto, não é uma filosofia, mas, pelo facto de ser uma criação do sujeito, esse objecto torna-se acessível, quer pela percepção, quer pelo acesso aos processos criativos investigáveis no próprio sujeito.

Palavras-chave: Arquitectura, Conceito, Construir, Criatividade, Espaço-Tempo, Habitar, Ideia, Inteligência, Juízo, Liberdade, Meta-Realidade, Natureza, Realidade.

PRESENTATION

In praise of creativity: the origins of architecture

João Carlos dos Santos da Silva

The presente dissertation comes from the will to understand the mental processes of designing and fashion architecture. Thus, of understanding how the creative act is able to process and absorb the basic principles of architecture. Also, of understanding how creation is the revelation of subject being himself a world heading towards another world in which creativity grounds on a relational basis regarding the other individual. We thus reflect on how we experience architecture and the world on a general way and how that experience converges on the architectural creation.

Architecture is and should always be understood as an expressive extension of what being subject in the world is. Consequently, architecture in itself reflects a nature innate to the subject. That is, the power the being has to define his intersubjective freedom by his creative action. The subject shapes the world according to mould his ideas, his ambitions and projects. He conveys his attention to constructive actions, to projects whose architectural permeability is able to embody new imagined realities.

Thus, the project becomes an objective reality that overcomes itself. It fixes new premises regarding a future: a world to be inhabited. The concept of architecture embodies that complexity of living and conducts the whole structure of design after the subject. Under this view, the concept arises as potential and unifying device of an unlimited posture regarding design.

Then, architecture puts us a primary reflection: creativity as a living activity that emanates from our need to inhabitate the world. Architecture is then born, invented. Architecture imposes us a deep reflection on being, on creativity under a variety of expressions, not artistic alone, but also scientific or, simply, existential, an everyday being.

Creative processes in architecture are overwhelming. They agglutinate everything into a single world, a unified *cosmos*. Thinking on the design process, reasoning, intuition and the creative act in architecture in itself are not different from other human activities. Yet,

architecture has different working processes that aim to its objective target: to live in. And thus creativity acts selectively according to this intention.

Our philosophic approach does not ignore potentialities of other scientific approaches such as the historical, the psychological, or the anthropological (among others). Instead, we focus our attention on an ontological reflection of the creative activity of individual found on architectural design process. We recognize the Architectural Object by its materiality shaped in space and time. By being object as such, it is not a philosophy, but rather a creation of the subject and thus it becomes accessible by perception and also by the creative processes inquired about the subject itself.

Keywords: Architecture, Concept, Creation, Creativity, Consciousness, Space-time, Inhabit, Idea, Intelligence, Judgement, Freedom, Meta-reality, Nature, Reality.

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Consciência e o acesso à realidade	17
2.1. O acesso à realidade enquanto problema fundamental para alicerçar o homem no mundo.....	17
2.2. Consciência de si como etapa fundamental do acesso à realidade	20
2.3. A natureza da inteligência e o acesso à realidade	29
2.4. A inteligência e a capacidade transformadora da realidade: o problema da acção	33
2.5. A acção geral e a localização na arte: particularidades	36
2.6. O problema da criação como expressão do carácter essencial do homem	39
2.7. O real e o irreal	41
3. O mundo da liberdade	49
3.1. O mundo da liberdade: o sujeito	49
3.2. Inteligência, liberdade e superação da realidade	53
3.3. Caos e razão: o problema da normalização	54
3.4. Tudo começa na percepção?	57
3.5. O estético, o inestético e o anestético: realidade e beleza.....	60
4. O relativo, o objectivo e o significado	65
4.1. O horizonte estético e a atribuição de significados: do estímulo à consciência ..	65
4.2. A atribuição de significados como problema da normalização: objectividade e subjectividade	71
4.3. A atribuição de significados e a relatividade cultural	75
4.4. A linguagem: do individual ao transcultural	78
4.5. Indivíduo e cultura: o problema da memória	82
4.6. Ciência: indivíduo versus cultura e a normalização da acção e da memória ...	86
5. A actividade criativa no seio do sujeito	91
5.1. Imaginação: subjectividade e razão	91
5.2. Criar: liberdade, subjectividade e razão. Tempo.	94
5.3. Criar: tentativa e erro (Karl Popper).....	97
5.4. Criar: como actividade de síntese do sujeito (sobre o objecto).....	100

5.5. Criação: uma caracterização	102
5.6. Criação artística: sujeito e valor.....	111
5.7. O corpo como produtor de significados: sujeito, objecto e valor	115
6. A proposta fenomenológica: Mente-Corpo-Mundo	121
7. Conclusão	127
Referências	131
Bibliografia.....	133

1. INTRODUÇÃO

Criar é viver. Dizer isto é claro. E, portanto, rejeitar indagar uma verdade bastante simples no seu cerne, é arriscar não compreender profundamente o acto de criar. Desde o primeiro momento, desde o seu despontar, que a humanidade tem trazido consigo atributos, que ultrapassam aqueles dos meros animais, na sua indagação por esta Terra, à qual com o tempo passamos a chamar de nossa.

Foi por meios criativos, por meios que derivam da inteligência e da força de vontade traduzida no agir, que o Homem conseguiu progredir, evoluir e atingir a magnitude de um viver, que as gerações actuais podem chamar de sua. Sem margem de dúvida, que o tema desta dissertação é relevante, não só para falar do que é criar uma arquitectura, mas também para reflectir que, enquanto sujeitos, a todo o momento e a todos instantes da nossa vida criamos, imaginamos, projectamos e apropriamo-nos de novas realidades, dando-lhe forma e conteúdo. A arquitectura limita-se a ser uma parte representativa destes processos criativos, não fugindo à sua transversalidade, nem à sua característica imanente a todos os seres humanos. Criar é viver e, portanto, viver é criar.

Ser humano, ser sujeito, é a afirmação clara do seu poder de transformação por meio da acção sobre o mundo que o envolve. O indivíduo não se limita a adaptar-se à realidade aparente, ao que conhece, mas antes em caminhar pelo desconhecido, criando novas vias para atingir os seus objectivos, as suas meta-realidades, traçando para si mesmo um futuro entre vários possíveis. Ele vive intervindo, seleccionando, inventando e inventando-se.

O sujeito cria a partir de si e estende-se a partir de si sobre o mundo perspectivando sempre mais, retirando sempre mais do que aquilo que lhe é dado, criando possibilidades onde antes nenhuma havia. Criar, é antes de mais acreditar no potencial que existe dentro de cada indivíduo quando posto perante o desafio do mundo, o desafio de habitar, não naquilo que ele seja num dado momento, mas sim, naquilo que pode vir a tornar-se. A arquitectura reflecte esse potencial de revelar o potencial que ainda não se encontra no sujeito-mundo, mas que lhe é imanente. É revelação de um desconhecido tornando-o conhecido e comum a todos, partilhável, com uma significação que ultrapassa a própria matéria, o próprio tempo, dando ao espaço novos espaços, criando lugares, criando um habitar exclusivo à interpretação do que é ser humano. A arquitectura é lugar de partilha, de participação num lugar. É presença num espaço e num tempo.

Neste mundo, no qual existimos, somos livres na medida em que criamos a nossa liberdade, pela nossa mão, pela nossa criação, criando um habitar que é nosso. Com as nossas meta-realidades, moldamos a realidade, moldando um futuro. E por essa mesma razão existimos, coexistimos, conhecendo as nossas possibilidades e as nossas limitações, e tornando-as em realidade no espaço e no tempo emanentes.

A arquitectura é o reflexo primordial, que em si demonstra toda a capacidade de ser sujeito. Clarifica o que é ser sujeito, o que é poder agir sobre aquilo que existe, sobre aquela realidade material nem sempre compreendida, mas sempre plena de significado para este. É que a arquitectura é suporte directo da própria vida. E a arquitectura revela-se, no concreto, por uma construção material plasmada no espaço e no tempo.

É na matéria que o sujeito se revela e deixa a sua marca, as suas ideias tornadas realidade, as suas vontades expressas, os seus princípios formulados. É no almejar uma transcendência, que vai para além da sua finitude, que o sujeito é sujeito. Somos matéria deste mundo, mas somos mais do que apenas isso, somos inter-subjectivos, somos espaço no espaço, somos tempo no tempo, somos infinitos nas nossas meta-realidades, porque tudo aquilo que somos é transversal, é transmitido ao longo de gerações, somos um passado, presente e acima de tudo um futuro, somos um devir. Somos um desconhecido, porque conhecemos, e acreditamos na nossa vontade expressa de existir para além de nós mesmos. Somos liberdade, porque nos perdemos nessa infinitude de possibilidades na limitação daquilo que conhecemos.

“Na densa espessura do bosque, uma luz, que sou eu, guia-me a mim próprio, que sou o viajante perdido.” (Marina¹, 1995, p. 219)

Foi sobre o manto desta perspectiva, com este intuito, que a presente dissertação aborda o tema da criatividade, não apenas sobre o processo do entendimento do que é a Arquitectura em si mesma, mas também sobre os processos intrínsecos e pertencentes ao sujeito, já que é por meio desta que o sujeito se pode revelar. É no levantamento de questões relativas à essência do que é ser sujeito, do ser criativo, que podemos atingir um conhecimento de carácter denominado universal. Aqui revela-se,

¹ **José António Marina** (Toledo, 1939 -) é professor catedrático de filosofia, ensaísta e pedagogo. Prémio Nacional de Ensaio, em 1993, é autor de Elogio e Refutação do Engenho, Teoria da Inteligência Criadora, Ética para Náufragos, El laberinto sentimental, El misterio de la voluntad perdida, La selva del lenguaje, Diccionario de los sentimientos (com Marisa López Penas), Crónicas de la ultramodernidad, A Luta pela Dignidade (com Maria de la Válgoma), Ditame sobre Deus, El vuelo de la inteligencia, El rompecabezas de la sexualidad, Hablemos de la vida (com Nativel Preciado), Los sueños de la razón, Memorias de un investigador privado, La creación económica, O Fracasso da Inteligência, Aprender a Viver, A Magia de Ler (com Maria de la Válgoma), Porque Sou Cristão, Aprender a Conviver, La revolución de las mujeres, O Medo - Tratado sobre a valentia, A Magia de Escrever (com Maria de la Válgoma), Competencia social y ciudadana (com Rafael Bernabéu), Las arquitecturas del deseo e la pasión del poder.

por excelência, o cunho universal inter-subjectivo do sujeito, na medida em que este se afirma enquanto indivíduo através da asserção da sua perspectiva individual cuja interpretação do mundo aglutina a realidade que o rodeia e culmina na sua acção criativa, validando a sua existência.

A fenomenologia integra-se aqui em justaposição com os critérios fundamentais que estruturam toda a experiência do mundo e inevitavelmente toda a experiência estética, desta forma fundamentando a validade das características individuais e subjectivas de cada sujeito na sua percepção e no decurso da sua experiência do mundo. É, portanto, na asserção de uma mente-corpo-mundo², que podemos afirmar, que o sujeito se completa a si mesmo e à sua consciência. E o seu conhecimento é sempre absoluto em relação ao sujeito, porque é tudo o que este conhece e, desta forma, a sua criatividade é em si mesma exclusiva e absoluta enquanto reveladora do sujeito.

As meta-realidades, são a consequência evidente deste processo que ocorre em si, mas só se tornam explícitas no exercício de uma acção quando dirigida e projectada para o mundo, para a realidade. E representam uma direcção da vida no espaço e no tempo. Uma direcção puramente criada. Uma invenção.

A arquitectura, portanto, mais do que uma meta-realidade é a revelação desta na construção de uma realidade, na construção do que é ser sujeito. O sujeito enraíza-se na arquitectura e a arquitectura no sujeito. E ambos se enraízam no mundo. É uma ancoragem perfeita onde se maximiza o potencial criativo do sujeito. A arquitectura materializa essa direcção no espaço e no tempo num sentido de partilha e de convite à experiência da própria vida.

Viver é criar. Criar, por vezes, não é criar Arquitectura. Mas, criar Arquitectura é sempre viver e inventar um mundo projectado num futuro.

Criar arquitectura é viver.

² **Mente-corpo-mundo** é um conceito desenvolvido por Martin Heidegger, que esclarece que a experiência perceptiva resulta de uma ligação estrutural entre a consciência, o corpo e as coisas mundanas.

2. CONSCIÊNCIA E O ACESSO À REALIDADE

2.1. O ACESSO À REALIDADE ENQUANTO PROBLEMA FUNDAMENTAL PARA ALICERÇAR O HOMEM NO MUNDO

Partindo do mundo, do espaço e do tempo formado, podemos apreender que o ser humano é e sempre foi matéria do próprio mundo porque estando e pertencendo ao mundo, a este se refere quando forma os quadros gerais onde se evidenciam a sua orientação. Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade, são respectivamente, representações do Homem no Mundo, do Ser no Universo, a representação de dualidades que estabelecem a relação primordial entre a sua referência material e um quadro referencial abstracto o qual permite o acesso a uma estrutura concreta onde este se estabelece e se enquadra, e na qual esta estrutura dá corpo e vida à dualidade material-abstracto, que a legitima reciprocamente (Rodrigues³, 2002, p. 28).

Assim sendo, quer a percepção do sujeito da acção do Tempo, quer a sua percepção do seu Espaço envolvente, revelam-se como fenómenos fundamentais constituintes e delineadores da existência e permanência do sujeito no *Mundo* – já que através do *Tempo* se constata a existência de uma consciência do momento, do instante, a qual, por justaposição de uma cronologia, nos conduz à noção da existência de um presente, à memória de um passado e à aspiração de um futuro. E neste futuro, introduzem-se e interiorizam-se de modo selectivo num tempo as qualidades estéticas que dão fundamento à existência de uma intrínseca liberdade artística humana. O tempo permite assim situar o sujeito e as suas criações no seu devir, tal como o espaço é o outro meio no qual se concretiza a sua acção sobre os objectos e, por sua vez, o seu enquadramento e posicionamento no seio das coisas.

“Uma palavra perdida é um acesso perdido à realidade.” (Marina, 1995, p. 13)

³ **Maria João Madeira Rodrigues** (- 2014) Professora Catedrática da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, onde foi directora do seu departamento de História e Fenomenologia da Arquitectura. Na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa foi docente de História e Teorias da Arte. Mais tarde colaborou com o curso de Arquitectura da Escola Universitária Vasco da Gama, em Coimbra, através de Seminários de Teoria Estética e Fenomenologia da Percepção. Revelou-se uma das principais figuras do ensino da Cultura Arquitectónica em Portugal e um exemplo como pedagoga. Paralelamente, foi directora do Museu de São Roque em Lisboa, membro fundador da Secção de Arte e Literatura da Sociedade de Geografia de Lisboa e directora da revista GEHA (grupo de estudos de historia da arquitectura) - Revista de História, e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo - Faculdade de Arquitectura da UTL. Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Posteriormente, doutorou-se em História de Arte e Arqueologia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Católica de Lovaina. Escreveu vários livros e artigos científicos no âmbito da Teoria da Arquitectura, entre os quais se destacam O que é Arquitectura, Tradição, transição e mudança: a produção do espaço na Lisboa oitocentista e Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura.

O Homem e as suas ferramentas: será que tudo começa mesmo no desenvolvimento e prossecução da linguagem? A linguagem já sou eu enquanto constituída em mim-para-mim ou é uma ferramenta para essa construção?

Porque a inteligência é consolidadora da percepção e o seu respectivo acesso a um mundo, que se baseia num sistema de factos naturais rigorosamente unido e contínuo, acreditamos que esse sistema incorpora todas as coisas, todos os significados emanentes desse mundo. Acreditamos na coisa e no seu significado, se o perdermos acreditamos que perdemos a própria coisa. A palavra, assim, é significado e já é acção inclusiva, é um juízo sobre a coisa, sobre o mundo, sobre nós, sobre o sujeito. A inteligência, pelo exercício de um juízo, torna o percebido num facto definitivo e operativo para acções subsequentes alicerçadas na percepção-inteligência-percepção. Mas, o juízo é susceptível de ser renovado.

Por isso mesmo, o mundo discernido, a realidade assim acessível, certamente, não apareceria ao homem se não se dessem as condições iniciais para que tal pudesse ocorrer no seu corpo através da sua biologia e por este meio desenvolver as ferramentas necessárias para incorporar em si todos os sistemas, que o rodeiam segundo as suas leis naturais de organização interna, e de ter a capacidade de se evidenciar sobre o próprio mundo e de o interiorizar através de ideias, significados, conceitos e palavras, e de não ser um mero objecto no mundo. Escala-se a montanha pela acção do corpo e com as palavras, a que esse mesmo corpo deu significado. A montanha sente-se como corpo (Merleau-Ponty⁴, 2003, p. 32).

A palavra surge neste contexto enquanto acção de atribuição de significados a uma construção mental conferida pelo mundo – sendo no mínimo a capacidade inata desta de esclarecer o seu significado fundamental em todo e qualquer processo criativo. Palavra-Gesto-Acção reúnem-se no corpo, expressam-se através do corpo, são criação activa do sujeito. A montanha sente-se na palavra.

Parece que só é possível “apreender” o que se “percepção”. A palavra pode surgir como conhecimento *a priori* porque é a primeira adesão da percepção à reflexão e é susceptível de mediar a acção, nomeadamente a que cria e desenvolve o conceito de habitar através de um construir. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. É, portanto, através da palavra que estabelecemos o caminho, o meio, o acesso. O habitar

⁴ **Maurice Merleau-Ponty** (1908 - 1961) filósofo fenomenólogo francês. Nasceu em Rochefort-sur-Mer. Leccionou na Universidade de Lyon e desde 1949 na Universidade de Paris I. Foi co-editor da revista *Les Temps Modernes* com Jean-Paul Sartre, de 1945 a 1952. A sua contribuição teórica expressa-se em livros como: *Phénoménologie de la perception* (1945), *L'Œil et l'esprit* (1961), etc.

surge assim como um conceito que relaciona o envolvente empírico de um sujeito, com o espaço que realmente existe, levando à consciência do sujeito de uma apropriação deste onde ele impõe o seu acto de estar (Heidegger, 2001, p. 125).

Coexistindo, pois, simultaneamente o sujeito, o mundo e os objectos, o conhecimento de um *a priori* surge assim enquanto um mediador de relações dos valores que determinam a intencionalidade da acção na consciência. O ser humano está sempre apto para o mundo, que por seu lado lhe abre à experiência a inteligibilidade da significação. Em si, a significação cria a coisa, o mundo e o sujeito, na participação activa sujeito-coisa-significado, que se consolida de modo inquebrável quando o significado constatado é autêntico, adequado a uma experiência da coisa (Rodrigues, 2002, p. 25).

Ou seja, através de palavras, num ciclo contínuo, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar se entender simplesmente possuir, e por possuir se entender como a invenção de um conceito, de uma realidade.

“«Poeticamente habita o homem a Terra», escreveu Holderlin. Sabemos o que o verso significa. Inteligentemente, habita o homem a Terra, iluminando nela o reino das possibilidades livres.” (Marina, 1995, p. 27)

O habitar, assim entendido, começa na palavra, o homem habita na palavra e a palavra habita no homem. É por este motivo então, que Holderlin, enquanto sujeito criador de palavras, de poemas, desenvolve um discurso onde cria já por sua vez um habitar porque este habitar me transporta inexoravelmente para esse Homem e a sua existência na Terra.

O acesso à realidade é assim o resultado da sua apropriação pelo sujeito. Os objectos não são apenas o resultado das suas qualidades intrínsecas, e estas não nos são dadas exclusivamente por via da percepção, mas, também, e principalmente por meio de uma interpretação e assimilação no sujeito da sua significação. Além disso, consoante e segundo a estrutura onde se enquadra, seja por oposição ou pelo processo da combinação de elementos, o todo formado de fenómenos solidários, tais que cada um depende dos outros e só pode ser o que é na e pela sua relação com eles. Esta ideia é o centro do que se chama inteligência criativa e a palavra serve-a (Alves, 2009, p. 69).

O que é particularmente importante é o facto de que não tem de existir, necessariamente, um pensamento (já definido enquanto pensamento) em todas as relações que o homem estabelece com o mundo. Mas estas relações já existem no seio

do sujeito e aí permanecerão podendo ser chamadas a desempenhar um papel em qualquer forma de percepção-inteligência, que se desenvolva *a posteriori*. Pelo contrário, é através das possibilidades livres da matéria, que qualquer relação emerge. A inteligência perceptiva tem um carácter espontâneo e imediato e constitui o substracto sobre o qual a interpretação, o pensamento, e qualquer significação vem assentar.

Nestes tramites, ou circunstâncias, não existe nenhuma ruptura aparente, sendo que se torna impossível dizer onde acaba a natureza e onde começa por sua vez o ser humano e a sua expressividade. É, portanto, no sujeito que se manifesta interiormente o sentido expressivo do mundo – já que o sujeito não apreende a realidade de acordo com o seu invólucro exterior, mas vive-o de dentro e está nele englobado. Seja como for, o mundo está à sua volta e no seu interior, e não necessariamente à sua frente. E o sentido expressivo do mundo é, definitivamente, uma criação do sujeito.

2.2. CONSCIÊNCIA DE SI COMO ETAPA FUNDAMENTAL DO ACESSO À REALIDADE

Tudo começa no Sujeito ou no Mundo dos objectos com os quais estabelecemos relações de valor?

Estar no mundo é, sem dúvida alguma, uma estrutura fundamental do Ser. Essa totalidade é óbvia e concreta. Contudo, é só através do sujeito e no sujeito, que este pode almejar alcançar o interior do que é Ser, pois é unicamente aí que este se depara com um ser possuidor de interioridade e que é apenas essa interioridade. Não existe, pois, qualquer relação transitiva entre o sujeito e o seu corpo, entre este e o mundo, e é exclusivamente no seu interior que este pode ser transcendido absorvendo tudo o que foi dado ao sujeito pelo seu corpo. Assim é, e nada pode ser feito em contrário. Ao mesmo tempo, é verdade que o mundo observado é o que vemos e que, contudo, é necessário aprender a vê-lo. E na visão resultante, em primeiro lugar, temos de estar atentos ao facto de ser revelar uma consciência dirigida por uma reflexão, por um saber, onde surge a interioridade do sujeito realmente compreendida, inteligível (Merleau-Ponty, 2009, p. 12).

Porque o que pensamos sobre a inteligência é o que pensamos sobre nós próprios, e o que pensamos sobre nós próprios é uma parte real do que somos. Dentro de cada cultura, dirigindo-a como um destino que se disfarça de livre acaso, existe uma ideia do que é a inteligência e do que é um ser humano. (Marina, 1995, p. 13)

É assim que a consciência esconde a si própria o problema da inteligência sobre a qual, no entanto, está construída. Mas o que pensamos sobre a inteligência é já em si a inteligência a pensar sobre si própria.

Atribuímos qualidades a nós próprios, ao mundo e às coisas que o compõem. A situação do Ser no mundo antes de qualquer reflexão e da sua iniciação na existência através dela, só pode ser contextualizada no seu sentido absoluto se forem consideradas todos os seus traços característicos como efeitos secundários de uma existência primária de uma componente biológica, que ocorre no ser enquanto um conhecimento *a priori* que estipula as suas necessidades essenciais determinantes à sua sobrevivência.

O acto de “habitar” torna-se assim central no processo criativo e testemunha um contexto histórico, um espaço e um tempo, onde há lugar à interpretação do ser humano ao longo do percurso espacio-temporal que sedimenta a civilização. Pela sua originalidade intrínseca, o acto de habitar superou a necessidade exclusiva de sobreviver e deu assim margem para a abertura à existência da própria cultura. A nossa compreensão do que é ser sujeito é o reflexo da tomada de consciência das nossas próprias “limitações” que coexistem em nós no nosso próprio tempo.

Segundo Heidegger⁵, a intenção de um construir já é em si mesmo um habitar. O habitar traduz-se, assim, na projecção do nosso “Eu”, a percepção do espaço através das nossas vivências e da forma que no dia-a-dia nos apropriamos dele, não podemos constituir algo sem o ter mentalmente construído e apreendido. Nestes termos, construir surge-nos enquanto revelação da capacidade de uma projecção de um futuro por meio da activação de vivências perceptivas até ao presente. Assim, o habitar reflecte, não só a sistematização de processos de um dado indivíduo sobre um dado espaço, mas também as suas necessidades, que criam o espaço moldando-o para além da realidade física, ultrapassando-a e recriando-a através da simplicidade de uma imagem dos desejos e sonhos criada pela nossa compreensão das suas possibilidades no próprio homem; gerando realidades espirituais e metafísicas. É por isso que no habitar o homem se transcende e cria o verdadeiro lugar para a arquitectura, o seu espaço e o seu tempo.

⁵ **Martin Heidegger** (1889-1976) foi um filósofo alemão da corrente existencialista, um dos maiores filósofos do século XX. Foi professor e escritor, exercendo grande influência em intelectuais como Jean-Paul Sartre. A filosofia de Heidegger baseia-se na ideia de que o homem é um ser que busca aquilo que não é. Assim, o homem seria sempre um projeto inacabado. Martin Heidegger escreveu obras importantes, entre elas, Novas indagações sobre lógica (1912), O problema da realidade na filosofia moderna (1912), O conceito de tempo na ciência da história (1916), O que é metafísica? (1929), Da essência da verdade (1943), Da experiência de pensar (1954), O caminho da linguagem (1959) e Fenomenologia e teologia (1970).

E, então, a arquitectura é transcendência e cria condições para a transcendência. Não é um mero habitar ali.

Denominamos, assim, provisoriamente, “construções” as coisas que já são conceito e propiciam estância e circunstância à inteligência. Têm esse nome porque são produzidas através da construção implícita de significados e são construções no espaço e no tempo. As coisas são assim materiais e também a representação de processos, ou do encerramento desses mesmos processos numa síntese material, e esse é o motivo pelo qual se podem constituir em percurso, um percurso a percorrer para a própria transcendência da matéria através da matéria. E aqui é o lugar da experiência humana, que atestará a veracidade da construção conduzindo o sujeito à sua essência (Heidegger, 2001, p. 134).

As ideias representativas da acção criadora são “lugares” porque representam, ou vinculam, um espaço e um tempo e propiciam assim à inteligência uma estância e uma circunstância, que por sua vez integram, organizam e amplificam as possibilidades de acção directa sobre o espaço. As ideias não só vinculam a relação entre lugar e espaço, mas também esclarecem o relacionamento entre o homem e o lugar num tempo, onde o homem se “demora” levando à avaliação das essências dessas coisas como lugares. Lugar é permanência (Heidegger, 2001, p. 134).

Conforme justificarei mais adiante, não existe desenvolvimento da inteligência humana sem uma afirmação enérgica de subjectividade criadora. O criador selecciona a sua própria informação, dirige o olhar para a realidade e define as suas próprias metas. Ignorar estes aspectos equivale a ignorar os aspectos mais essenciais da inteligência humana. (Marina, 1995, p. 16)

Construir é, portanto, a melhor representação conceptual do “Eu” e do “Ser”. O “Eu” alicerça o acto de pensar, racionalizar e personificar um conjunto de intenções relacionadas com o acto de “habitar”. O “Ser” orienta e estrutura a utilização de uma inteligência própria cujos conceitos são únicos num determinado envolvente, mas as suas preocupações poderão ser facilmente generalizadas. Neste contexto o “Eu” e o “Ser” participam na caracterização do objecto de modo mais acutilante e profundo do que uma simples representação. O “construir” pertence inexoravelmente ao “Eu” e ao “Ser” e vice-versa (Heidegger, 2001, p. 127).

E aqui podemos falar de uma poética, que é constituinte do ser. Emocionar-se perante um construir é sentir a essência estética da construção e movê-la para a arquitectura. Mas, nesta medida o “Ser” também se emociona de modo a construir e poder habitar. E essa poética confirma-se quando associamos a criatividade ao acto da criação,

inventando a substância espiritual, que iluminará a obra. Aí as novas formas não contrariam esta maneira de ver e sentir a Arquitectura e constituem o veículo que cria a sua densidade simbólica e espiritual. Esta poética encerra em si já uma predeterminação capaz de aglutinar a percepção estética do objecto e torna-se veículo privilegiado de uma intenção, de transmissão de valor.

“Em sentido estrito, a inteligência humana não existe. Apresso-me a acrescentar que não existe como capacidade independente. O homem não tem a faculdade de perceber, recordar, imaginar, comparar, conceptualizar, decidir e, além disso, de ser inteligente.” (Marina, 1995, p. 23)

“Não há inteligência. Há um olhar inteligente, um recordar inteligente, um imaginar inteligente, e por aí adiante.” (Marina, 1995, p. 23)

Portanto, o Objecto surge assim e é um pretexto para o Sujeito se revelar e, por sua vez, a inteligência é a revelação de uma construção e organização intrínseca e sucessiva de blocos de informação adquiridos por via da experiência e da reflexão. A inteligência humana não é um modo qualquer de ser sujeito, um tipo de extensão do sujeito, é o lugar onde toda a acção criativa a que ela chama de sua emerge. É um lugar que ela habita e onde se transcende. O sujeito que a anima não é para ela um objecto entre os objectos, e ela não depreende tudo o resto enquanto premissa já por si implícita. A inteligência é um “lugar” privilegiado de “gestão” do ser, onde este exerce e expressa a sua liberdade e se cria a ele próprio.

A inteligência humana é uma *inteligência computacional que se autodetermina*. E esta capacidade de interiorizar os sistemas de controlo produz uma surpreendente transfiguração de todas as faculdades. O olhar torna-se inteligente quando é dirigido por projectos inventados. (Marina, 1995, p. 24)

Então, um projecto inventado é já em si uma revelação explícita da inteligência. Necessita-se deste olhar porque há necessidade de um reconhecimento ou não haveria consciência. Um mundo que existe e o é segundo a minha inteligência criativa a qual, por sua vez, através da minha perspectiva subjectiva se torna interdependente de mim, que é para mim um afim de ser em mim, de ser mundo através de mim. E o projecto ao tornar-se arquitectura traduz um valor porque é manifesto daquela transfiguração de todas as faculdades para um sentido de habitar, a arquitectura é uma obra inteligente pela sua própria natureza.

O que caracteriza o olhar inteligente é que aproveita com suprema eficácia os conhecimentos de que dispõe. Mas, acima de tudo, orienta a sua actividade por meio de projectos. Cada vez que escolhemos para onde olhar e a informação que queremos

extrair, deixamos que o futuro antecipado pelas nossas metas nos guie. (Marina, 1995, p. 35)

O “aproveitar” é uma acção dirigida, que aponta para um caminho possível. Contudo, um caminho específico não esgota as possibilidades da existência de um outro. A acção dirigida do ser localiza-se no *eu* e no *mais eu próprio do que eu*, onde todas as possibilidades convergem no seu aquém do mundo e da história. O sujeito é o condutor da acção e, por sua vez, é o recipiente do devir e das suas infinitudes de possibilidades em si coexistentes. Mas, se o olhar não optar por uma direcção concreta torna-se inconsequente e não gera um acto concreto, não existe obra, o olhar inteligente extingue-se. Acaba aí o seu caminho.

“Assim, portanto, o olhar torna-se inteligente - e, por isso, criador - quando se converte numa busca dirigida por um projecto. Ver, ouvir, escutar, cheirar, não são operações passivas, antes explorações activas para extrair a informação que nos interessa.” (Marina, 1995, p. 35)

O olhar é uma construção baseada numa sucessão de olhares. É, assim, um ver. O sujeito imerso no visível graças ao seu corpo, também ele é visível. Contudo, aquele que vê não se apropria daquilo que vê: apenas se abeira com o olhar, acede ao mundo e, por seu lado, esse mundo, do qual faz parte, não é em si matéria, mas a experiência do material condu-lo de algum modo naquela construção meta-material. O interesse não se perscruta no além do indivíduo, mas sim, no próprio indivíduo.

As coisas não têm a capacidade de ser interessantes nelas mesmas, agem antes como um fenómeno passivo à espera de ser despertado pelo sujeito, que no seu ângulo de acção as desperta do seu torpor através da significação que lhes induz. O interesse é uma noção, ou entendimento, já processado pela inteligência, é uma reflexão sobre um fenómeno que é dado ao indivíduo através da utilidade que lhes impregna. Por este motivo, o olhar quando pertence a um sujeito activo torna-se inteligente, ou seja, criador, e desenvolve-se na sucessão dos seus olhares depreende aquilo que quer ver na miríade de coisas que povoam o mundo. O olhar torna-se inteligente quando se apropria da significação das coisas e as interioriza, vê na matéria o reflexo do que é ser sujeito.

A dificuldade do projecto de arquitectura será, então, a partir desta apropriação que cria um objecto, que se afirmou como interessante para nós, ser capaz de o rever, de recolher experiências semelhantes e de inventar novas experiências através de um novo objecto: um novo ser criado.

É no sujeito que se revela a sua motivação através do entrelaçamento da sua “vida” com as outras “vidas” do seu corpo, com as coisas visíveis, pela confrontação do seu campo perceptivo com o dos outros, pela mistura da sua “duração” com as outras “durações” (Merleau-Ponty, 2003, p. 56). Através da permanência da sua atenção, nas coisas, define a sua duração, aquilo que ele dedica de si em direcção ao mundo que é nele mesmo reflexivo. E neste processo assegura-se o acesso, pela reflexão, a uma consciência do ser criativo que existe em si embora ainda esteja longe de descobrir o que esse processo é no que diz respeito às suas operações reflexas de um carácter biológico.

“O organismo é um sistema em contínuo movimento.” (Marina, 1995, p. 89)

Este assegura a continuidade dos processos existenciais: assegura a inteligência, mas não é exclusivo nem obrigatoriamente demonstrativo da inteligência. Que “Ser” é este, que distingo tão facilmente dos restantes animais e do qual me aproprio por via de uma consciência meta-realística e inata do valor do que é ser-se humano, que se constitui na maneira essencial de Ser, que conduzido pelo pensamento e assegurando a sua comunicabilidade, dotado de urgência no viver manifestada na vontade intrínseca de realizar a sua obra mesmo quando tal obra se insere entre a necessidade e a satisfação de uma necessidade, isto é, a elaboração de uma acção conduzida a uma finalidade, a um objectivo a si proposto? Existe a necessidade no sujeito de viver num contínuo, em movimento, de se realizar através da acção, de realizar a sua potencialidade de ser sujeito no mundo (Rodrigues, 2002, p. 26).

“É certo que nos movemos por motivos complexos e que são os nossos desejos ou necessidades que nos impelem à acção.” (Marina, 1995, p. 89)

O esclarecimento do desejo de uma vontade é já em si inteligência revelada. As coisas do mundo aparecem como objectos passíveis de valoração, primeiro porque se dão a conhecer, e depois porque podem desempenhar uma função, um uso, tornam-se úteis. Trata-se assim de compreender e deste compreender decorre a faculdade de poder agir ou desejar, isto é, a de fazer existir, que exige um poder ser e onde se expressa a abertura e a entrega ao mundo, em suma, ao viver. Conhecer é, pois, viver com as coisas e entendê-las, é saber delas num sentido extremamente amplo relacionado com a vontade e o desejo. Conhecer é já viver num mundo que se quer arquitectónico onde acontece o meu existir.

“A fenomenologia dá-me o último golpe: toda a consciência é consciência de alguma coisa, e em cada acto de consciência atendo ao objecto que constituo. A atenção é a intencionalidade.” (Marina, 1995, p. 109)

A constituição do absoluto faz-se pela intencionalidade da consciência que me absorve, a mim, ao objecto e ao mundo: revelando assim a essência da inteligência. O movimento pelo qual vamos de nós próprios para o mundo da percepção subentende incessantemente o movimento descendente que um pensamento dirigido julga realizar do absoluto para si mesmo e, por isso, o que o sujeito estabelece não é nunca o absolutamente absoluto, mas o absoluto em relação consigo. Aqui se encontra o problema original da consciência, que só é possível saber que esta existe a partir do momento em tomamos consciência da sua existência e da nossa enquanto indivíduo (Merleau-Ponty, 2009, p. 11).

“A atenção não faz nada. São as outras actividades mentais que se exercem atenta ou desatentamente.” (Marina, 1995, p. 109)

A atenção é a porta que abre e delimita o nosso acesso ao mundo, é através desta que conduzimos as nossas actividades nele. Se esta se encerra, todas e quaisquer actividades encerram-se com ela. O mundo imediato, o de aqui, o de agora, equivalente à experiência directa, e o mundo circundante, intuição que alude a uma determinada espacialidade, mas de modo não expressamente conceptual, desenvolve-se mais no sentido da experiência inacabada dado a atenção dirigir o foco do que é olhar numa operação consciente e dirigida, e dessa objectividade depreende-se, por sua vez, a relatividade de tudo o que se escapa a esse mesmo foco, torna-se fugaz e a experiência revela-se incompleta. Porventura, será por desejar ser expressa, que a acção para permanecer no tempo precisa de ser dirigida, caso contrário perde-se no tempo, dilui-se nas coisas do mundo e ambos se perdem reciprocamente. Sem a acção dirigida pela a atenção, o sujeito corre o risco de se perder na sua própria significação do mundo, sem objectivo, sem uma linha orientadora, que o faça emergir do mundo, que existe nele. O interesse pela atenção surge no olhar como acção da inteligência; sem essa o sujeito torna-se um ser passivo e transitório. Por isso o objecto de arte convida a olhar, o objecto arquitectónico convida a um percurso, a um habitar, a um permanecer.

“O sujeito tende, inclina-se para algo, sente interesse pelo que vai acontecer, ou pelo que já aconteceu.” (Marina, 1995, p. 110)

A inteligência revela-se numa direcção, expressa-se num objectivo, numa meta. E é com essa direcção que ela emerge do reino da abstracção, que acumula com o reino da

experiência. Aprofundando o sentido da palavra, o mundo é já a essência dos que nele são. Na vida, o mundo aparece povoado de coisas que aí aparecem, isto é de fenómenos, mas, em si, a vida é-nos familiar e clara enquanto ser participante e activo de tudo o que é vivo. Tal noção engloba o saber da representação da vida na natureza e cristaliza-se na ideia do que é ser sujeito.

“A realidade não é por si mesma *interessante*, mas atinge a aristocracia do valor ao conceder-lhe eu o meu *interesse*. Tiro dela o que ponho.” (Marina, 1995, p. 111)

Em si mesma, a Realidade é um ali desconhecido, permeável, mas tangível. Só quando se constitui e ganha forma através de mim é que se torna interessante. A presença do sujeito no mundo significa, contudo, a interiorização da sua existência através do recurso às coisas naturais, comuns até, mas, todavia, interessantes como possíveis da sua valoração. O interesse existe no interior do sujeito que é projectado para o mundo, segundo os seus critérios subjectivos que a inteligência se dispõe a absorver e interpretar.

“O que vemos revela-nos o que somos, porque apenas captamos o que sabemos captar e, portanto, o mundo que experimentamos é um retrato nosso em negativo.” (Marina, 1995, p. 156)

Revela-nos o que somos face a nós próprios e face ao mundo. Ambos, eu e o mundo, deixamos assim de ser abstractos, mas o caminho para a abstracção também se abre de modo mais intenso. Essa revelação só se fará admitindo a dupla polaridade da interiorização, e que, como dizia Hegel, entrar em si também é sair de si. O ser sujeito subsiste nas suas características internas, mas, contudo, é só na sua acção dirigida para o mundo que este se concretiza (Merleau-Ponty, 1997, p. 56).

“Só existe percepção inteligente, imaginação inteligente, memória inteligente, sentimentalidade inteligente, que não constituem uma amálgama de módulos mentais, mas sim diferentes capacidades de um sujeito unificado e unificador.” (Marina, 1995, p. 235)

São um contínuo denso multidireccional. Ao experimentar o mundo, o ser humano, tende a representar-se e a representar o objecto do seu pensamento como um Universal, que é uma ordem universal concreta, que se torna referênciável. Ora, tal conceito puro é, por si próprio, inaplicável directamente às coisas experimentadas, mas torna-se operativo por meio de esquemas que permitam a sua assimilação e respectiva

aplicação, adquirindo uma nova especificidade coexistindo com aquele Universal original.

É por este meio da unificação do indivíduo, que em si unifica a sua existência no mundo, que se regista a reunião de todas as suas faculdades na convergência do que é ser sujeito, um ser, um corpo, um mundo, o qual, sem o mesmo denominador comum capaz de englobar e assimilar aquilo que existe numa única experiência do mundo, careceria do sentimento de identidade do que é ser sujeito. Seria por si mesmo impensável senão mesmo impossível.

Só é possível existir e coexistir um sujeito, que é sujeito num mesmo espaço e no mesmo tempo. Só existe um mundo, que é real para esse sujeito, porque a existência de outros mundos dispare do deste trariam uma incongruência que poria em causa a sua própria existência. Na unidade do ser, o sujeito e o mundo surgem numa comunhão homogénea. Um não se distingue do outro, porque um sem o outro cessa de existir. A envolvimento do mundo circundante implica assim a espacialidade do estar, um permanecer que nos torna permeáveis a viver a arte dentro da arte, a arquitectura dentro da arquitectura.

“Trata-se de saber qual é o modo mais inteligente de ser inteligente.” (Marina, 1995, p. 256)

“[...] que o modo mais inteligente de ser inteligente é criar a liberdade, a verdade e a dignidade.” (Marina, 1995, p. 265)

Será que a inteligência procura, de facto, um modo de se exprimir? Se não o procura, aqui, é através de mim que reflecte a sua ausência. Isto é, contextualiza-se numa reflexão ética. O mundo emprega-se como conceito signifiante da existência na intuição da analogia entre o ser e o objecto, portanto, como ôntico, ou seja, na relação constituída por dois termos que se desenvolvem por fundamentação recíproca e incluem o estar nas vertentes ontológicas compondo uma filosofia de existência; termos que incluem, tanto a percepção do fenómeno, como a totalidade do que está oferecido ao sujeito. No fundo, se pensarmos bem, podemos dizer que a inteligência tem uma capacidade de apropriação, que consiste numa dualidade, por um lado aproprio-me do mundo, e por outro lado liberto-me desse mundo. É neste jogo, do apropriar e do libertar, que na realidade crio a arte, a arquitectura e, simultaneamente, me recrio a mim próprio, enquanto sujeito numa relação plena com o mundo (Merleau-Ponty, 1997, p. 67).

2.3. A NATUREZA DA INTELIGÊNCIA E O ACESSO À REALIDADE

O mundo e a minha experiência dele são a base da minha própria realidade construída. O modo de ser sujeito é o modo humano transfigurado pelas possibilidades criadas através de meta-realidades construídas. E a metamorfose das coisas é a condição natural do “Ser” humano, nunca o seu fim. É a mutabilidade da matéria, que gera a génese da acção criadora do sujeito e da sua condição única e privilegiada de transmissão de valor ao objecto.

E ser objecto é ser matéria transfigurada. E matéria é tudo o que nos envolve. Ela existe no contínuo do tempo, tal como o sujeito, e será por esse mesmo motivo, que conseguimos experienciar a sua transfiguração, que me permite por sua vez assegurar a humanização da arquitectura numa forma impregnada de intenção.

O homem pode suscitar, controlar e dirigir as suas actividades mentais. Dito de uma forma mais sentenciosa: a inteligência humana é a inteligência animal transfigurada pela liberdade. No animal não há um juízo. O juízo necessita de liberdade para se exercer. Esse é o modo humano de ser sujeito. É aqui que existe a vontade e a intenção. É aqui que se esclarece a capacidade de tornar a matéria imutável no facto criado e gerado, que, sob o ponto de vista exclusivo da projecção para um futuro, é a criação de uma meta-realidade. E para o sujeito não existe futuro sem esta meta-realidade, nem tão pouco haverá sujeito, que será substituído por uma condição puramente animal. Não haverá sequer um sujeito em construção.

Há, pois, uma verdade-mundo e outra do pensamento segundo o mundo. O sujeito é o elo de ligação entre estas duas “realidades”, é o ponto de intersecção onde estas se conjugam e se desenvolvem. Entramos assim no mundo das possibilidades onde uma realidade complementa a outra e vice-versa. No sujeito o absoluto e a infinitude do devir propiciam-se e transcendem-se através da acção dirigida para o mundo das possibilidades reais da matéria enquanto substância transformável. É na acção inteligente, que a realidade se confirma. É através da natureza do sujeito que a natureza do mundo se transcende. O sujeito é o reino das possibilidades que emergem da natureza. É a sua confirmação; a confirmação que a natureza age através de processos transformadores, que geram por sua vez criatividade, mas a própria natureza é em si adaptativa e, nesta medida, criativa. Pela inteligência atingimos o mundo, não para “ver” o que lá se encontra, mas para desvendar o sujeito nela. Para o sujeito a realidade é uma criação. É uma criação participativa (Merleau-Ponty, 2009, p. 13).

“A inteligência permite-nos conhecer a realidade. Graças a ela sabemos com o que contamos e podemos ajustar o nosso comportamento ao meio. Cumpre assim uma função adaptadora: permite-nos viver e *sobreviver*.” (Marina, 1995, p. 19)

A inteligência desperta-nos para o que há de problemático em si, no sujeito, na sua existência num mundo para além deste e na sua vivência do mundo enquanto criadora de uma realidade interior e privada – de tal modo que nunca deixamos de procurar uma solução que nos permita adaptar as suas às nossas necessidades. O mundo é o que eu percebo e apreendo. Mas na sua proximidade absoluta, desde que examinada e expressa, o mundo transforma-se também, inexplicavelmente, em distância irremediável. E se não supero a distância, não consigo participar. Poderão existir limitações no acesso ao mundo. A participação é então parcial e divergirá de indivíduo para indivíduo, mas haverá algo na verdade-mundo que é susceptível de unir as experiências (Merleau-Ponty, 2003, p. 20).

O homem assim considerado “biológico” segura duas pontas da realidade, pensa ao mesmo tempo que a sua percepção penetra nas coisas, e que o projecta aquém do seu corpo. Vive de modo a suplantar as suas necessidades, procurando no meio as bases existenciais para explorar a satisfação destas, e poder ser sujeito, não apenas biologicamente, mas também para alcançar os objectivos por si propostos.

Estes objectivos, ou metas propostas, próximas ou afastadas, estão, em todo o caso, justapostas e relacionadas com a sobrevivência do sujeito no mundo, e a satisfação destas necessidades, que talvez não estejam apenas “no seu interior”, não se encontram em parte alguma a não ser no seu corpo como coisa do mundo. Mas é também aí que se encontra a arquitectura como coisa do mundo e sem esta qualidade não existiria como tal, nunca se afirmaria enquanto revelação dum habitar.

Parece, doravante, impossível limitarmo-nos à certeza íntima daquela necessidade intrínseca de controlo sobre a acção primária da preservação da vida que existe e que se percebe. Vista de fora, a inteligência desliza por sobre as coisas, procura conhecê-las. Quanto muito se dirá, se se quer fazer *jus* à inteligência da acção sobre si mesma, que cada um de nós tem um mundo privado: onde tais mundos privados conjugam a necessidade de existir biologicamente com a necessidade de ser sujeito, e, contudo, eles não são “mundos” a não ser para o seu titular, eles não são o mundo (Merleau-Ponty, 2003, p. 21).

“Adapta-se ao meio, adaptando o meio às suas necessidades. Parece que não têm prazer na tranquilidade, e põe sempre o coração para além do horizonte, porque imagina

constantemente novas metas, que lhe criam incessantes desequilíbrios.” (Marina, 1995, p. 19)

Antes de mais, o Homem é a construção do Homem sobre o próprio Homem. Já que este habita o seu próprio corpo e em si, por possuir e dirigir o corpo manifesta um possuir inteligente. Este é o elogio da acção que se remete e tem por base a inteligência.

Toda a vida humana é uma lenta criação, fruto das interacções do indivíduo com seu meio que é o seu contexto. Portanto, a inteligência criadora levou ao desenvolvimento de características únicas que tornaram o sujeito capaz não só de se adaptar a um meio envolvente, mas de o adaptar de igual forma às suas necessidades. Por quê? Porque o meio envolvente cobra um preço para a sobrevivência do mais apto, e com isto este eventualmente o aprisiona num ciclo sem fim aparente (Bronowsky, 1973, p. 26).

Assim sendo, a imaginação do sujeito, a sua razão, a sua subtileza emocional e robustez, representaram as condições fundamentais, que lhe permitiram ao longo dos tempos transformar o seu meio envolvente antes mesmo de o aceitar como tal. Estas condições iniciais proporcionaram a existência de uma a série de invenções através das quais, de tempos em tempos, o homem recriou o seu habitat, sendo este o pretexto existencial para a configuração de um arquétipo diferente inserido num contexto evolutivo. E este habitat não é exclusivamente de carácter biológico, mas, sim, focado no seu âmbito cultural. O arquétipo modela, assim, um habitar (Bronowsky, 1973, p. 28).

A arquitectura é e deve de ser o reflexo da sociedade que a habita na medida em que deve responder em pleno a todos os indivíduos respeitando as suas variadas idiossincrasias. A arquitectura é o espaço que se adapta e se molda às funções das sociedades que a habitam. *Form follows function, space follows function, society creates function.*

Uma vida tão atribulada provém também da inteligência, que realiza uma desconcertante função: inventa possibilidades. Não apenas conhece o que as coisas são - o que dá segurança ao homem - como também descobre o que elas podem ser - o que provoca um constante desassossego. Falando em termos linguísticos, inventa o modo indicativo e, além disso o conjuntivo e o condicional: os modos da irrealidade. Juntamente com o foi, o é e o será, profere o teria podido ser, o poderia, o seria se. À percepção do existente junta-se o cortejo do que sobreleva o tempo: o arrependimento, a decepção, a esperança, o projecto, a antecipação, a ameaça. Submete-se ao tempo - que remédio! - e rebela-se contra ele, posto que conhece o presente e o passado - reinos do real -, mas pretende determinar o futuro - reino do possível -, para o que promete, projecta, previne, produz. Os animais têm futuro: o homem tem porvir. Antecipa-se a tudo. O ser humano seduz-se a si próprio, desde sempre. (Marina, 1995, p. 20)

Mas os modos da irrealidade, observados de perto, são juízos que proporcionam a construção da meta-realidade. O indicativo, o conjuntivo e o condicional criam formas de pensar sobre um passado e sobre um futuro, que se estendem da certeza à incerteza. Neste processo até o passado, enquanto construção da memória se pode revelar como uma meta-realidade.

Uma vida que se desenvolve atribulada ocorre certamente pelas decisões pessoais (internas) e sociais (externas), que qualquer sujeito tem de enfrentar no seu quotidiano. E estas estão repletas de incertezas e têm um impacto decisivo na sobrevivência do sujeito de forma directa ou indirecta. Requerem, por isso, um vasto repertório de conhecimentos sobre o mundo externo percebido e sobre o mundo que existe dentro do organismo, ou seja, o mundo correspondente às suas meta-realidades do passado e do futuro. Este, portanto, desenvolve estratégias com base nos processos criativos que estabelecem por sua vez objectivos, opções de acção, previsões de resultados futuros e planos para a implementação de objetivos nas diversas escalas de tempo.

Assim, o conhecimento do mundo estabelece-se a partir da acumulação de experiências, que sendo em si experiências do mundo também são elevadas ao nível da reflexão, de um conhecimento “puro” operativo a nível abstracto, que surge tanto no campo arquitectónico como no cerne de várias disciplinas e permite, não só a possibilidade da antecipação de um futuro, um “vir-a-ser”, como suscita novas ligações com um passado, um “ter-sido”. É razão humana operativa, capaz de conectar o que aconteceu com aquilo que virá, que é imanente, que metamorfoseia constantemente o passado e o futuro e torna a espacio-temporalidade do presente inteligível (Ferreira, 2013, p. 96).

O sujeito encontra-se em constante modificação, adaptação, assumindo uma sucessão de “estados” definidos por padrões variados de actividades em curso em cada uma das suas componentes internas que o definem. Tudo é metamorfose, seja no sujeito ou no mundo.

Que o homem deslumbrado pelas possibilidades do seu pensamento se afaste da realidade imediata, é aceitável. Que este venha a desenvolver um conjunto de meta-realidades sobre um princípio de extensão e projecção do seu “Ser”, é óptimo. Contudo, é necessário a alocação de uma atenção especial às consequências que daí derivam, por mais surpreendentes e prometedores, que esses voos tragam consigo. E tudo é aceitável, e acima de tudo razoável, quando estas meta-realidades conduzirem, como

é o caso aqui exposto, a uma melhor compreensão da realidade onde se insere. E é por esta razão, que a arquitectura enquanto produto de uma meta-construção, de uma meta-realidade, assegura um retorno perfeito à realidade e constitui-se como facto pleno para o advir de uma outra arquitectura num futuro.

Uma vez que as coisas e o corpo do sujeito são compostos pelo mesmo “estofa”, é necessário que a sua visão, de alguma maneira, se constitua nelas, ou melhor, que a visibilidade manifesta das coisas se desdobre nele numa meta-realidade: «a natureza está no interior», disse Cézanne. Significação, possibilidades, sobrevivência, habitar, estão ali perante do sujeito, só lá estão porque despertam um eco no seu corpo, porque ele as acolhe como suas *a priori* (Merleau-Ponty, 1997, p. 21).

O corpo do sujeito é ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que percepção todas as coisas que o envolvem, pode por sua vez também olhar-se, e reconhecer-se então naquilo que vê o “outro lado” do seu poder vidente. Ele vê-se vendo, toca-se tocando, é visível e sensível para si mesmo. Mas acima de tudo sente uma necessidade de ser elucidado, de compreender e almeja controlar os processos das coisas que o rodeiam. Para se superar, para melhor sobreviver.

“Com efeito, uma das características do engenho é que não sabe parar.” (Marina, 1995, p. 229)

Visível e móvel, o corpo do sujeito pertence ao mundo das coisas, é uma delas, encontra-se preso na textura do mundo, e a sua coesão é a de uma coisa. Mas, posto que vê e se move, ele mantém as coisas presentes e fixas na sua consciência, elas são um anexo ou prolongamento, estão incrustadas na sua essência, fazem parte da sua definição de ser no mundo, e o mundo é composto do mesmo “estofa” do corpo. Tudo o que o sujeito percepção está, por princípio, ao seu alcance, pelo menos ao alcance do seu olhar, e edificado sobre o plano do “eu posso”, de poder agir. Cada um destes planos está completo. O cumprimento de um objectivo prático surge como determinante e parece a matriz mobilizadora deste. Portanto o mundo visível e os projectos do sujeito são partes totais constituintes do mesmo “Ser” (Merleau-Ponty, 1997, p. 21).

2.4. A INTELIGÊNCIA E A CAPACIDADE TRANSFORMADORA DA REALIDADE: O PROBLEMA DA ACÇÃO

“É necessário conhecer o modo humano de ser sujeito.” (Marina, 1995, p. 17)

O modo de ser sujeito representa no seu seio uma necessidade de sobrevivência que, sobre um construir instintivo no contínuo gerador de processos criativos, é em si único. E que cria bases e potencialidades para outras eventuais criações, ou mesmo, aquelas que gradualmente se desprendem da sua necessidade intrínseca de sobrevivência. Viver é um objectivo: é o objectivo.

A realidade é expandida pelas possibilidades que a inteligência lhe inventa, ao integrá-las nos planos humanos. A própria realidade do homem também se expande. Já não procura apenas viver, mas antes sobreviver. Quer sobre-sair, sobre-pôr-se. Viver para além de si próprio. É isso que nos diz a enigmática expressão reflexa superar-se. Não é que viva acima das suas possibilidades, o que seria impensável: vive acima das suas realidades. (Marina, 1995, p. 19)

O sujeito possui uma meta-realidade gerada como fenómeno de autoconsciência. O sujeito é passado e futuro e é mundo. E em si, no pensar em si sobre si, cria um ser que se revela por vias de uma meta-realidade única. E o sentido de viver orienta esta meta-realidade para um devir.

Ou seja, existe uma imagem fiel de um ser interior já realizado, mas também o próprio meio pelo qual se realiza (Merleau-Ponty, 2009, p. 14). Ora, aqui não se trata apenas de confrontar ideias, mas antes, de as encarnar e fazer viver, e só as experimentando é que se pode saber do que são capazes. A disposição de um “habitar” pela permanência num “lugar” que já constitui a pré-figura de um espaço adequado, significante de um *a priori* cognitivo, na percepção do mundo, e de certo modo dele se apropriar num pensar habitar, é já envolver num conceito uma acção possível. A apropriação do espaço pelo sujeito é já *pré-sentir* uma arquitectura, uma vez que esta se desenvolve a partir da simulação do que pode ser habitável. Um apropriar é já por si mesmo um construir. Isto porque a acção de projectar uma meta-realidade e o objecto por si produzido apresentam-se ao sujeito de modo unitário, ultrapassando a tipificação da sua constituição, mesmo quando não enunciada (Rodrigues, 2002, p. 29).

“O possível, que ainda não existe, surge da acção da inteligência sobre a realidade. As coisas têm propriedades reais, sobre as quais inventamos possibilidades livres.” (Marina, 1995, p. 20)

A meta-realidade surge como uma revelação devidamente alicerçada no carácter real das coisas e do próprio sujeito, daí ser fiável e ser acessível à fenomenologia, que deve então aparecer aqui integrada com a possibilidade de descodificação da realidade pelo sujeito, ou através dele, e, por conseguinte, da vivência e da relação do “Ser” com a matéria e, logicamente, com todas as suas formas e significados adquiridos.

A meta-realidade não é uma mera ocorrência parcial ou segmentária do sujeito. É uma verdadeira operação de conhecimento. Não existe nela o único propósito de fazer exaltar as referências de um passado ou de um presente, mas tem sobre elas um juízo selectivo, que absorve a própria contemplação de um mundo exterior e envolve o sujeito na sua acção interpretativa, que descodifica os objectos, plasmando a sua visão do futuro. É a invenção do mundo subjectivo, invisível no plano material e não partilhável, ausência, contudo já presente no próprio sujeito, por oposição à materialidade do mundo objectivo, presença real onde se comunga uma partilha com o outro. É a preocupação em exaltar a importância das percepções humanas, na intenção única de evidenciar a existência do “Ser” nos objectos percebidos que criam e geram a experiência. Resumindo estas considerações, as possibilidades e as meta-realidades assentam basicamente sobre os fenómenos e sobre a vivência do homem no mundo (Ferreira, 2013, p.76).

“Contemplada a partir desta função, a inteligência converte-se em fecundadora do real, que adquire assim um carácter sem limites.” (Marina, 1995, p. 20)

A inteligência expressa-se, por excelência, numa Meta-Realidade. Pensar é experimentar, operar, transformar, com a única reserva de uma verificação experimental, na qual não intervêm senão fenómenos altamente «trabalhados», e que os nossos aparelhos mais do que registarem, produzem. O trabalho é a expressão fixa da vontade criadora, sem trabalho a forma germinal esbate-se e desaparece. O trabalho desenvolvido orienta e precede a capacidade de sonhar, conferindo-lhe tensibilidade e sentido. O trabalho é o exercício do ofício, de uma tecnicidade aplicada, mas é também a apropriação uma técnica como mecanismo de comunicação e quase linguagem. Pela obra, o artista diz, mas diz-se, constrói o objecto, mas também se reconstrói interiormente o trabalho de realização e a prova indispensável a que deve ser submetida a forma germinal (Rodrigues, 2002, p. 65).

“Estar com o objecto é atender. Quando Husserl diz que na atenção «o Eu vive no que executa», não está a ser mais profundo do que aquela frase.” (Marina, 1995, p. 112)

Exerce a actividade absoluta de apropriação de um-em-si-para-si-para-a-coisa-para-si. Por isso a arquitectura é tão íntima do sujeito enquanto coisa. Ela não imita o visível, torna visível, é o traçado de uma génese nas coisas. A necessidade de saber estudar e interiorizar a ordem das coisas que nos rodeiam: o sujeito perceptivo, emotivo, reflexivo e activo existente num meio capaz de sentir e projectar a compreensão de axialidades primordiais, espaço e tempo, quadros definidores da vida humana, que por isso mesmo,

desafiam o sujeito para a acção criativa. As axialidades proporcionam um modo de ordenar através da inteligência uma vivência caótica, criando, não um mundo físico, mas a ordem conceptual e significativa desse mundo. Tal parece ser a tarefa do sujeito criador.

O objecto produzido, quer expresso em fases meta-realísticas, quer dirigindo-se para a concepção material, constitui o corpo da realidade operativa, resultado de um longo processo que, sem reivindicar para si uma plena ordem inaugural, veicula, pelas suas qualidades sensíveis, a sua estrutura, as diversas significações que representam uma criação. Ao considerarmos, quer o seu conteúdo, quer a sua forma, intrinsecamente e reciprocamente unos, inquebráveis, o objecto revela-se pleno de intencionalidade estética, revelando uma prática evidente da inteligência criativa sobre a matéria.

2.5. A ACÇÃO GERAL E A LOCALIZAÇÃO NA ARTE: PARTICULARIDADES

A Arte é um produto excepcional das Meta-Realidades.

O que, ao contemplar uma obra de arte, produz em nós aquela peculiar euforia, essencial à experiência estética, é verificar o que a inteligência foi capaz de fazer com a realidade. Descortinamos na sua fecundidade a miragem de uma vida mais ampla, uma promessa não concretizada de felicidade. O aparente afastamento de limitações faz com que nos sintamos leves. (Marina, 1995, p. 21)

A limitação não surge no julgamento estético. O sujeito reúne-se com a sua própria totalidade e no conteúdo da obra de arte descortina-se a representação de uma ideia, de uma possibilidade mais humana, um conteúdo explicitamente humano.

Ao nível da percepção, o efeito que um objecto de arte produz sobre a capacidade representativa do sujeito é gerado na medida através da qual o sujeito é por ela afectado. Isto é, a sensação, a atribuição de significados novos à emoção, que estabelecem por sua vez relações com o sujeito, advém da capacidade representativa do sujeito. É a sedução do ser humano, desde sempre, através das obras de arte, que, destinadas exclusivamente à sua percepção, e por serem únicas as acolhem no seu "Ser". É através deste acto criador, que na consciência do indivíduo se revela e se esclarece a artificialidade do objecto. O objecto revela-se, portanto, através do acto perceptivo, que é em si uma verdadeira operação de conhecimento, de compreensão, da construção de uma estrutura aberta que é por si mesma a condição *a priori* para a metamorfose dos objectos no sujeito.

“Um intervalo é o espaço aberto pelo homem na realidade bruta, para trazer à luz as suas possibilidades. Essa é a obra criadora.” (Marina, 1995, p. 21)

Mas esse intervalo abre-se para ser preenchido com algo excepcional e não sendo a obra de arte uma realidade bruta, haverá que esperar a existência de algo supremo possuidor de um carácter excepcional. Desenvolve-se assim uma forma de apropriação do espaço e do tempo através da matéria que consolida a obra.

O sujeito trata a sua obra criativa a partir do esboço de uma ideia, que fica sempre por transcender, porque as suas possibilidades são infinitas. Mas a concretização do objecto em si mesmo através de uma materialidade plasmada no espaço e no tempo representa sempre uma transcendência em relação a essa mesma ideia. A obra é acção, escolha, conclusão de um processo que encerra em si a perfeição.

“Converto-o em meu, porque posso utilizá-lo. E, ao fazê-lo, o próprio objecto adquire uma nova objectividade - pessoal e comunicativa (a arte é uma expressão de comunicação) - de que tenho consciência.” (Marina, 1995, p. 83)

O Objecto de Arte é muito mais do que apenas uma expressão de comunicação. Através da união natural existente entre os seres e os objectos, e já que tais objectos são capazes de gerar estados de alma, são expressivos da significação do próprio sujeito e, por sua vez, comunicam-na. A obra de arte transmite assim realidades que são apreensíveis pela intuição sensível, organizadas pela qualificação da ordem espaço-temporal e entendidas simbolicamente pela intuição intelectual.

O trabalho da arquitectura, invariavelmente, acaba por se tornar num desafio. Um desafio, sendo este, uma constante procura de soluções para problemas práticos com aspectos funcionais que abordam características existenciais do indivíduo e do meio onde este se integra. Implica uma luta interna para superar os diversos problemas, que a medida que progredimos vão surgindo uns atrás dos outros. (Marina, 1995, p. 105)

O desafio torna consciente a meta-realidade enquanto pré-criação artística, enquanto processo que envolve o sujeito desde a sua autoconsciência à consciência da acção propriamente dita, que cria o objecto. Por isso o trabalho da arquitectura desafia a própria realidade, através das meta-realidades geradas no seio do sujeito. É relevante, contudo, levar em consideração que o próprio conceito de arquitectura é mais abrangente do que o acima referenciado.

Como ponto de partida podemos eventualmente aceitar que o conceito de arquitectura abrange três significações autónomas, mas relacionadas. A arquitectura como resultado de uma acção criadora dirigida pelo sujeito a fim de satisfazer as suas meta-realidades.

A arquitectura como objecto útil representativo do quadro da vida do sujeito, onde se explicitam as suas necessidades biológicas de um habitar e de um sobreviver. E a arquitectura enquanto obra de arte, isto é, através da caracterização do objecto criado, a análise do modo de produção desse objecto, de maneira a remeter tal objecto a uma ordem factual ou a uma valoração artística. A arquitectura mais do que a resolução de problemas existenciais no sujeito, é a expressão directa e intrínseca dos processos que do sujeito surge a valorização dos objectos quando integrados na acção criadora (Rodrigues, 2002, p. 9).

É pelo estabelecimento de uma ordem factual que o objecto se autonomiza do sujeito no seu destino que lhe é proposto pelo critério subjectivo do sujeito. Então a criação foi perfeita, quando assim assumida, quando dirigida para o mundo e não para si. Não para o interior do Sujeito. A arquitectura é uma criação, que se destina a ser autónoma do sujeito.

Portanto, o conjunto de processos, que o sujeito desenvolve, adquirem o seu sentido quando remetidos a uma actividade criativa, na atribuição de valores que descrevem uma tarefa cuja única finalidade é a produção de beleza plasmando a *forma* das meta-realidades do sujeito no espaço e no tempo. Como qualquer outro fenómeno, a arquitectura é *coisa*, o objecto submetido às condições universais de existência no mundo. O seu corpo situa-se no espaço e no tempo, determinando ordens axiais de permanência de que a matéria é a fixação.

“Diz-nos, por exemplo, que a arte não depende de operações novas, mas sim de um fim novo que orienta um uso diferente das operações mentais comuns.” (Marina, 1995, p. 169)

A arte, contudo, pode ser definida como um conjunto de processos, que visam obter determinados resultados constituintes pelo critério subjectivo do seu criador, sobretudo, na maneira de fazer, e, nesse sentido, equivale ao desenvolvimento da técnica, que também é um conjunto de processos desenvolvidos para atingir um fim, que levam - à descoberta, pelo o sujeito, de um mundo exterior onde a sua acção é ampliada (Rodrigues, 2002, p. 39).

“Na arte sucede o mesmo, como já analisei detidamente atrás. Sem inteligência não há problemas, mas nem todos os problemas que propõe são inteligentes, assim como nem todas as soluções.” (Marina, 1995, p. 255)

É no acto de emprestar o seu corpo e as suas ideias ao mundo, que o sujeito transmuta o mundo em *mais-que-mundo-para-o-mundo*. De modo a poder apreender estas transsubstanciações, o sujeito necessita de reencontrar o seu corpo enquanto ser operante e actual, aquele corpo que não é um pedaço de espaço, um feixe de funções, mas que é antes um entrançado de visão e movimento. Basta que este seja capaz de ver qualquer coisa para saber que pode aproximar-se dela e atingi-la (Merleau-Ponty, 1997, p. 19).

A arquitectura é *mais-que-mundo-para-o-mundo*. É simultaneamente material e espiritual.

2.6. O PROBLEMA DA CRIAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO CARÁCTER ESSENCIAL DO HOMEM

O poder de criar, a propensão para criar, assim designada por criatividade, surge como pano de fundo de toda a acção inteligente. Todavia, por si mesma, a criatividade é insuficiente como simples alusão da inteligência, já que a vontade de “criar” parece ser uma característica intrínseca do ser humano. Assim sendo, a passagem do sujeito que deriva das suas meta-realidades, que existem no seu interior, à acção criativa dirigida para o mundo é determinada por um processo intrinsecamente complexo. Ele está presente no sujeito, nas suas raízes primitivas e biológicas enquanto ser humano, mas, contudo, estas permanecem ligadas à inteligência, assim como às ordens profundas do sentir (Rodrigues, 2002, p. 62). E é neste sentir, que o ser se encontra consigo mesmo; mesmo que partilhável, este sentir é intrinsecamente seu. É uma revelação.

O “Eu” é esse sujeito completo em todos os sentidos da palavra e uno, indivisível, no seu conjunto de características próprias, que se distingue um de outrem, não na recusa da alteridade, mas na afirmação da qualidade. O limite da personalidade que pode tocar e toca frequentemente o originário, combinado com o espírito de inconformismo, identificação de valores, sentimento de consciência de si, em axialidades éticas, ontológicas e estéticas, em equilíbrio, ou por compensações inarmónicas, conduzem à acção cuja qualificação depende do carácter do sujeito. Carácter é o conjunto de modos habituais de sentir e de reagir, domínio de si, a audácia, a coragem, a harmonia de estados de alma e sua sublimação (Rodrigues, 2002, p. 62). E por isso o carácter torna a essência do estilo discernível, através do qual o artista liberta a capacidade criadora do carácter.

Cumulativamente, o seu temperamento, personalidade e carácter regem o processo a partir do sujeito e dão o significado intrinsecamente humanista ao estilo. O temperamento, ou seja, o conjunto de traços gerais da constituição biológica do ser, comunhão de instintos, inclinações, libido, actividades de desejos, é expresso transfigurando-se em originalidade vigorosa e numa certa urgência de afirmação, dilatada na função psicológica pela qual um ser tem a consciência e o sentimento do seu mundo interior (Rodrigues, 2002, p. 62).

“Nas actividades mentais mais simples está presente a criatividade mais surpreendente, ainda que em embrião. Entre o acto perceptivo e o acto criador não há um abismo. Uma das possibilidades de olhar é ser criador.” (Marina, 1995, p. 34)

Estamos, assim, a falar do que é revelação, por excelência do sujeito. A criatividade revela, no seu devir, a multiplicidade de acções e possibilidades passíveis de ocorrerem no mundo seleccionável através do sujeito, acusando assim a sua essência de fenómeno transcendente, que encarna o desejo humano. A forma da arquitectura é assim o reflexo do processo pelo qual as formas da natureza são modificadas pelas estruturas da acção humana. A partir desta relação, os sujeitos compõem as suas envolventes subjectivas que são sugeridas pelas matrizes da vida, que se constroem a partir de quaisquer significações para eles importantes.

O sujeito, independentemente do qual este seja, no momento em que dirige a sua atenção para o acto de criar, pratica uma teoria implícita daquilo que percebe, daquilo que vê, daquilo que consegue tornar explícito.

O sujeito terá sempre de admitir, que as coisas passam por si, que a sua inteligência transpõe o seu olhar para ir vaguear pelas coisas, uma vez que não cessa de ajustar nelas a sua existência. O mesmo torna-se válido se o sujeito não objectivar a sua criação, sobre um motivo: ele cria, em todo o caso, porque percepcionou, porque o mundo, pelo menos uma vez, gravou nele a cifra do que percepcionou, conscientemente ou subconscientemente. Este terá de assertivamente afirmar, que a visão é o espelho ou representação da concentração do universo, ou que, se abre através dela a um devir, que a mesma coisa está ali, no mundo, e aqui, no âmago da percepção, a mesma, ou, se se fizer questão, uma coisa semelhante, mas segundo uma similitude eficaz, que á analogia, génese, metamorfose do ser na sua percepção (Merleau-Ponty, 1997, p. 27).

“Há que analisar a actividade criadora nas suas manifestações mais elementares; nos actos que realizamos tão habitualmente que nos parecem comuns, quando são sem dúvida extraordinários.” (Marina, 1995, p. 34)

Dado que o sujeito se encontra presente na sua materialidade como corpo entre corpos e assim ocupando um espaço análogo ao ocupado pelo corpo humano, a actividade criativa está impregnada de vida-na-vida e é susceptível de ser interiorizada pelo homem como uma imagem virtual de si mesmo. A sua existência, por assim dizer, estende-se a muitas coisas, ou mais exactamente: a tudo, para se tornar o objecto do seu próprio prazer (Rodrigues, 2002, p. 40).

“De tudo isto me dei conta enquanto estava escrevendo, e ao mesmo tempo verifiquei que o homem só consegue conhecer-se através da acção.» (Marina, 1995, p. 202)

A consciência dirigida é, em si, uma acção. A inteligência criativa informa-nos acerca do sujeito criador, do objecto criado e do fruído, não com um carácter de receptor de uma mensagem, mas sim enquanto elemento activo na recriação da experiência estética. A inteligência criativa liga-nos ao mundo e transforma-o. Habita-o (Rodrigues, 2002, p. 46).

2.7. O REAL E O IRREAL

O Real e o Irreal encontram-se, entrelaçam-se, fundem-se intrinsecamente, tornam-se num instrumento do sujeito o qual medeia, então, a presença do sujeito no mundo, que vê, interpreta, recria, inventa. O Real e o Irreal no seio do sujeito apresentam-se como uma ponte, respectivamente, para o passado e para o futuro, porque o agora é um instante. É o elo que vincula o sujeito no mundo e em si mesmo.

“Por inteligência chegamos a ver o invisível. A nossa medida é desmedida, [...]” (Marina, 1995, p. 18)

O ser é ilimitado. E por consequência metafisicamente infinito. O ser humano não vive só da sua interiorização, isto é, precisa de igual forma de se idealizar no concreto pela sua realização por meio da acção, objectivando-se e temporalizando-se. O tempo é diferencial, a acção é unificante; associa o sujeito de forma determinante ao tempo. O tempo é a memória e a utopia, a acção é a sua representação sobre o real. O tempo é a causalidade e a problemática, a acção a sua consequência inevitável.

A meta-realidade emana da relação do sujeito no tempo com a acção, que transcende o tempo, que vai do tempo até ao sujeito, que inventa o sujeito. Imaginar o irreal é uma necessidade, é o inevitável. A Meta-Realidade, a projecção de um ver mesclado na imaginação, um mesclado da realidade transformada pelo tempo, revela já um infinito. Contudo, devemos tomar nota, que um eu infinito não é um eu sem tempo, sem acção.

Isto é, um eu infinito existe e é somente possível enquanto meta-realidade, em contrapartida um eu não revelado, não é explícito, é confinado a uma realidade exterior à qual ainda não chegou, é um eu sem realidade exterior, sem projecção exterior, embora exista já uma interioridade ontológica, que irá absorver o espaço e o tempo exteriores, que o definem, enquadram, e passam a ser parte de si-em-si.

A noção de sujeito existe e persiste através dos elementos que o compõem, pelas suas capacidades de sentir, de se emocionar, de armazenar vivências na sua memória e por sua vez com elas recriar-se, constantemente, tanto a si mesmo como ao mundo que o rodeia. O tempo inunda o espaço, está em todo o lugar. Inunda o sujeito e as suas acções. Pelos mecanismos intuitivos, provenientes do sensível, na realidade apreendida, deduzimos e introduzimos meta-realidades inteligíveis que a expandem e a revalorizam. O que caracteriza o sujeito é, portanto, a extensão e aplicação de processos criativos que estabelecem as relações necessárias entre as suas estruturas construídas e a realidade onde se inserem. Criar é bem mais um demorar-se junto às coisas. A Meta-Realidade torna a criação possível, é o lugar de todas as criações (Benchechi, 2012, p. 105).

“Pode desligar tudo. Essa inquietação, que converte a humanidade num permanente gerador de novidades ambivalentes, atribuímo-la, com razão à inteligência. *O homem possui uma inteligência criadora.*” (Marina, 1995, p. 18)

A inteligência é, em si, de facto, criadora. O “construir” que a gera é, em si, uma criação. O mundo e a minha experiência dele são a base da minha própria racionalidade. É sobre a estrutura do que conheço do mundo que ele se constrói. A Meta-Realidade é parte constituinte do sujeito e aglutina todas as suas expressões ou revelações e absorve, por isso, a inteligência. É na meta-realidade, que a inteligência se revela inteligente, aí ela é e pode ser fenómeno de transcendência que alicerça todas as acções futuras: uma projecção infinita do sujeito (Alves, 2009, p. 107).

“Um projecto é, antes de mais, uma ideia, uma irrealidade. Tropeçamos assim numa característica paradoxal da inteligência humana: tratamos a realidade por meio de irrealidade.” (Marina, 1995, p. 22)

E vice-versa. Por essa razão, em momento algum o sujeito pode afirmar que atingiu a essência última da realidade do mundo, o máximo que este pode almejar é providenciar uma descrição aproximada desta com base naquilo que percebe e depreende, uma imagem, que se limita a satisfazer as suas necessidades fundamentais e imediatas.

O projecto é prova da presença da meta-realidade como reveladora do sujeito. As meta-realidades não têm, nem podem ter, como objectivo, descrever a realidade tal como ela é. Pelo contrário criam o ambiente propício para a construir segundo quadros racionais de interpretação e previsão, ou seja, lançam sobre a realidade percebida um conjunto de aproximações, de possibilidades, à medida que estas nos vão revelando a sua convergência com uma realidade possível. As meta-realidades também se aproximam e asseguram a existência dos quadros referenciais, que dão significado à ciência.

O projecto é a construção do sujeito e por isso nele o sujeito se revela. Em si, a meta-realidade é uma forma de construção progressiva do sujeito. É também por esse motivo que não se pode aceitar que a criação se repita, que a obra de arte tem de ser única. O sujeito absorve o espaço e o tempo que não admitem repetições. Então, o sujeito, para além de ser único, também não admite repetições. Por isso busca na amplitude das suas acções uma originalidade criativa que exprima por sua vez o seu carácter único.

“Verifica-se que proporcionamos ideias à realidade, assimilamo-la através de conceitos, transaccionamos com ela utilizando palavras, sinais, símbolos. Inventamos verdades. Damos às coisas a possibilidade de confirmar uma verdade científica.” (Marina, 1995, p. 22)

A realidade existe e decorre num tempo independente da nossa vontade e o sujeito proporciona à realidade modos de apropriação passíveis de ocorrerem no plano da acção. Mas há uma convergência do espaço e tempo dessa mesma realidade com o espaço-tempo do sujeito ou a comunicação seria impossível de ocorrer. Isto também significa que a realidade, ela própria, já é participativa, já que é criação do sujeito em alguma extensão. Não existe absoluta em si mesma e independentemente do indivíduo.

A realidade é aparente, é uma ficção à qual o sujeito dá credibilidade, torna-a real através de si. A realidade revela-se, assim no sujeito ao ser sujeito. Por isso o projecto é ficção e método de aprendizagem. Não é imóvel, tal como o futuro edifício também o não será. Por isso a própria criança também aprende com ficções e a realidade não lhe é estranha. O projecto é uma forma profunda e extrema de intervenção no mundo e de criação da realidade. Por isso a arquitectura condensa extensivamente a actividade humana e tem de ser perfeita.

O sujeito move-se e, portanto, através das suas motivações meta-realísticas na sua aproximação à realidade, onde aquelas permitem explicitar a sua presença na Realidade sobre a qual aquele lança uma teia de estâncias e circunstâncias operativas,

que lhes dá os fenómenos tal como eles se revelam. E estas motivações metafísicas, que de si derivam, ultrapassam as suas necessidades meramente biológicas de sobrevivência. A vida move-se sempre em direcção ao futuro e a criação arquitectónica é uma participação efectiva nesse processo, por vezes, só por si, a arquitectura traduz esse processo.

Mas isto sublinha justamente o estranho poder, que as meta-realidades detêm de retomar o passado, de lhe inventar uma continuação. Mas, aí, não há paradoxos ou contradições, a arquitectura constrói pontes no sentido heideggeriano. Mesmo que haja metamorfose, ela não existiria sem um sentido comum ao passado e ao presente. Mesmo antes de ser uma irrealidade, a meta-realidade é uma necessidade expressa do sujeito para ser sujeito.

Assim, de irrealidade em irrealidade, chegamos à realidade, depois de percorrer um extenso itinerário de ideias, esboços, desenhos, medidas, planos, projectos, maldições e aplausos. E, no fim, a acção insere-nos irremissivelmente no real. Já sabemos mais alguma coisa acerca da inteligência: conhece a realidade e inventa possibilidades, e faz ambas as coisas *gerando e gerindo a irrealidade*. (Marina, 1995, p. 23)

Mas a irrealidade concretiza-se num objecto, aí torna-se realidade e produz a estrutura sujeito-objecto futura. De irrealidade em irrealidade não se chega ao absurdo, ao caótico, e, mesmo que a irrealidade degenere nestas instâncias, elas serão sempre susceptíveis de serem exercícios heurísticos que a sua concretização no objecto devolverá à realidade.

A inteligência revela-se na própria constituição biológico-metafísica do sujeito. Se o que é aparente para o sujeito se assemelha com a coisa em si, tal acontece porque a inteligência deste age sobre aquilo que é depreendido da visão aproximadamente como o faria a uma coisa. A visão num corpo, que é um fenómeno fundamental da percepção, permite *a posteriori* devolver à meta-realidade uma imagem, que surge como real porque se assemelha à constituição da coisa em si quando percebida.

Na medida em que a meta-realidade é uma projecção, aí, pode-se afirmar que o aparente engana a visão porque é uma construção, que engendra uma percepção sem objecto, mas que, contudo, não afecta a sua ideia do mundo que o envolve. O sujeito sabe que ainda não existe objecto, mas que há uma projecção do potencial objecto em si. Imagina-o. Este fenómeno emana da própria essência do Mundo. No mundo, existirá sempre a coisa em si mesma, e fora dela há essa outra meta-coisa que é a imagem reflexa da inteligência, do que é o sujeito, surge assim uma ideia de correspondência do sujeito no mundo.

O fenómeno da criatividade parece encerrar uma relação dinâmica com a realidade, em que a realidade tem de já ser uma projecção para o futuro, um meta-realidade. Sem esta antevisão, o presente extingue-se e perde o sentido. Daí a criatividade artística adquirir um ponto central na existência humana.

A construção da meta-realidade desenvolve-se da irrealidade, das meta-realidades, na realidade e vice-versa. Mas daqui surge um fundamento para um agir, o sujeito sente a coisa em si e sente já a presença da coisa num mundo futuro.

“Ou seja, não se explica atendo-se apenas ao real existente ou o real passado, ao já escrito, mas também há de atender ao irreal futuro, ao que está por escrever.” (Marina, 1995, p. 24)

Uma realidade, por poder ser interiorizada, implica que o sujeito arrogue o seu direito de agir num formato de repetição sobre o passado, ou, que o trate como uma antecipação do presente, ou que, pelo menos, que o situe num mesmo mundo o passado e o presente. O que é assumido do mundo sensível não existe no mundo sensível e, contudo, não têm outro sentido senão o de existir na sua existência. E a interiorização assegura a existência de um pensamento que se traduz numa ideia de base verdadeira (Merleau-Ponty, 2009, p. 39).

Mas há algo no mundo que desperta o sensível no sujeito e por isso se fala em mundo sensível. É um meio pelo qual a inteligência torna esse mundo inteligível mesmo que não o caracterize segundo uma norma matemática, uma razão.

A inteligência antedata-se a si própria e postula a acção consciente que o sujeito dirige. Esta troca entre o passado e o presente, a matéria e o espírito, o silêncio e a palavra, o mundo e nós, esta metamorfose de um no outro, que, à transparência, tem um vislumbre de verdade, é, quanto a nós (Merleau-Ponty, 2009, p. 39).

Saber olhar, é esse o segredo. A inteligência prolonga todos os gestos que detecta nas coisas. E fá-lo saltando com a deliciosa frescura de um nível para o outro: da memória para o futuro, do concreto para o abstracto, da percepção para o conceito, ou inversamente. É o livre jogo das faculdades. (Marina, 1995, p. 38)

O olhar inicia e nele se esgota a própria inteligência. Realidade e meta-realidade, um sistema de oposições entre o vazio do passado, o vazio do futuro e a plenitude do presente, situados num entre o tempo e o espaço. A própria natureza do olhar inteligente exige á realidade que esta se cinja ao seu carácter interior dirigido para o exterior, na qual se projecte em quatro dimensões e que acolha em si própria o corpo e a espacialidade, que formam o presente, e sem os quais o próprio passado seria uma

imagem inacessível, que sendo evocado, é reconquistado e explanado num futuro (Merleau-Ponty, 2009, p. 31).

“É uma bela forma de dizer que aquilo que desejo - o projecto - dirige o meu olhar.” (Marina, 1995, p. 39)

A consciência dirigida reflecte na inteligência dirigida o que já não existe sob outra forma de a conceber. Por esse motivo o sentido do que é “real” não se reduz ao que é “possível”, ao contrário, o “possível” evoca uma experiência definitiva do “real”, cuja ocorrência é apenas adiada.

Pode explicar-se notando apenas que a irrealidade - a informação elaborada pela inteligência - se pode converter em referente com a qual a realidade percebida se compara. Estamos a assistir à transfiguração do olhar, e estas ampliações da sua função não nos devem parecer estranhas.

A inteligência também pode construir esquemas perceptivos que façam aparecer novos significados sensíveis. (Marina, 1995, p. 57)

O sujeito postula, assim, que o mundo que o rodeia, existe e é verdadeiro através de si, porque há um *eu* que se auto-define como verdadeiro ou anularia o sujeito e questionaria a sua própria existência, e invoca nas suas propriedades reais a colmatação das suas percepções, que mescladas com as suas meta-realidades a despeito de todas as diferenças observáveis, são por ele lançadas na sua “vida interior”. O sujeito, por este via, dá vida a si próprio. Em virtude desta única razão: a de terem sido nele, naquele instante, tão convincentes quando as suas meta-realidades; esquecendo que a própria “realidade” dos seus sonhos não pode ser estendida às suas percepções, pois aquela só aparece relativamente a estas, e que, para podermos falar de meta-realidade, é preciso termos experiência da realidade (Merleau-Ponty, 2003, p. 17).

“Todo o comportamento intencional se baseia numa irrealidade que é o projecto. É certo que podemos formular planos sem palavras, mas apenas quando são simples e próximos.” (Marina, 1995, p. 84)

As meta-realidades são o discurso interno inerente ao sujeito, e por consequência são a explicitação significativa e activa que serve de pretexto para plasmar na realidade as suas vontades e desejos.

Não agimos para conhecer, antes conhecemos para actuar, diz esta nova versão do *primum vivere deinde filosofare* criada por um prémio Nobel da Medicina.

A inteligência separa cada vez mais a resposta do estímulo, convertendo a informação em estado consciente num intermediário poderoso. O movimento intencional, isto é, dirigido por intenções, baseia-se na irrealidade pensada ou imaginada. Aquilo a que chamo irrealidade nada mais é do que a informação manejada pelo sujeito. Os significados proferidos pela inteligência, quer sejam perceptivos, imaginários ou abstractos, funcionam como irrealidades. O amanhã é uma irrealidade, tal como o ontem e o hoje, salvo, em todo o caso, o instante presente. Quando elaboro um plano, antecipo um futuro e esta capacidade de lidar com a irrealidades modifica por completo o regime da minha vida mental. Questionei-me antes se a inteligência teria transfigurado o movimento. Pois bem, transformou até a anatomia. (Marina, 1995, p. 88)

Mas isto também significa que a autoconsciência não se resume a uma simples operação de inteligência. Na medida em que o sujeito tem consciência deste afastamento entre o estímulo-sensação e a sua racionalização, encontra aqui um fenómeno exploratório onde pode explorar quer os limites do racional quer os limites do emotivo, por isso, muitas vezes se fala em diversos tipos de inteligência. Mas a criação artística, embora utilize processos mecânicos e racionais, não é exclusivamente estes processos, transcende-os por via heurística e o sujeito inunda esses processos no exercício de uma liberdade. Entre ele e o visível, os papéis invertem-se inevitavelmente.

“Uma vez mais, o irreal introduz-se nas propriedades reais, amplia-as e enriquece-as.” (Marina, 1995, p. 105)

Supor aqui que um mundo inteligível, uma meta-realidade, sustenta a troca significações que o sujeito introduz e que retira da realidade, seria tomar por verdade uma meia verdade. Contudo este pressuposto poderia vir a corroborar que o que sustentamos como nosso limita-se a ser tomado enquanto empréstimo, da estrutura do mundo que se constrói para nós o universo da verdade e do pensamento (Merleau-Ponty, 2003, p. 24).

Corremos contra um espaço-tempo próprios da nossa realidade. Procuramos a irrealidade incessante, para que se torne real. Lidamos com o sujeito fechados num limbo pessoal, limitados pela nossa humanidade, na capacidade de antever a realidade possível mas incapazes de alcançá-la. Um passo, só mais um passo. Essa transformou-se na nossa realidade. A sobrevivência do sujeito em face ao que não conseguimos sobrepor. Sofremos porque existimos, existimos porque criamos possibilidades, sofremos pelo percurso até estas se tornarem realidades. É a mediação entre dois mundos dentro do próprio sujeito. O mundo do que percepção pelo real e o mundo que percepção pelo o irreal ainda não concretizado. Estes mundos a ele lhe pertencem e não existem sem um processo de comunicação. Uma forma de expressão residual. Uma representação única da sua visão, uma marca no espaço-tempo indissociável deste mesmo sujeito. (Marina, 1995, p. 105)

Pode-se dizer, que as meta-realidades representam em parte a perda de uma evidência porque demonstram a aquisição de uma outra evidência, mas essa não será a questão

que predomina porque é a direcção de um futuro, que dá sentido ao percebido. Assim não se trata de uma perda de evidência, mas de uma aquisição construtiva que se sobrepõe a um passado que automaticamente se torna parcial e carente de um sentido em si pleno (Merleau-Ponty, 2003, p. 48).

Se, por prudência, o sujeito chega mesmo a afirmar, a dizer, que qualquer meta-realidade é “em si própria” questionável ou somente provável, isso não impede que, no entanto, esta se apresente como “real” fora de toda a contestação e não como “muito questionável” ou “improvável”. Ser questionável é uma propriedade fundamental da meta-realidade e é precisamente essa propriedade que inunda um presente, um já, aí, percebido, que só se revela verdadeiramente se for envolvida e embrenhada pela própria meta-realidade que suscita, que é capaz de perceber (Merleau-Ponty, 2003, p. 48).

O sujeito é infinito, assim são de igual forma as suas ideias, e algumas das suas acções, já que permanecem interligadas ao momento, ao seu carácter excepcional e único. O objecto de arte plasma a criação na matéria, no espaço e no tempo, e testemunha a meta-realidade como processo de assimilar o mundo e de o inventar.

3. O MUNDO DA LIBERDADE

3.1. O MUNDO DA LIBERDADE: O SUJEITO

“O homem não pára. É um animal de distâncias: afasta-se das coisas, dos outros e até de si próprio.” (Marina, 1995, p. 18)

Mas isto parece não dizer tudo. Há um retorno a si próprio, à sua autoconsciência, à sua capacidade de criar. Então esse afastar-se poderá não ser mais que um processo de auto-construção, auto-reflexão, em que há um estar-não-estar dentro de si arquitectado pelo próprio sujeito.

Um afastar-se para um futuro projectado, um afastar-se de um presente dado. De uma realidade, que leva à criação de outras. O afastar-se pode não ser mais do que uma revelação do espaço-tempo como propriedade fundamental do sujeito.

Quando se fala do homem e do mundo, entende-se que o homem está de um lado e o mundo do outro. O mundo, porém, não é algo que se opõe ao homem. O mundo não existe apenas enquanto objecto exterior e nem como uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, mundo. Por isso a criação da arquitectura é qualquer coisa muito íntima para o sujeito. O criador partilha o mundo através da sua criação (Heidegger, 2001, p. 136).

É assim que o conceito de “distância” aqui aplicado pretende apenas tornar simples e intuitivo o distanciamento inexistente entre o homem e as coisas, intervalos coexistentes de um mesmo espaço-tempo, que reflecte a representação da multiplicidade infinita latente das potencialidades e possibilidades que não se deixam determinar por intervalos. Um intervalo é o espaço aberto pelo homem na realidade bruta, para trazer à luz as suas possibilidades. Essa é a obra criadora.

A inteligência criadora, que une o sujeito e as coisas, tem certamente a haver com a possibilidade de nos movimentarmos e de agirmos sobre as coisas no espaço e no tempo. E é por essa razão que as dimensões se tornam reversíveis umas nas outras através da inteligência, que é, em si, a construção de uma liberdade própria exemplificativa do modo de ser sujeito (Alves, 2009, p. 101).

A inteligência é distância, é o tempo e o modo como a percebemos. A inteligência gere o espaço e o tempo e cria percursos comensuráveis que podem ser plasmados no espaço e no tempo. A “distância” é um estar-em-si-fora-de-si do sujeito revelado através

dum percurso espaço-temporal do sujeito, revelação quer pela percepção, quer pela acção. É um percurso, mais do que isso, o potencial da existência de um ou vários percursos, de uma ou mais possibilidades de acção.

Não existe espaço nem tempo por si só. Não existem fora da acção e da inteligência do “Ser” enquanto “Ser”. Trata-se apenas e essencialmente da análise dos mecanismos existentes e das relações que os constituem. Assim sendo, formam a coluna vertebral da nossa percepção do mundo exterior que nos envolve e sustenta-se na sua relação espaço-temporal. E por este motivo a nossa inteligência limita-se a arrumar todos esses elementos no sentido de objectificar e demarcar essa relação.

“Não utilizo um conceito de liberdade excelso e confuso, antes me refiro à capacidade elementar de conduzir a atenção, iniciar um movimento, orientar o olhar, elaborar um plano e mantê-lo na consciência, evocar uma memória.” (Marina, 1995, p. 23)

Se por meio de uma consciência activa o sujeito reconstituir a maneira pela qual as suas experiências dependem umas das outras segundo o seu sentido mais lato e se, todavia, para melhor revelar as suas relações essenciais de interdependência, tentar rompê-las no pensamento, este depreenderá, que tudo o que para ele se denomina de liberdade exige a existência desse mesmo distanciamento, esse espaço entre, onde a subjectividade, a inteligência, cria esta abertura inicial que constitui para nós o nosso campo de acção, campo onde o nosso futuro se expande e o nosso passado se remete (Merleau-Ponty, 2003, p. 23).

“A liberdade, mais do que um destino, é uma possibilidade.” (Marina, 1995, p. 23)

O que o sujeito obtém diante de si não é um mundo maciço e opaco, ou um universo onde o seu pensamento atinge um carácter absoluto e finito. É antes, a reflexão de um destino que permeia a liberdade, que este detém de poder exercer a sua vontade sobre a espessura do mundo para iluminar nele as suas possibilidades, para em seguida lhe devolver somente a sua própria realidade (Merleau-Ponty, 2003, p. 43).

“A partir da sua propriedade real de autodeterminação, o homem pode construir a sua liberdade ou abandonar-se a um automatismo sonâmbulo.” (Marina, 1995, p. 24)

No simples acto de questionar, através da persecução da investigação do “como?” e do “porquê?” é-se capaz de distinguir fundamentalmente a actividade do homem da dos restantes animais.

É através da acção criativa, que o sujeito se liberta do automatismo sonâmbulo que leva os organismos a fecharem-se sobre si mesmos, imobilizando-se e retraindo-se do seu meio envolvente. É unicamente através da sua propriedade real de autodeterminação, que a liberdade existencial surge afim de poder produzir novas possibilidades de levar o sujeito a abrir-se para o exterior, para o meio envolvente, explorando os seus limites, e, ao fazê-lo, aumenta simultaneamente tanto a sua capacidade de sobrevivência como toda a sua potencialidade enquanto sujeito.

A inteligência humana é a inteligência animal transfigurada pela liberdade. A edificação da inteligência, da liberdade e da subjectividade criadora segue caminhos paralelos. Esta actividade altera também a realidade, da qual começam a brotar possibilidades livres. (Marina, 1995, p. 27)

O mesmo é extensível e pode ser afirmado em relação ao seu entendimento do mundo. Incessantemente, vê-se o sujeito obrigado a rever e a redefinir as suas noções mais fundamentadas, criar novos conceitos e novas palavras para as designar, empreendendo uma aprofundada reforma do entendimento no término da qual as evidências, que do mundo dispõe, que antes pareciam a mais clara das verdades factuais, surgem como meras ilusões incompletas apoiadas e suportadas por pensamentos aparentemente mais sofisticados, onde o sujeito inicial não mais se reconhece.

É por poder se transmutar, que o sujeito pode ser livre, por poder mudar de opinião á luz de novas realidades que antes eram apenas aparentes. Para além da aparência este procura uma verdade, na qual se possa basear toda a sua essência e acção, para poder estender-se e melhor dominar o mundo que a sua volta se contempla como pano de fundo da sua obra criativa. A liberdade, implica a possibilidade de errar, para melhor conhecer, para melhor ser sujeito no mundo (Merleau-Ponty, 2003, p. 16).

Constatamos que este fenómeno se repete continuamente: os meus projectos podem orientar o meu olhar e torná-lo mais hábil e preciso; também posso construir a minha memória, a minha linguagem, os meus sentimentos. Sem sair de mim mesmo, vou-me afastando de mim próprio, porque o poder poético, construtivo, da inteligência não se exerce apenas para fora, mas também para dentro, para a própria fonte dos meus actos. (Marina, 1995, p. 97)

Em verdade se diga, que a ilusão das ilusões é acreditar, que em qualquer momento, o sujeito não esteve efectivamente consciente das suas próprias acções e que desde sempre a sua percepção se limitou a ser uma mera inspecção sem recurso à inteligência e que a reflexão é assim somente o renascimento percepção em si mesma, na conversão do saber da coisa num saber de si na qual a coisa é constituída e é feita, a

emergência de um ser “vinculante” que era a própria vinculação (Merleau-Ponty, 2003, p. 45).

Sob a direcção daquilo a que comecei a chamar o Eu criador ou executivo - o que planeia, escolhe, dirige, avalia, selecciona e que, evidentemente, tem uma realidade puramente descritiva, e não autónoma, as propriedades reais do corpo humano são expandidas pelas novas possibilidades. Eu não distingo do meu corpo senão descritivamente, o que quer dizer que descrevo com mais facilidade e precisão o que acontece se utilizar o conceito do Eu executivo. Sob a influência transfigurada da inteligência, a condição corpórea, a nossa limitação mais drástica e terrível, parece perder as suas limitações. (Marina, 1995, p. 97)

A descoberta das possibilidades de acção da inteligência criadora não é, antes de mais, a existência de uma segunda realidade, a construção de uma meta-realidade, em que cada instante, no momento em que existe, se mantém, e se conserva inseparável do presente, da realidade. A inteligência não é como um elemento transitório na vida do sujeito, mas que antes permanece, acumulando-se, á espera do estímulo apropriado para se cometer a uma acção vinculativa, na qual as suas possibilidades dão luz a uma nova realidade. É na capacidade de dirigir e vincular um objectivo na sua consciência, que dá marcha a um processo de introspecção dirigido para o exterior. De forma a precisar uma acção, que estruture o ser sujeito e reafirme a sua existência no mundo, quantitativamente e qualitativamente.

Cada meta-realidade envolve na sua concepção original a possibilidade da sua substituição por uma outra e, portanto, o desenvolvimento de uma espécie de desvinculação das próprias coisas. Contudo, isto também quer dizer, que cada meta-realidade é um termo, um modo de aproximação às coisas, premissas de uma série de “ilusões”, que não eram apenas simples ecos de “pensamentos”, no sentido restritivo de serem-para-si e do “nada mais que pensado”, mas possibilidades do que poderiam ter sido, irradiações desse mundo único que há, e que, contudo, nunca retornam ao nada ou à subjectividade, como se nunca tivessem aparecido, sendo antes, como bem diz Husserl, “riscadas” ou “barradas” pela “nova” realidade (Merleau-Ponty, 2003, p. 49).

“A atenção não faz nada. São as outras actividades mentais que se exercem atenta ou desatentamente.” (Marina, 1995, p. 109)

Cada percepção é mutável e somente provável. Isto, se quisermos, não passa de uma opinião, fundamentada num processo de busca baseado nas actividades mentais que derivam da inteligência com base num factor de busca interna por algo externos que crie ligações ao que decorre no próprio pensamento, que traga à luz o que se associe ao que decorre nas nossas meta-realidades, ao que o é, o que cada percepção faz é

verificar a pertença de cada pensamento à experiência depreendida desse mesmo mundo, seu poder igual de manifestá-lo, a título de mostrar as possibilidades do mesmo mundo (Merleau- Ponty, 2003, p. 49).

3.2. INTELIGÊNCIA, LIBERDADE E SUPERAÇÃO DA REALIDADE

É a inteligência que permite, mediante uma poderosa conjugação de tenacidade, retórica interior, memória, raciocínio, invenção de objectivos, imaginação - numa palavra, graças ao livre jogo das faculdades -, encontrar uma saída quando todos os indícios mostram que ela não existe. Inteligência é saber pensar, mas também ter vontade ou coragem para o fazer. Consiste em levar a nossa actividade mental a ajustar-se à realidade e a ultrapassá-la. (Marina, 1995, p. 15)

A inteligência é o breviário consciente de um pensamento que não se quer mais assombrar e delongar no visível e decide reconstruí-lo segundo um modelo que estabelece para si (Merleau-Ponty, 1997, p. 33).

A interpretação por parte do sujeito e a sua capacidade de atribuir significados é o reflexo inato da sua inteligência. Esta actua como um programa base através da qual ele consegue exprimir tudo o que compreende, e é só por si mesma um sistema representativo de uma construção que é o convite à acção transformadora de si mesmo e a tudo o que o rodeia.

O que é real, mas pertence ao momento livre do real, que só aparece pela inteligência humana.

Apoiando-me nas coisas dadas, vou mais além das coisas dadas. O engenheiro romano Julio Caio Lacer colocou na ponte da cidade de Alcântara esta esplêndida inscrição: «*Ars ubi materia vincitur ipsa sua*». Artificio mediante o qual a matéria se vence a si própria. Isso é a inteligência, que prolonga a realidade, concedendo-lhe um carácter transfinito. Cada ponto converte-se na intersecção virtual de infinitas rectas, cada palmo de terra é uma encruzilhada de inúmeros caminhos; cada palavra, a matriz de incontáveis frases. Assim é toda a realidade. Na explosão do real que a inteligência provoca, desvanecem-se os limites entre o que é natural e o que é criado pelo engenho. (Marina, 1995, p. 20)

A inteligência criadora, que por meio da sua acção sobre a matéria, que é em si a própria necessidade de criar um instrumento produtor de liberdade, revela-se no fabricar de um mecanismo que triunfe sobre o próprio mecanismo. A matéria é um obstáculo no mundo sobre o sujeito, mas é de igual forma e também o instrumento vincutivo do estímulo para levá-lo a agir.

Isto implica assim, que os instrumentos que nós criamos, os conceitos de base, para a interpretação da realidade, ultrapassam, por vezes, as suas possibilidades racionais, o que não quer dizer necessariamente na sua adaptação à realidade, mas antes, que as

necessidades levaram à origem do seu aparecimento. A realidade mostra-nos a sua face determinada pelas qualidades das coisas em relação a nós. Forjamos os instrumentos e a malha do quadro interpretativo para o estudo desse aspecto, e a nossa actividade racional é levada em seguida, pelo princípio de extensão, a tirar dele todas as consequências racionais, todas as possibilidades lógicas.

“O olhar, ao ser atravessado pela liberdade, converte-se em olhar criador. E o mesmo sucede com a memória, com o movimento muscular ou com a imaginação. A inteligência dá sempre mais do que recebe, e por isso é essencialmente criadora.” (Marina, 1995, p. 27)

A visão retoma o seu poder fundamental de manifestar, de mostrar mais do que ela própria.

O olho vê o mundo, e aquilo que falta ao mundo para ser meta-realidade, e o que falta à meta-realidade para ser ele próprio, e, pela criatividade, a acção que a meta-realidade espera, e vê, uma vez feito, a realidade que corresponde a todas estas lacunas, e vê as meta-realidades dos outros, as respostas de outros a outras falhas. Assim como não se pode fazer um inventário limitativo das utilizações possíveis de uma língua, ou simplesmente do seu vocabulário e das suas variantes, tão-pouco se pode fazê-lo em relação ao visível. Instrumento que se move a si mesmo, meio que inventa os seus fins, o olho é o que foi comovido por um certo impacto do mundo e o restitui ao visível através dos traços da mão (Merleau-Ponty, 1997, p. 25).

E, por esta via, o olho é instrumento de Liberdade.

3.3. CAOS E RAZÃO: O PROBLEMA DA NORMALIZAÇÃO

“Através de imagens instáveis percebemos um mundo estável.” (Marina, 1995, p. 32)

Qualquer indivíduo sabe *a priori*, que não existe, por assim dizer, um saber absoluto do mundo, e é por esse motivo que estamos abertos à verdade, que deste podemos apreender.

“Os seres humanos funcionam com uma assombrosa eficácia. Reconhecemos parencas afastadas, completamos a informação, assimilamos um dado a outro. Percebemos as invariantes perceptivas com grande agilidade.” (Marina, 1995, p. 49)

A experiência do que é aparentemente verdadeiro não pode impedir-se de se projectar a si própria no tempo que a precedeu, de estabelecer relações com aquilo que achamos

verdadeiro, e assim acumulamos informação de forma a que esta possa colmatar a falta de elementos que ainda não adquirimos do mundo. Somos capazes de ver o vazio, mas acima de tudo o que existe entre o vazio e colmatar lacunas.

“Somos peritos em estabilizar a informação.” (Marina, 1995, p. 49)

A informação por si mesma é relativa e subjectiva, já que esta depende invariavelmente do sujeito, da sua escala, do seu tempo e do seu espaço. A matéria, por outro lado, encontra-se em constante transformação tornado-se visível ou, por vezes, não tão visível, mas existe a noção que essa matéria está aí, que existe.

O que daqui se pode compreender é o facto de que, para assegurar a existência do sujeito no mundo, a inteligência olha para aquilo que o envolve e converte isso em informação activa e produtiva capaz dar e traduzir os indícios dos fenómenos e acontecimentos em formato de síntese, isto é, informação já trabalhada de modo a ser utilizável e produtiva. Para mais facilmente poder retirar conclusões do meio e dar uma base sólida de conhecimento, sobre aquilo que pode ser previsível.

Onde quer que encontremos um fenómeno de reconhecimento temos de admitir a existência de um *padrão* ou *esquema* que o torne possível. Graças a isso podemos organizar a informação a um nível mais complexo, reconhecer parecenças e formar agrupamentos. A partir da percepção, estamos a aproximar-nos cada vez mais do chamado mundo conceptual. A esmagadora riqueza da realidade simplifica-se.

Estes padrões ou esquemas não necessitam de ser expressamente conhecidos. Frequentemente só os detectamos quando começam a funcionar. O mundo que vemos revela-nos o sistema de padrões que guardamos na nossa memória. (José António Marina, 1995, p. 50)

Através das diversas possibilidades quanto ao modo como um mundo se pode constituir ou revelar, de ser iluminado pela acção do sujeito, torna-se claro que a linha de orientação desta construção-apropriação é guiada por uma imagem conceptual que o sujeito já adquiriu do próprio mundo, onde a inteligência está encarregada de organizar uma nova experiência desse mundo. Contudo, esta nova experiência e esta nova imagem não surgem, nem são expressão secundária de uma vivência onde a experiência de um mundo verdadeiro coexiste com a possibilidade intrínseca do funcionamento do mundo enquanto sistema gerador de padrões. É relevante o facto de que posso ver o mundo alí, mas de igual modo é real o aparecimento de uma realidade de um tipo totalmente diferente, conceptualizável, que, como vimos, se destina e se confina à compreensão dos elementos característicos da estrutura do mundo.

A única coisa certa é que a capacidade de reconhecer a identidade de um objecto nos seus múltiplos aspectos perceptíveis nos obriga a admitir a existência de um padrão ou esquema de reconhecimento, a que chamarei *conceito perceptivo individual*. Por agora, conceito significa apenas isto: um conjunto de traços que nos permite reconhecer o idêntico no múltiplo. (Marina, 1995, p. 50)

Encontra-se, assim, sempre em causa a medida em que o sujeito existe no mundo e dele se apropria; como o sujeito descobre o mundo, a si mesmo e se identifica com esse mundo. É certo, com efeito, que toda e qualquer tentativa de atribuir uma capacidade passiva de reconhecimento do sujeito no decorrer da sua actividade se torna precária ao estender-se à passividade de reconhecimento do mundo que o envolve, o que implica uma separação *a priori* do *Ser do Mundo*, já que, faltando um contacto de si consigo, este, em toda operação de conhecimento, fica entregue a uma organização dos seus pensamentos cujas premissas lhe são dissimuladas, a uma constituição mental que lhe é dada como um facto, ou em restaurar, no conjunto, a actividade (Merleau-Ponty, 2003, p. 50). O Ser não é passivo e a sua existência não permite constituir o mundo em si de forma passiva.

“O sedimento que a sua experiência lhe deixou forma um bloco de informação integrada cuja riqueza se manifesta apenas ao executar as funções de reconhecimento.” (Marina, 1995, p. 51)

Mas, este sedimento não é passivo e a sua dinâmica é revelada pelas experiências sucessivas. Reconhece-se como sedimento, num já ter acontecido, o qual, inclusivamente só é reconhecido como sedimento pela presença da nova experiência. Este sedimento é uma base real de conhecimento e pode ser utilizado na estrutura da nova experiência. Haverá assim um sujeito consciente da totalidade do seu pensamento e não há mais um originário ou derivado, existe apenas *um* pensamento releveledo no plano do consciente, que é a realização do que já existia adormecido no subconsciente à espera do estímulo concreto. Mas a origem deste estímulo vem do modo complexo como vemos o mundo.

“Não vemos apenas coisas, também vemos *acontecimentos*. Não vemos apenas movimentos, também percebemos condutas. Não vivemos num mundo de objectos desligados, sem acontecimentos nem acções.” (Marina, 1995, p. 62)

Assim surgem os modelos, que reflectem a interiorização dos sistemas do funcionamento do mundo. Na interpretação dos fenómenos que o rodeiam, o sujeito estabelece um modelo, que teve por base numa sucessão de acontecimentos, que dão ordem a uma série de problemas determinados na sua relação com o mundo. Por

consequência, este aplica esses modelos, experimentando-os de forma a moldar o seu quadro interpretativo dos fenómenos. Estabelece uma ordem subjectiva ao caos imanente do mundo, uma chave para desbloquear o conhecimento tangível por meio de associação da relação dos acontecimentos com as suas acções recíprocas.

“Necessitamos, pois, de ter esquemas de assimilação e reconhecimento - conceitos perceptivos - de acontecimentos.” (Marina, 1995, p. 62)

O pensamento converte-se assim num carácter meramente operatório, torna-se numa certa espécie de meta-realidade absoluta, que agrega conhecimento no interior do sujeito relacionando com os sistemas naturais do mundo, no qual as criações humanas derivam de um processo natural de informação, mas concebido com base no modelo interpretativo humano.

“São esquemas narrativos que organizam uma sequência de informação perceptiva. O nosso mundo vai-se constituindo com estes significados.” (Marina, 1995, p. 62)

Os significados revelam-se no campo total perceptivo e concreto do indivíduo, que no decorrer da sua vivência aparece num dado momento, não provisoriamente inacessível, mas uma vivência definitivamente provida de sentido porque oferece estruturas no mundo objectivo das condições inteligíveis. Um mundo já apropriado.

“As coisas são percebidas como um sistema de transformações. É uma *vision étrange*, explicava Valéry, que «percebe subitamente os objectos como pertencentes a uma multiplicidade. Mostram-me a multiplicidade dos seus papéis.»” (Marina, 1995, p. 224)

O sistema de transformações, o modelo cognitivo da interpretação do mundo, refere-se aqui à análise do passado e do presente que, como uma filigrana, nos revela uma lógica no decurso das coisas percebidas, não como linha de orientação do exterior, mas que do sujeito emana e que só acabará na compreensão da sua experiência e da sua respectiva transformação (Merleau-Ponty, 2009, p. 66). O sujeito apropria-se, de facto, do mundo.

3.4. TUDO COMEÇA NA PERCEPÇÃO?

A percepção funde tudo o que alberga já que, por assim dizer, esta nos comunica uma relação obsessiva com as características próprias da inteligência no ser, de tudo aquilo que se encontra perante nós e, todavia, nos atinge interiormente. Encontramo-nos na

essência íntima do que existe ou do que devém, qualquer que esta seja (Merleau-Ponty, 2009, p. 24).

Portanto, não se trata, doravante, de falar da realidade e de meta-realidades, mas de falar na realidade e das meta-realidades, que aí se encontram adormecidas à espera do estímulo certo para as fazer despertar. Esta é assim a interminável precessão que se coloca ao sujeito, que vai daquilo que é em relação àquilo que percepçiona e que faz percepçionar, daquilo que se é perceptível e se faz perceptível em relação àquilo que é, é a própria acção da inteligência.

Através do olhar - que tomamos como o representante por excelência de todo o conhecimento sensitivo - colhemos os dados da realidade. É isso que significa «perceber»: colher. Pois bem, colhemos do que nos rodeia aquilo que nos interessa, porque o nosso olhar não é um olhar inocente, antes está orientado, na sua mirada, pelos nossos desejos e projectos. O ser humano rebelou-se contra a limitação dos seus sentidos e isso deveria dar-nos que pensar. Inventámos instrumentos para ver o invisível, o minúsculo e o longínquo, o oculto e o fugaz. (Marina, 1995, p. 29)

Segundo Marina, é privilegiadamente através do olhar que conseguimos “estar nas coisas”. É na sua percepção de cariz actual e presente, na sua génese, que devemos procurar a nossa relação criativa com as coisas. As coisas, que percepçionamos, são, portanto, reflexos das variações sensíveis de nós próprios. Todos os seres constituem, portanto, a estrutura simbólica da nossa vida e é ainda nesta que cada sujeito ser revê.

Mas a visão não está só porque existe um pensamento determinístico do desejo que a orienta, pelo que se pode falar de um “pensamento determinístico” da visão, que funciona segundo um sistema baseado numa estrutura, que ainda não se revelou completamente, donde o sujeito não se encontra na posse da totalidade das suas próprias premissas. A visão desperta um conhecimento sedimentado, que *a priori* poderá estar adormecido e não é um pensamento omnipresente, todo actual. Há, contudo, no seu centro um mistério a revelar a partir de um estado de passividade da consciência a um estado de plena actividade, que funde o próprio subconsciente.

“O desejo de ver orientou a invenção dos meios. Primeiro imaginámos o que podíamos ver, e esse desejo incitou a ampliação das nossas faculdades.” (Marina, 1995, p. 29)

A percepção orienta e estrutura o pensamento decorrente da compreensão do entendimento das possibilidades de orientar a própria percepção de forma a atingir uma plenitude que dê margem para gerar novas actualidades, e novos meios para as executar.

“É sempre difícil saber o que vemos.” (Marina, 1995, p. 30)

A percepção é, antes de mais, um juízo formado pelo sujeito, que será sempre apropriado pela consciência. De facto, assim é, as representações que nos assemelham as mais intuitivas das estruturas do mundo revelam-se-nos através de uma interacção de factores externos e internos, por vezes de tal forma complexos, que influenciam a própria percepção, e que somente por meio de uma acção reflexiva *a posteriori* poderá finalmente iluminar nesta um certo grau de compreensão, mas que nela anteriormente se tinha reflectido de modo instantâneo.

“O que vemos é passividade ou construção?” (Marina, 1995, p. 30)

Não somos as próprias coisas, mas, quando as percebemos, estas ressoam as suas características intrínsecas no nosso aparelho sensorial, a nossa percepção surge-nos como originando nela, isto é, como existindo por meio da recriação das próprias coisas, como uma apropriação nossa recuperando as propriedades da própria coisa.

Contudo, desde o primeiro momento em que entram na nossa vida e são apropriadas e revelam o seu ser íntimo, as coisas revelam-se a si próprias através de nós e mudam, transformam-se num ciclo contínuo. O que julgávamos ser mera coincidência é afinal coexistência entre aquilo que o sujeito crê ser externo, que na realidade é interno. Os limites da realidade esbatem-se no momento em que a percepção das coisas surge na consciência do sujeito. Portanto, a percepção pode ser assumida como ambivalente, parte passividade e parte construção. Sendo que, não se consegue distinguir no sujeito qual destas intervêm num dado momento, já que a imagem que provêm da percepção e por via da inteligência, providencia um agregado composto pela participação das características inerentes ao sujeito, que torna a sua separação impossível. Talvez o sujeito habite uma realidade por meio das meta-realidades, iludido que aquilo que observa da realidade é a própria realidade (Merleau-Ponty, 2009, p. 25).

“Nunca podemos estar seguros do que outra pessoa vê. E num acto que parecia simples, uniforme e passivo, esta súbita indeterminação surpreende-nos.” (Marina, 1995, p. 30)

Mas existe, por outro lado, essa certeza injustificável da existência de um mundo sensível comum a todos nós é, em nós, o ponto de apoio de toda e qualquer verdade que possa ser considerada de cariz universal. E uma constituição biológica semelhante também aponta no sentido de uma concordância, de um entendimento.

O sujeito entende que a sua experiência parte da relação do seu corpo com aquilo que o rodeia, como ponto de referência da sua percepção, lhe ensinou que a percepção não emerge em qualquer lugar, mas sim no recesso através da existência de um corpo. Os outros, sujeitos, vêem e apreendem a realidade como este, que vê vendo e que nos vêem vendo, apenas limitando-se a oferecer-lhe uma amplificação deste mesmo paradoxo de interdependência. Se já é difícil dizer que a minha percepção do sujeito, tal como a vive, vai às próprias coisas, é impossível outorgar à percepção dos outros o acesso do mesmo mundo, e o oposto ocorre de igual modo, também estes lhe recusam o acesso que este lhe nega (Merleau-Ponty, 2003, p. 21).

“Mas ignoro se é esse nível que está implantada a percepção do outro.” (Marina, 1995, p. 30)

Ora, a própria coisa, como já foi mencionado, é sempre para o sujeito a coisa que este vê. A intervenção de outrém não resolve o paradoxo interno da sua percepção. Porventura, pode, no entanto, levar ao enigma do modo como ocorre a propagação da coexistência de outro ser nas suas meta-realidades, uma variável que ele próprio é incapaz de controlar, contudo os outras fazem parte da outra e da mesma realidade que este, já que, evidentemente, só através do mundo o ser pode sair de si mesmo (Merleau-Ponty, 2003, p. 22).

Então é mesmo verdade que as meta-realidade se comunicam entre si, que cada uma delas se dá a conhecer ao seu titular como uma variante de um mundo comum. A comunicação transforma os indivíduos em testemunhas de um mundo único, como a sinergia que através dos nossos olhos se detém numa única coisa (Merleau-Ponty, 2003, p. 22). O conhecimento estende-se e propaga-se de um dado indivíduo para um outro qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos.

3.5. O ESTÉTICO, O INESTÉTICO E O ANESTÉTICO: REALIDADE E BELEZA

“[...] «Só pode ver-se o invisível se estivermos à procura dele», dizia Sherlock Holmes.” (Marina, 1995, p. 37)

O sujeito opera sobre a realidade dada, num princípio de busca indeterminado, que procura descobrir o que se encontra encoberto e dissimulado no horizonte daquilo que existe com o único objectivo de mostrar as coisas que se remetem às suas meta-realidades. Para vê-las, às coisas, é primeiramente preciso que este não se foque em si mesmo, mas que dirija a sua atenção para fora de si, para o mundo, para um ver verdadeiro através dele. O visível, no seu sentido fugaz, esquece totalmente as suas

premissas iniciais e assenta assim numa visibilidade totalitária que deve ser recriada, e que liberta as meta-realidades em si cativas.

“Estamos a submeter a realidade a uma entrevista permanente, e da sagacidade das nossas perguntas dependerá o interesse das suas respostas.” (Marina, 1995, p. 37)

A realidade baseia-se na interrogação daquele sujeito que por sua vez não detêm um saber absoluto, a uma visão de que tudo sabe ou antes, parece saber, e que a tudo alberga no seu desdém, interrogações que não fazemos conscientemente, mas que se fazem em nós, sujeitos. O interesse existe e persiste no próprio acto de questionar, que em si é uma acção interna de perscrutar a realidade própria que existe para além do controlo do sujeito visando a sua melhor integração nos seu planos criadores e plenos de humanidade.

“A beleza é uma possibilidade livre das coisas. Vê-la é inventá-la.” (Marina, 1995, p. 38)

A beleza no seu despertar, eleva à sua máxima potência um conjunto de possibilidades que existem no próprio acto perceptivo, posto que ver é possuir à distância, uma apropriação livre das coisas, na qual a criatividade estende esta bizarra possessão a todos os aspectos do Ser, que devem de qualquer modo se tornarem visíveis para a ela acederem.

“Não somos espelhos que refletem a realidade, mas conversadores que a entrevistam.” (Marina, 1995, p. 123)

É no sujeito que a realidade, por assim dizer, se torna evidente, numa relação recíproca e contínua, que coloca em causa o próprio tecido da sua existência. Trata-se de um diálogo sagaz, onde todas as semelhanças aparentes das coisas não ultrapassam os limites impostos pela sua imagem especulativa, não sendo para ambas mais que uma denominação exterior, e que pertence evidentemente ao pensamento gerado pelo sujeito.

Helmholtz dizia o mesmo, mas com mais pormenor: «Podemos manter a nossa atenção continuamente fixada num objecto durante muito pouco tempo, pois ela cessa quando se desvanece o nosso interesse por ele. Mas como podemos formular novas perguntas sobre o objecto, surgirá um novo interesse, e a atenção manter-se-á fixa.» (Marina, 1995, p. 124)

A realidade percebida pelo o sujeito é susceptível de oferecer diversas significações, algumas de carácter anestético e que raramente se apresentam a este como um todo passível de ser interiorizado. Contudo, permanecem neste no decurso do

tempo pela permanência do seu foco de atenção. Por esse mesmo motivo torna-se necessário desenvolver as componentes da atenção que se baseiam na capacidade de formular novas questões sobre os objectos para que esta mesma atenção permaneça assim fixa nesse objectivo proposto pelo sujeito. O sujeito é capaz de observar no objecto ou nos diversos objectos características ou propriedades, que evidenciem novas informações, que lhe sejam relevantes.

Portanto, é possível assumir que os diversos objectos com que o sujeito se depara podem derivar de um mesmo tipo, constituindo assim um dos modos da heurística do interesse, já que dos objectos derivam as inovações necessárias para criar novas relações conceptuais e formais, a percepção das variabilidades de um infinito contido nos objectos, geneticamente análogas, mas formal e estruturalmente diferenciadas. O interesse origina-se a partir do arquétipo, supramodelo e tipo supremo, matriz ideal que se desenvolve quer na ordem dos moldes actuantes, quer, quando esvaziado e banalizado, como estereótipo (Rodrigues, 2002, p. 57).

A atenção desenvolve-se, portanto, numa actividade paradigmática, isto é, pela demonstração seja através de exemplos ou modelos possíveis, que em parte demonstram e reflectem a expressão e a figuração da essência de um mesmo ideal, de um tipo de ideia, ou seja, ideia intuída e universalizada (Rodrigues, 2002, p. 57).

Há que acrescentar que a autodeterminação actua por intermédio de projectos. Graças a eles a ficcionalidade do homem é trespassada pela presença, pelo poder e pela acção da irrealidade, que não é um acrescento fantástico mas sim a soma de trajectos possíveis traçados na realidade. A inteligência não é um engenhoso sistema de respostas, antes um incansável sistema de perguntas. Não vive à espera dos estímulos, mas antecipando-os e criando-os sem parar. (Marina, 1995, p. 167)

O projecto, é assim, a representação mais concisa de uma acção criativa dirigida por parte do sujeito que por intermédio de esquemas interpretativos, deriva a sua intencionalidade estética surgindo assim imiscuída de uma sensibilidade ordenada, disciplinada que se abre a partir da experiência perceptiva, conferindo-lhe uma identidade lógica e constituindo uma corrente actuante do sentir (Rodrigues, 2002, p. 58).

A inteligência é a explicitação das impressões das meta-realidades que quando traduzidas em projectos dirigidos tentam apontar métodos e formas para a sua fixação na realidade. Da inteligência desenvolve-se a capacidade de antecipar fenómenos, ou seja, que a partir dos estímulos externos mediados pela inteligência transformam-se em modelos tipificados da realidade e é sobre este principio que o mundo sensível deixa de

se apresenta apenas como um caos. Este acompanha antes toda a actividade estética derivada do espírito criador, que pela formação de um conjunto organizado de valores, orientado, numa abstracção específica qualitativa (Rodrigues, 2002, p. 58).

A qualidade é predicativa. Todavia, a acção criativa, enquanto fenómeno, é valor, numa combinação que, sem negar a logicidade, a transmite numa poética cujo referencial da actividade simbolizado (intuição intelectual da qualidade) é o símbolo e, por meio de uma abstracção qualitativa, hierarquiza e sub-ordena valores (Rodrigues, 2002, p. 58).

Ao tornar inteligível o mundo e a sensibilidade do sujeito neste atinge-se valor um universal concreto, a obra de arte, assim a arquitectura inscreve-se determinantemente como modo artístico referente como meio de expressão do sujeito (Rodrigues, 2002, p. 58).

“Entendo por projecto uma irrealidade pensada à qual entrego o controlo da minha conduta.” (Marina, 1995, p. 168)

A conduta, enquanto conceito de acção reflexa, por si mesma não é um certo modo derivado do pensamento ou da presença de si do sujeito, é antes, por assim dizer o meio pelo qual o sujeito se estende para além das suas limitações biológicas, que lhe são dadas pelas suas meta-realidades, da sua ausência da realidade, para, no entanto, assistir de dentro de si à fissão do ser, no final qual, somente, este se fecha sobre si mesmo.

“Uma vez entregue o controlo ao projecto, este reorganiza toda a conduta.” (Marina, 1995, p. 168)

É antes demais preciso que o sujeito seja capaz de recuar para o seu interior de forma a poder re-dirigir a sua conduta, para poder entregar as suas metas a projectos meta-realísticos de modo a este poder ser capaz de imiscuir-se de um verdadeiro compromisso com a verdade que existe nele.

Assim acontecem as coisas: os meus projectos transfiguram as minhas operações mentais, as quais transformam, enriquecem e ampliam a realidade, convertida em campo de jogos, em cenário da minha acção. Portanto, faço depender dos meus projectos a textura da minha inteligência e a contextura do meu mundo. (Marina, 1995, p. 168)

Essência e existência, imaginário e real, visível e invisível, a inteligência por meio da acção criadora confunde todas essas nossas categorias de propriedades intrínsecas no sujeito desdobrando-as no seu universo meta-realístico de essências transfiguradas, de semelhanças eficazes entre significações mudas. Onde as propriedades outrora

estáticas se permeiam de possibilidades transformadoras da realidade e do próprio indivíduo, através dos projectos por si delineados o sujeito amplia a sua existência na realidade. As suas propriedades pela inteligência transfiguram-se para obter faculdades que de outra fôrma não teriam, e assim a textura do ser, transforma-se naquilo que pode ser mais do que aquilo que foi.

“Podemos extrair-nos dos nossos buracos porque somos capazes de nos chamarmos à distância. Podemos pensar valores não sentidos, porventura recebidos de fora, e dessa forma dirigir o nosso sentimento real mediante instrumentos irreais.” (Marina, 1995, p. 190)

O sujeito enquanto expressão dos seus projectos, da sua inteligência, só se realiza renunciando a coexistir com aquilo que expressamente o limita, o estímulo, e afastando-se deste para poder captar o verdadeiro sentido de existir. É uma utopia de uma posse à distância. A posse da realidade, por meio de meta-realidades. É a posse do sujeito biológico por meio da inteligência. Onde antes havia apenas um automatismo sonâmbulo, agora é possível observar um sujeito motivado pelos estímulos por si criados, projectos, metas, a superação da própria realidade alienante do sujeito.

4. O RELATIVO, O OBJECTIVO E O SIGNIFICADO

4.1. O HORIZONTE ESTÉTICO E A ATRIBUIÇÃO DE SIGNIFICADOS: DO ESTÍMULO À CONSCIÊNCIA

“A atenção já não é dirigida pelo estímulo, mas por mecanismos subjectivos.” (Marina, 1995, p. 24)

O sujeito para pertencer ao mundo, que o envolve, vive-o a partir daquilo que aí percepção. E para que o sujeito tenha consciência do que percepção precisa obrigatoriamente de “suspender” a sua percepção no estímulo inicial, que se desenvolve no visível e no sensível, e doravante optar por uma posição reflexiva circunscrevendo pela a sua atenção o universo aquém de si mesmo pronto a ser apropriado, um domínio que este (ainda) não ocupa e a partir do qual a realidade se torna inteligível e o mundo assimilável a participante na actividade criativa do sujeito. Viver no mundo é compreendê-lo, é integrá-lo nos projectos humanos, numa intenção que assimila a visão ingénua aberta como início de um projecto, uma nova visão do mundo. Há que compreender. E compreender é traduzir em significações um sentido primariamente cativo na coisa e no mundo.

Cada um recebe dele uma face distinta e lê um alfabeto diferente. Transfigurada pela inteligência, a pura percepção sensível parece um terreno resvaladiço, em que nos mantemos com dificuldade. Completamos o visto com o sabido, damos estabilidade àquilo que não a tem, interpretamos os dados dando-lhes significado. Não se trata de que vemos as coisas e as interpretamos de imediato, mas antes que a inteligência parece funcionar ao contrário: vemos a partir do significado. (Marina, 1995, p. 24)

Questionando-se o sujeito nunca chega a ser capaz de saber se os outros sentem ou como percebem o mundo do mesmo modo como o faz, é de acreditar, que o mundo se apoia sobre principios fundamentais semelhantes de coexistência donde a intersubjectividade se torna possível, inteligível e comunicável partilhando fundamentos ou pontos de referência.

Contudo, é de salientar que a experiência do sujeito possui uma essência integralmente subjectiva, que contribui assim para a expressão individual de cada sujeito imerso no colectivo. Se levamos em consideração, que os indivíduos partilham uma mesma realidade operativa, podemos acreditar na possibilidade da existência de um ser que se constitua indiviso neste colectivo que assim já se constitui numa construção cultural onde se exige uma mútua receptividade às mesmas significações que assim se tornam comuns - *inter*-individuais. Já que é plausível acreditar, que o outro esteja receptivo às mesmas significações, que cada sujeito formule, aberto ao entendimento das mesmas

meta-realidades por cada um estipuladas, que possa ver a realidade pelos os seus projectos e ambições. Neste contexto pode-se dizer que as meta-realidades tornam-se comuns, constituem parte dessa mesma construção cultural que deste modo é permeável a projectos e ambições individuais. Esta crença alicerça-se na própria realidade, naquilo que o sujeito percepção e que pode ser comprovado nas suas qualidades intersubjectivas, que são, por seu lado, o fundamento da própria objectividade. Esta objectividade que é necessariamente partilhável.

As significações nascem no seio do sujeito como meio de expressão da realidade optimizada aos vínculos do ser sujeito, de ser subjectivo. E só a partir do seu reino de significação que se torna possível depreender as propriedades da própria realidade. É da relação por meio da comunicação estabelecida entre as coisas, que se torna possível argumentar, que a base da existência de um mundo no sujeito pode ser comum àqueles que o rodeiam e com o qual este estabelece processos internos e análogos de correspondência. O sujeito define significações para si mesmo e para o outro. Fala consigo e com o outro.

Para já, aquilo que é possível concluir, será sempre que o processo interno de significação no sujeito surge como processo de comunicação vinculante entre as diversas experiências do mundo, que lhes fornece uma dada estabilidade, constitui-se assim uma objectividade que, contudo, é relativa na relação *inter*-sujeitos dado cada sujeito estabelecer uma relação consigo mesmo e simultaneamente com os restantes sujeitos. Estas experiências são exclusivas pelo carácter ontológico do sujeito, mas ao mesmo tempo são passíveis de ser transmitidas, sendo que aqui se criam por sua vez as ferramentas base que tornam os sujeitos permeáveis às mesmas significações. Aquilo que é real para si também o pode ser para os outros.

“A penetração da iniciativa individual nos sistemas perceptivos permite o aparecimento do olhar criador. Posso encontrar um significado visual novo. O estímulo é um pre-texto no qual posso ler o meu próprio texto.” (Marina, 1995, p. 32)

O sujeito, perdido nas suas percepções, reencontra-se pela penetração da iniciativa individual da reflexão e reencontra-as já como pensamentos que dão significado à realidade. O estímulo torna-se parcial na imagem final da realidade, parte introdutória sobre qual a inteligência age criando um contexto adicional sobre o qual o sujeito há-de operar e retirar a sua informação.

“Somos criadores de significados livres, ainda que essa liberdade esteja sempre limitada. Neste caso, está-o pelo estímulo.” (Marina, 1995, p. 32)

Perceber é dar significado a um estímulo. Com efeito, com a percepção entramos no mundo do significado, do qual a nossa vida mental não vai sair mais. Toda a informação que se torne consciente tem um conteúdo, sinais de identidade. É indiferente que sejam vagos ou precisos. O nada, o todo, o zero, o infinito, a raiz quadrada de menos um, a mesa, a cadeira, os olhos que me inquietam, a angústia, tudo aquilo que adquire uma certa estabilidade e firmeza na impagável corrente da minha consciencialização, é um significado.

Vivemos entre significados que damos à realidade. Isso é o Mundo: a totalidade dos significados que uma pessoa *concebe*.” (Marina, 1995, p. 45)

Se levássemos em consideração a existência de uma consciência no sujeito, que reflectisse apenas uma faculdade limitativa destinada unicamente a registrar dados de forma passiva, essa consciência escoar-se-ia sem almejar o propósito de se tornar informação reflexa e permaneceria como que impenetrável. É e torna-se evidente a necessidade de compreender a atribuição de uma significação, um saber meta-realístico, que fundamenta todas as experiências do sujeito. O acesso ao mundo por parte do sujeito parece assim depender desta atribuição de significados.

As possibilidades do mundo têm a sua origem no decurso operativo da inteligência criativa quando submetida a critérios de necessidade biológica, cuja universalidade é constante em todos os indivíduos, visando a sua constante superação, já não tentando apenas sobreviver, mas sim viver para além das suas expectativas. À partida, o mundo das significações é a base constituinte das meta-realidades, mas antes disso mesmo vincula-se à experiência material do sujeito, é o seu elo de ligação à compreensão da realidade. Assim é que a significação se interioriza no sujeito sob o modo *a priori*, o da existência de um conhecimento exclusivo a este sujeito.

“O recebido é transformado pelo organismo captado.” (Marina, 1995, p. 45)

“Perceber é colher informação e dar sentido.” (Marina, 1995, p. 45)

“Não existe, pois, informação sem receptor.” (Marina, 1995, p. 46)

A experiência imediata do real é o estímulo segundo o qual o sujeito desperta para o fenómeno fundamental da inteligência, que o converte em um ser capaz e produtor de significações, onde a integridade das coisas que o rodeiam se transformam num conjunto de operações vivas, que subsistem e existem através deste mesmo sujeito. A atribuição de significados reflecte-se essencialmente na capacidade intrínseca do sujeito de compreender a realidade por meio do conhecimento que já adquiriu anteriormente dando, inclusivamente, estabilidade a toda a informação, dando ao conhecimento uma imagem constituinte e passível de sofrer modificações ao longo do

tempo; adaptando-se, assim, à realidade do sujeito e àquilo que este é capaz de compreender. Atribuir significados é compreender, pois é no sentido dado à informação, que o sujeito compõe o seu mundo.

“Aprender a discriminar significa aprender a reconhecer partes do estímulo. É necessário um enriquecimento dos esquemas perceptivos, que o ser humano pode orientar.” (Marina, 1995, p. 55)

“O que sabemos orienta a nossa percepção. Antes ouvíamos, mas não entendíamos. Captávamos o estímulo, mas não sabíamos extrair-lhe a informação necessária.” (Marina, 1995, p. 55)

A partir deste mundo que existe através do sujeito e que lhe é também exterior que contém o corpo e o seu espírito, isto é, desde que este seja capaz de atender por mundo não apenas a soma das suas partes que recaem ou que poderiam eventualmente recair sob a sua acção perceptiva. Este é também o lugar onde as suas possibilidades convergem as meta-realidades e as realidades num estilo único na sua observação, que unifica as suas realidades, permitindo a transição de uma para outra e lhe dá origem da significação.

São percepção inteligentes, porque o sujeito dirige a extracção da informação. O estímulo permanece como «matriz» da informação, que pode ser explorada de maneiras diferentes, com maior ou menos aproveitamento. Outra ampliação produzida pelo jogo da faculdade de ver é a percepção da falta. (Marina, 1995, p. 57)

Antecipo sempre a informação, estou à procura. A partir do que sei, prevejo o que vou ver, e se a percepção não corrobora as minhas expectativas sinto uma dissonância que interpreto como «experiência de falta». Repare o leitor que esta faculdade de ver a partir do projecto amplia notavelmente o âmbito do olhar, o qual se converte em julgador. Dá pela falta. (Marina, 1995, p. 57)

“Percebo as coisas e também o vazio entre as coisas.” (Marina, 1995, p. 57)

As razões que impedem tratar-se a percepção como uma faculdade isolada, como apenas um elemento extractor das informações dos objectos e do mundo, são as mesmas que impedem de tratá-la simplesmente como uma operação independente da própria inteligência, independente de um sujeito, seja qual for o sentido operativo em que possa ser interpretada.

“All thinking as to start from acquaintance, but it succeeds in thinking about many things with which we have no acquaintance.”⁶ (Russel, 1998, p. 154)

O mundo sobre o qual a percepção inteligente se estende e se apropria transforma-se num campo de possibilidades activas onde se encontram reflectidos os horizontes subjectivos e os confins das suas possibilidades criativas no sujeito. Contudo, esta não é, na realidade, uma região do mundo objectivo, mas situa-se antes nas expectativas que a experiência coloca à própria percepção na sua antecipação de elementos, que completem a sua imagem perceptiva, estabilizando a informação num fluxo contínuo e interpretativo.

In perception we have acquaintance with the objects of perception, and in thought we have acquaintance with objects of a more abstract logical character: but we do not necessarily have acquaintance with the objects denoted by phrases composed of words with whose meanings we are acquainted. To take a very important instance: there seems no reason to believe that we are never acquainted with other people's minds, seeing that these are not directly perceived: hence what we know about them is obtained through denoting.⁷ (Russel, 1998, p. 154)

A imanência da inteligência, ou da percepção dela derivada, foca-se nos seus atributos cuja transcendência não podem de modo algum escapar à realidade imanente, que não deixam de ser na sua melhor representação um pensamento considerado objectivo, dando apenas conta do que é o objectivo proposto pelo o sujeito, ou o seu critério para análise da realidade. A percepção surge, assim, contextualizada enquanto acção, que se dá a si mesma a conhecer no sujeito como acto introspectivo ou, por assim dizer, como a consciência constituinte do percebido, sendo desta forma, por posição e por princípio, um conhecimento e a posse deste através da própria consciência dado qualquer conhecimento, sedimentado ou imanente, por não poder abrir-se à interpretação do sujeito se nele a sua significação não traduzisse objectivos e critérios operativos, que ajam sobre o mundo.

Desde a imanência da inteligência que ao criar critérios operativos, cria uma inteligência transformadora da realidade estruturada a partir de significações que dão, simultaneamente sentido ao sujeito e ao mundo. O sujeito e o objecto transformam de forma adequada o conhecimento e a sua relação que estabelece com o mundo e

⁶ Todo o pensamento tem de começar no conhecimento de alguma coisa, mas procede no pensar acerca de muitas coisas das quais não temos conhecimento. (Tradução nossa).

⁷ Na percepção tomamos conhecimento dos objectos da percepção e no pensamento tomamos conhecimento de objectos de um caracter lógico mais abstracto; mas não tomamos necessariamente conhecimento com os objectos denotados por frases compostas de palavras cujo significado conhecemos. Considerando um caso da máxima importância: parece não haver razão para acreditar que alguma vez consigamos ter conhecimento das outras mentes porquanto estas não são directamente percepcionáveis porque o que sabemos sobre elas é obtido através da denotação. (Tradução nossa).

conosco mesmos, no acto perceptivo. O vazio existencial no quadro interpretativo do mundo é preenchido pelas significações abrangentes que o sujeito dirige das suas meta-realidades e conhecimento *a priori* em direcção a este mesmo mundo.

4.2. A ATRIBUIÇÃO DE SIGNIFICADOS COMO PROBLEMA DA NORMALIZAÇÃO: OBJECTIVIDADE E SUBJECTIVIDADE

É preciso compreender, que a atribuição de significados por parte do sujeito visa, acima de tudo, resolver os problemas relativos ao seu relacionamento consigo próprio e com o mundo. Desenvolve-se um processo operativo de onde decorre a objectividade e a subjectividade referenciáveis por meio de um processo de normalização dos sistemas naturais que compõem quer o sujeito, quer o mundo. É neste reconhecer, nesta tomada de consciência interna que, o sujeito num dado momento consegue estabelecer mais do que uma dialéctica de si colocando as suas acções irremediavelmente num espaço e num tempo específicos, mas estabelecendo-se como um elemento segundo o qual existe através deste uma espécie de contaminação do tempo pelo espaço, na atribuição de características inteligentes ao percebido que impelem à extensão das propriedades da própria matéria.

J. Brunner, um dos psicólogos mais influentes das últimas décadas, intitulou um estudo sobre a percepção com uma frase sugestiva: «Beyond the information given». Para além da informação dada. É assim que funciona o olhar inteligente: antecipa, previne, utiliza informação adquirida, reconhece, interpreta. (Marina, 1995, p. 24)

É aqui, nesta passagem, que é possível encontrar subentendida a essência do seu pensamento. Onde a estrutura do mundo, seja na sua presença cultural ou natural, onde as próprias coisas adquirem um carácter mais significativo do que a soma das suas qualidades intrínsecas ou das suas supostas impressões, que o sujeito coleciona nas suas sucessivas vivências. A informação não se extingue no conhecimento implícito das suas propriedades, já que estas são passíveis de se integrar em planos humanos, superando a sua existência material primária, ganhando nova vida e novo propósito quando inseridas numa nova organização, num novo intuito, numa nova visão do que é ser objecto. É nesta capacidade integradora de significação, que os objectos de arte se enquadram, não através das suas propriedades materiais, mas antes das percepções únicas e significativas, que podem proporcionar sobre o sujeito, que na sua acção perceptiva os integram nas suas vivências. É no significado, no conceito, na acção criativa, que o objecto se transcende e obtém a sua essência, não enquanto objecto, mas enquanto meta-realidade. Mais do que um meio comunicativo, o objecto de arte é um meio expressivo do que é ser sujeito entre sujeitos, uma coexistência intemporal e transversal. O espaço e tempo é relativizado porque o conhecimento de tudo o que é adquirido tem um carácter de ascendência cultural contínua e pertence a todo e qualquer ser humano.

Essa é a razão por que não podemos explicar o que percebemos como se fosse um agregado de sensações. Vamos mais além: estabilizamos o fluxo, adivinhamos o que não vemos, completamos com a memória o que vem ao encontro dos nossos olhos. O estímulo muda, mas o significado permanece. *Perceber é assimilar os estímulos dando-lhes um significado.*

E como o significado é parcialmente obra nossa, pertence à nossa estirpe, cada homem pode interpretar um mesmo padrão de estímulo à sua maneira. (Marina, 1995, p. 32)

O significado, tal como ele se verifica em nós, no sujeito, e que por sua vez dá forma a uma estranha solidariedade, persistente entre o estímulo e a sua compreensão, das coisas no mundo e destas na consciência; não será mais do que um resultado reflexo em nós da sua origem comum na inteligência. Os pensamentos, que eu formo, não são os atributos reflexos das coisas, mas sim o reflexo nas coisas dos meus próprios atributos enquanto sujeito criativo, as coisas estimulam-nos. É no sujeito e na sua existência, que converge a própria existência do mundo. É na significação que o mundo ganha conteúdo, sai do reino onde a sua permanência é passiva, ou mesmo obscura, e torna-se em produtor activo de significados. É na atenção que conseguimos observar o que antes se encontrava dissimulado por camadas de informação, o interesse escondido, que na percepção inteligente ganha sentido e forma uma imagem do objecto onde a sua profundidade é definida por aquilo que é compreendido.

Em 1959, Heisenberg escreveu: «Não deveríamos esquecer que aquilo que observamos não é a própria natureza, mas antes a natureza determinada pela índole das nossas perguntas.» Não é possível uma observação sem teoria, porque a quantidade de informação é demasiado grande, demasiado confusa, demasiado incompleta. Além disso, libertado da tirania do estímulo, o homem anseia pela possibilidade.

Sentimos a imperiosa necessidade de conhecer as coisas, e também as possibilidades das coisas e as nossas possibilidades. Perante o olhar inteligente, as realidades físicas mostram-se inesgotáveis e inseguras. A simples percepção não nos satisfaz. Necessitamos de compreender. Temos de conseguir que o externo se converta em próprio. É nisto que consiste o conhecimento: conhecer é compreender, quer dizer, *apreender* o novo *com* o já conhecido. (Marina, 1995, p. 40)

Noutros termos, o sujeito entrevista de modo contínuo a realidade segundo a sua necessidade de estabelecer novas metas e objectivos que, quando conduzidas por meio das suas operações criativas, levam à transcendência da realidade momentânea da sua existência no mundo, a qual se diferencia desta, convertendo-se, subconsequentemente, numa acção reflexiva emanante do momento. Mas esta acção revela atributos fundamentais do sujeito, que o ligam à sua própria existência no mundo. Este processo de apropriação traduz-se, assim, numa espécie de sobre-reflexão, que leva em consideração a imperiosa necessidade de conhecer nas coisas as suas possibilidades, assim como as mudanças que estas introduzem nas meta-realidades do

sujeito. Isto ocorre sem, no entanto, se perder de vista a realidade do que são as coisas e a sua respectiva percepção bruta e, conseqüentemente, sem eliminar aquilo que são, nem aquilo que delas é apreendido. É preciso que não se suspenda uma verdadeira percepção do mundo, que parte da sua percepção até à coisa percebida, empenhando-se, pelo contrário, na tarefa de a pensar, da reflexão proporcionada pela coisa percebida relativa à transcendência do mundo. Não será correcto, ou suficiente, falar-se de uma simples lei tradutora das significações inerentes aos conceitos inventados, onde a coisa percebida reside, mas de uma linguagem onde se insere, que permite pensar. Será um esforço, porventura difícil, que conduz este processo, mas que conferirá aquilo que é percebido propriedades que irão para além do nosso contacto mudo com as coisas, no momento em que estas ainda não são coisas expressivas no mundo (Merleau-Ponty, 2003, p. 46).

“No seu tenaz esforço para possuir mentalmente a realidade, os homens explicaram os fenómenos incompreensíveis do mundo perceptivo servindo-se dos fenómenos compreensíveis do mundo perceptivo.” (Marina, 1995, p. 40)

Não é mais possível crer-se, que no acto perceptivo, que se inicia na visão, o olhar conduz o sujeito só a coisas que lhe são unicamente exteriores. Na realidade, essas coisas são apenas exteriores em relação ao seu corpo, não ao seu pensamento, que sobrevoa e se apropria de ambos num acto contínuo. É por meio do pensamento que a realidade se agrega no sujeito e fundamenta o seu conhecimento do que é percebido. É no mundo, que no sujeito existe, que o mundo exterior se lhe explicita (Merleau-Ponty, 2003, p. 39).

Deslumbrados com a capacidade criadora da inteligência e sabedores de que sempre vivemos num mundo interpretado e que a nossa casa própria é o significado, alguns pensadores soltaram todas as amarras e têm sustentado que a realidade inteira deriva do sujeito. Existem muitos Mundos possíveis, já o sabemos, e não se encontram razões para dizer que um é mais real que o outro. (Marina, 1995, p. 41)

Tal como o mundo, cuja existência deriva da interpretação do sujeito, tudo aquilo que este pense não pode derivar de um pensamento, que lhe seja exterior, já que por definição, tal pensamento só pode ser desenvolvido e pensado interiormente e intrinsecamente. Existem no sujeito pequenos infinitos, quadros permeados de significação onde as suas possibilidades operativas sustentam as suas meta-realidades, mundos plenos de criatividade, que a inteligência projecta levando o sujeito para uma acção concertada que os fundamenta no mundo, na realidade. Podemos afirmar, que a realidade deriva do sujeito, sim, mas porventura é possível proporcionar nesta realidade a existência de outras.

Aquilo a que se chama esquema é uma matriz assimiladora e produtora de informação. É, efectivamente, um resumo ou abreviatura, proporcionado pela experiência ou inato, mas a actividade é a sua principal característica. Actua como extractor de informação, possibilita o reconhecimento e pode generalizar um significado. (Marina, 1995, p. 52)

Não há na verdade um mundo bruto, há somente um mundo elaborado, não há intermundo, mas apenas uma significação do que é o mundo. Esta é a matriz, o princípio pelo o qual o sujeito na sua actividade criadora assimila e converte a informação que percebe. É na significação, na interpretação do mundo, na sua interiorização por meio de uma imagem abstracta não vinciativa, que é dada ao sujeito a possibilidade de reconhecer os fenómenos recorrentes no mundo. Absorvendo a sua essência, convertendo-a em informação mutável, que permita a associação de ideias e por meio destas gerar novas ideias, novos conceitos, um novo conhecimento do mundo (Merleau-Ponty, 2003, p. 55).

Não existem compartimentos estanques na subjectividade humana. Vemos a partir do que sabemos, percebemos a partir da linguagem, pensamos a partir da percepção, tiramos inferências de modelos construídos a partir de casos concretos. O mundo do significado é um intercambiador geral de informação. Não vemos apenas coisas, mas antes conjuntos de coisas. (Marina, 1995, p. 62)

É no mundo construído pela significação, nesse espaço posto a descoberto pela inteligência, que a subjectividade em cada um dos seus pontos fundamentais é, nem mais nem menos, a intervenção da identidade reflexa do que é ser sujeito, que sustém a formulação das suas meta-realidades. A inteligência criativa é em si, ou, melhor dizendo, é o que o sujeito é em si por excelência, a sua definição explícita de um existir a partir de si. Cada ponto concreto do mundo é pensado aí, na significação, na coisa, no agregado de coisas, um modelo daquilo que ali existe, um mundo tornado em evidência, um mundo onde a acção inteligente do sujeito se desenvolve, se transcende.

“A percepção inteligente produz significados que funcionam como conceitos perceptivos. A inteligência pode dirigir e controlar a formação desses conceitos, e criar com eles novas construções.” (Marina, 1995, p. 63)

Os *a priori* significantes, que existem e constituem-se no sujeito operam a partir da asserção da percepção inteligente, a qual, assimila as qualidades implícitas e sensíveis, *qualia*, que são parte representativa das coisas próprias, tal como as respostas conceptuais, que emergem destas no ser humano. Os significados no sujeito decorrem do seu funcionamento enquanto conceitos perceptivos cuja função operativa é apreendida na distinção entre as qualidades existentes nas coisas e nas suas subconsequentes e extensas categorizações que, quer intuitiva, quer reflexivamente,

conduzem à possibilidade de novas construções conceptuais. Os significados são, assim, modalidades do indivíduo no mundo (Rodrigues, 2002, p. 27).

4.3. A ATRIBUIÇÃO DE SIGNIFICADOS E A RELATIVIDADE CULTURAL

“Não há significados, mas sim significantes, porque, na verdade, é do ser humano que provém a atribuição do sentido.” (Marina, 1995, p. 138)

Já disse que o homem se apropria da realidade dando significados à sua experiência, e que assim constitui o seu Mundo pessoal, cuja informação se sedimenta na memória. Pois bem, esse Mundo pessoal não é um reduto íntimo que nos isola da realidade, mas antes o nosso acesso a ela. O que sabemos, o que sentimos, o que projectamos, lançamos mais além do nosso Mundo. (Marina, 1995, p. 139)

A atribuição de significados por parte do indivíduo à sua experiência estabelece uma relação, que aparentemente se distancia da realidade, mas, no entanto, não deixa de ser uma experiência verdadeira do mundo, quanto muito, este distanciamento exprime o dado fundamental de que cada um, que se estende, inclusivamente às possibilidades estabelecidas pelas suas meta-realidades. Assim, o indivíduo acede por meio da atribuição de significados a uma expressão da sua liberdade criativa.

Se um sentimento é um grande bloco de informações integradas, é duvidoso que existam sentimentos iguais. Acontece o mesmo com os conceitos vividos: originalmente distintos, vão-se igualizando porque há elementos de homogeneização muito fortes. Por um lado os elementos reais, tanto orgânicos como estimulantes, proporcionam um nível básico comum. Depois, a educação, a linguagem e a necessidade de comunicarmos, volta a limar as diferenças. Por último, os sentimentos complexos também se aprendem e, portanto, podem considerar-se como fenómenos culturais. Isso explica a variação geográfica e histórica dos sentimentos, e também que se possam educar e formar sentimentos novos. (Marina, 1995, p. 162)

No sujeito, de modo a experimentar uma realidade unificada, cujos laços de veracidade o ligam ao mundo e aos fenómenos culturais onde se insere, estabelece-se uma relação com a realidade por meio de uma interacção constante entre os grandes blocos de informações, os quais constituem a estrutura dos sentimentos onde a inteligência começa a operar conceptualmente a sua integração através de um processo interno de homogeneização. O sujeito encontra assim, não o abismo do eu, ou do saber absoluto, mas uma imagem renovada do mundo, e nela a sua própria, entre as dos outros. A sua dialéctica, ou a sua ambiguidade, é apenas uma maneira de expressar aquilo que cada indivíduo é, sendo capaz de constatar o que é em si próprio, nesse lugar onde o valor dos sentimentos efectivamente se renova, num ciclo contínuo, onde este se reencontra e se compreende, ultrapassando-se, lugar onde o seu mundo privado se torna mundo público. E vice-versa.

Que terão que ver os sentimentos com a inteligência? Tradicionalmente o mundo dos sentimentos foi excluído das tarefas da inteligência, em parte porque eram considerados forças indómitas e inconsoláveis, e em parte também porque se confundia a inteligência com a razão. Mas a inteligência penetra em todo o âmbito da nossa vida consciente, com maior ou menor energia. As fontes originárias do sentimento são orgânicas, ou pertencem ao domínio das necessidades básicas, e a esse nível são autónomas. Acontece que o homem não costuma viver a esse nível, e as emoções primárias vêem-se enriquecidas, transfiguradas, pela inteligência, que introduz novas informações no sistema afectivo e cria, com isso, novos sentimentos, valores e necessidades. (Marina, 1995, p. 164)

Seja através da realidade, como por meio das meta-realidades, o que é verdadeiro para o sujeito cintila para si da acção penetrante de uma experiência emocional profunda e de cariz quase biológica, onde a inteligência introduz novos valores e sentimentos assim enriquecidos e transfigurados, conduzindo doravante, de forma consciente, as acções, sejam estas as de outrem ou as nossas – não exclusivamente delimitadas por necessidades primárias, mas antes por objectivos por si propostos. Os sentimentos reflectem inicialmente os traços primários da fisiologia do sujeito e as suas características biológicas, contudo, pela acção da inteligência estes são transcendidos.

A inteligência é muito mais do que o cômputo de informações. É a constituição de um Eu inteligente, que é um sistema extractor de informação e criador de informação. Dirige o seu próprio comportamento, conhece a realidade, inventa possibilidades novas. A inteligência não é uma operação única mas antes uma forma de realizar muitas actividades mentais, transfigurá-las e construir outras novas. É um modo de criar significados livres. (Marina, 1995, p. 165)

A inteligência é a constatação do ser sujeito, o conceito representativo da convergência e correlação de uma constelação de faculdades cuja operatividade produz um leque de possibilidades no modo como o sujeito se constrói a si mesmo. Pela intervenção da inteligência, os estímulos provenientes do exterior são dirigidos segundo o reconhecimento da sua eficiência na constituição de conjuntos significativos, que na realidade não possuem uma existência física e que operam sobre ele internamente, não segundo as suas propriedades imediatamente sensíveis, mas têm em vista a configuração de novas actividades mentais na elaboração de novos comportamentos com o intuito de melhor conhecer e operar sobre a realidade determinando um modo de criar significados livres e, finalmente, agindo como modelos ou linhas de orientação da acção.

Estes modelos integram informação e processos. Um modelo é um programa de acção, um conjunto de inferências ligadas, o esquema de um comportamento. Temos modelos de situações, modelos de sentimentos, comportamentos sociais, modelos para solucionar problemas. Cada vez que possuímos um esquema que unifica dados e relações dinâmicas entre esses dados, temos um modelo. (Marina, 1995, p. 191)

Mas esses modelos integrados de informação e de processos são sempre parciais e não traduzem a necessária unidade do sujeito. E, portanto, enquanto unidade não são auto-suficientes na abordagem da totalidade dos problemas colocados, já que as inferências, que podemos opor-lhes são inevitáveis dado que a pluralidade dos campos da actividade do sujeito as supera. Não colmatam, portanto, a totalidade de acções possíveis de actuação no mundo. Estes são agregados de dados, que estabelecem relações dinâmicas entre o sujeito e o mundo parcialmente assentes nas suas meta-realidades, naquilo que idealizam e parcialmente em esquemas produtores de sentido, não podendo mesmo formular-se, ou articular-se, em pensamentos distintos, enfim, porque nos reconhecemos pela reflexão. No âmago de todos os pensamentos situados, enredados e encarnados, o aparecer puro do pensamento ante si mesmo, um universo da adequação interna, onde tudo o que possuímos de verdadeiro se integra sem dificuldade, aqui onde o sujeito reencontra sempre a sua totalidade original (Merleau-Ponty, 2003, p. 40).

“Cada sentimento é um modelo, que desencadeia diversos *trajectos sentimentais*.”
(Marina, 1995, p. 192)

Todos os sujeitos atingem por via da percepção o mundo que os envolve, um mundo que é comum a todos estes, e é por sua vez representado na sua totalidade para cada um destes, sem divisão, nem perda, porque este é o que cada um pensa na realidade perceber, o objecto indiviso de todos os seus pensamentos. Contudo, é na percepção que começa a característica singular de cada indivíduo. A sua subjectividade nasce no simples acto de interpretarmos todas as nossas acções perceptivas de tal forma que estas se expressem em sentimentos de emoções que se encontram subjacentes e operam no seu subconsciente. Transmitindo informações, que reflectem modelos impregnados de significação, a subjectividade traduz-se na síntese intuitiva de operações vivas, que levam em conta os trajectos de acção possíveis de serem elaborados num dado momento. É na resposta aos sentimentos, que o sujeito elabora respostas adequadas aos cenários que se lhe apresentem, sejam estes reais ou meta-reais. O sentimento é um modelo que preza a sobrevivência do seu possuidor, dando-lhe as ferramentas necessárias para a tomada de decisão assertiva muitas vezes inconsciente da totalidade das suas implicações (Merleau-Ponty, 2003, p. 40).

“A maior parte dos modelos, que nos servem para inventar coisas, entre elas os projectos, são aprendidos. Uma cultura é, entre outras coisas, um repertório de projectos, elaborados pelos seus membros ao longo da história.” (Marina, 1995, p. 192)

O sujeito é trazido para um mundo onde a existência de outros sujeitos faz parte da própria textura preexistente do mundo, que assim emerge diante da sua percepção. Os aspectos do mundo percebido surgem assim pela convergência da totalidade do repertório de perspectivas individuais, que se afirmam umas perante as outras. Todas essas perspectivas individuais constituem assim a textura do mundo percebido, e todos esses “mundos” subjectivos constituem um único mundo, mas unicamente no sentido em que as coisas e o mundo são modelos representativos desta mesma subjectividade, objectos que se expressam através do pensamento com as suas propriedades intrínsecas, que pertencem à identidade do sujeito. São modelos operativos de significação cuja temporalidade é-lhes dada pela sua função representativa da importância destes para os indivíduos quando inseridos num espírito colectivo.

A questão que se coloca de perceber se o mundo, nos seus modelos interpretativos, é se estes podem ser realmente considerados únicos para todos os sujeitos quando inseridos num âmbito cultural, contudo, isto perde todo o seu sentido quando se admite a idealidade do mundo perante estes modelos que pode ser entendida por via da transmissão de conhecimento ao longo do tempo, onde a verdade do mundo torna-se relativa quando dirigida como passível de obter características que abranjam o universal.

Então, perguntar se o mundo do sujeito e o de outrem são o mesmo, quantitativamente ou qualitativamente, nada mais quer dizer porquanto, como estrutura inteligível, o mundo está sempre além dos meus pensamentos dos outros como acontecimentos e ainda para além dos pensamentos dos outros, de modo que não está dividido pelo conhecimento que temos dele, não sendo, único no sentido em que cada um de nós é único. Em tudo o que significam, a minha percepção e a percepção que outro homem tem do mundo são a mesma, embora as nossas vidas não sejam comensuráveis, pois a significação, o sentido, sendo adequação interna, relacionamento entre si e si, interioridade pura e ao mesmo tempo abertura total, nunca descem em nós como estando sujeitos a uma perspectiva (Merleau-Ponty, 2003, p. 54).

4.4. A LINGUAGEM: DO INDIVIDUAL AO TRANSCULTURAL

“As palavras ensinam-nos a ver. Mas as palavras não teriam sido possíveis sem essa faculdade original de cunhar significados.” (Marina, 1995, p. 55)

As palavras ganham significado quando operadas pela inteligência subjectiva do indivíduo. Ou seja, sem o indivíduo, sem a sua capacidade de estruturar as palavras e

de produzir significados com elas, significados estes que vão para além das barreiras impostas pela sua cultura, não seria possível reflectir a sua forma única e expressa de ver o mundo. A consciência sem o recurso à linguagem ainda não responde ao mundo de uma forma globalizante e completa; cria a estrutura para uma génese de pensamento o qual ainda é incapaz de se traduzir na vontade plena de operar do sujeito. A linguagem tem a capacidade de criar uma estrutura dinâmica na própria consciência ultrapassando uma informação que *a priori* seria estática, fechada do mundo e longe do alcance do sujeito mesmo que esta informação se situasse já na sua mente. Não seria mais do que uma intenção de pensar, um reflexo do que é o sujeito. As palavras são o significado, porque exprimem as ordens intrínsecas de ser no mundo, de ser sujeito.

Surpreende-me o facto de que nenhum animal saber assinalar ou apontar para uma coisa. Que dificuldade existe nesse gesto, que a criança aprende a realizar com poucos meses de vida? Com esse movimento a criança estabelece uma referência de comunicação com o objecto. É uma forma muito elementar de expressar aquilo que naquele momento lhe interessa e ocupa a sua consciência. Dá a impressão de que a criança deseja falar. (Marina, 1995, p. 66)

A fala antes de ser a necessidade de comunicar é a forma de agir sobre o mundo, de dirigir uma acção, que vá para além do sujeito e que atinge as propriedades reais daquilo que o envolve. Tem necessidade de se expressar, porque ele próprio sujeito precisa de ser expresso, porque não pode almejar existir plenamente antes de ter expresso aquilo que é, a sua significação, a sua identidade, a sua presença. Portanto, a vontade de falar forma uma unidade essencial, que conjuga a existência de uma vontade, de uma essência que é nítida no caso da alteração das propriedades materiais do mundo através de uma linguística expressa por meio de significação, por meio do sujeito. A intenção é a impressão elementar do surgimento de uma consciência, que estabelece a referência do sujeito no mundo.

“Antes de falar, a criança já forma significados, como antes expliquei. Os conceitos perceptivos são a origem da linguagem. Já vive entre as coisas, num pequeno mundo pessoal que vai ser espectacularmente aumentado pelo aparecimento da linguagem.” (Marina, 1995, p. 66)

Se o sujeito, por meio da inteligência se eleva acima do mundo, da realidade, transformando os seus automatismos primários, isso acontece devido à capacidade inata de no seu corpo se gerarem sentimentos, de no seu cérebro se formarem significados a partir de conceitos emanentes da percepção. É na concretização da linguagem, que por sua vez fornece à consciência um corpo imaterial definível onde possa encarnar o devir do sujeito. O que aqui se encontra implícito através da linguagem

é a representação do mundo na sua abrangência expressa no sujeito. A consistência do indivíduo não se realiza em contraposição com o mundo. O seu mundo privado é capaz de integrar essa mesma oposição, que existe da sua própria liberdade e das propriedades da matéria, entre as suas meta-realidades e as suas necessidades biológicas e que, para serem eles próprios, a sua liberdade e as suas meta-realidades têm de ter como testemunhas da sua existência a matéria ou o corpo, isto é, de se exprimirem (Merleau-Ponty, 2009, p. 38).

“Na linguagem não se transmite apenas a maneira de interpretar o universo de uma cultura, mas, sobretudo, a experiência ancestral que o homem adquiriu sobre si próprio.” (Marina, 1995, p. 69)

Quanto mais energética for a intenção do sujeito de se rever nas próprias coisas, mais ele verá a multiplicação das suas experiências e as dos outros entre as suas e, por consequência, em si mesmo as aparências pelas quais se exprimem – as palavras dos outros nas quais é (também) expressa a sua própria expressão. É na medida em que esta realidade comum consegue demonstrar uma preexistência, uma totalidade previamente ordenada e significante que nunca está nas coisas em si, mas na sua respectiva significação ancestral, que o homem adquiriu de si próprio nas coisas, que, fora de si, se reflecte numa presença cultural – uma acção intencional, uma marca, uma linguagem operativa expressa nas coisas que deixam impressões da sua função da sua significação e valoração (Merleau-Ponty, 2009, p. 28).

Cada cultura segmenta a realidade de maneira diferente. Dizendo-o de forma mais técnica, inventa esquemas de assimilação diferentes, aos quais atribui nome. O léxico de uma língua é o inventário dos significados importantes para um grupo social, que por isso os guardou ao longo da sua história. (Marina, 1995, p. 72)

A linguagem pressupõe à partida a existência de alguém que se exprima numa verdade traduzida em esquemas de assimilação e que a exprimem, por sua vez, vinculando-se, assim, na presença de outros sujeitos perante os quais é expressa. É na cultura que existe este carácter transversal, que transmite aos indivíduos o léxico significativo que cria a base linguística de interpretação de cada segmento de uma meta-realidade na realidade proposta por um grupo social ao longo dos tempos. O ciclo de vida do indivíduo apropria-se assim de um carácter intemporal quando capaz de transmitir de forma contínua uma identidade colectiva, um conhecimento que permeia todos os sujeitos que se integrem nessa colectividade ou se venham a integrar (Merleau-Ponty, 2009, p. 39).

“Era a esta capacidade que a linguagem tem, de nos ajudar a ver as coisas, que me referia ao dizer que uma palavra perdida pode ser o acesso perdido a uma realidade.”
(Marina, 1995, p. 75)

É na linguagem que o sujeito é capaz de atingir uma realidade comum na qual possa plasmar a sua identidade, onde o seu mundo privado se expande ao ponto de se libertar das amarras do seu eu interior deixando assim de ser propriedade exclusiva sua. As suas meta-realidades são, agora, instrumentos comunicativos passíveis de serem manejados pelo o outro tornando-se em dimensões onde as possibilidades de uma vida participativa e generalizada se enxerta na sua própria dimensão interna. No próprio instante, porém, em que o sujeito crê partilhar a vida com a de outrem, não faz mais do que reencontrá-la nos seus confins significativos. É na sua linguagem que descobre a linguagem dos outros e vice-versa. Contudo, é dentro do mundo real que este é capaz de comunicar aquilo que é, através daquilo que é comum na articulação das suas experiências e significações. Os sujeitos comunicam por meio de relações de valor, onde a significação estabelece por sua vez um denominador comum aproximando as realidades intersubjectivas e individuais, tornando-as cada vez mais próximas de uma realidade cujo carácter unitário se insere irremediavelmente na realidade do mundo a estes comum (Merleau-Ponty, 2003, p. 22).

O Mundo dos outros, a sua peculiar maneira de possuir a realidade, está para mim tão longe como a própria realidade, e tenho de o conhecer da mesma maneira: emitindo hipóteses e verificando-as. A linguagem não é uma prisão, antes um degrau de paragem em que me apoio para produzir os significados correspondentes. Por detrás da linguagem está o mundo da experiência, dos modos mais elementares de produzir significados, e o que nos custa a reconstruir é o mundo emaranhada das experiências pessoais e culturais. (Marina, 1995, p. 76)

A apropriação da realidade, a própria ou a dos outros, apresenta-se, portanto, como pertencente a uma série de categorias pré-existentes de um *a priori* cognitivo que corresponde por sua a três dimensões da vida interna do sujeito: conhecimento, significação e actividade. O conhecer é, portanto, imanente ao sentir e ao agir, e consolida-se na linguagem ou nos seus modos implícitos de comunicação através de conceitos significativos. A linguagem é, por sua vez, uma potencialidade que possibilita a estimulação de uma outra, o pensar. O mundo é reconstruído pelo pensamento e, pela sua natureza criativa e significativa, o indivíduo é capaz de dirigir a sua acção com o propósito de conhecer, mas também de sentir e de atingir aquilo que quer para ele mesmo (Rodrigues, 2002, p. 26).

De onde provém a impressão de que, através da linguagem, possuo de outra forma o apreendido?

O que acontece não é uma nova informação, mas sim uma nova maneira de utilizar a informação. (Marina, 1995, p. 82)

A exigência que se coloca no existir permanentemente em oposição entre aquilo que se acredita existir e aquilo que existe, traduz-se na integração de processos comunicativos cuja função criativa leva o sujeito a inventar e a fazer aceitar um novo emprego da informação que dispõe, deliberando um novo modo de possuir o que é apreendido, integrando de forma sistemática novas significações ao mundo para melhor representarem a sua capacidade de agir sobre este (Merleau-Ponty, 2009, p. 70).

Di-lo-ei com certa brusquidão: «Os sentimentos são o modo como aparecem na consciência grandes blocos de informação integrada, que incluem avaliações.» A inteligência engendra-os para manejar muita informação de uma vez só. Os esquemas de apropriação da realidade tornam-se cada vez mais amplos. O homem tem uma assombrosa capacidade de utilizar informação tácita, ou seja, não explícita. As palavras remetem para conceitos vividos, que são a acumulação de informações de variada procedência, que sou capaz de desligar do todo. Ignoramos aquilo que a nossa memória guarda. (Marina, 1995, p. 156)

As relações tornam-se recíprocas quando constituídas de uma consciência expressiva cujos meios de expressão sejam em si mesmos correspondentes. Estas relações conjugam por sua vez as forças produtivas e as formas de produção, ou, em sentido mais lato, chamamos forças impressas dos esquemas de apropriação da realidade e dos seus conceitos vívidos (Merleau-Ponty, 2009, p. 71).

Assim como a língua é um sistema de atribuição de significados, que só na relação de uns em relação aos outros obtêm sentido e onde em cada um deles se reconhece um certo valor que deriva do conjunto da língua, também cada acumulação de informações é um sistema simbólico que, sem precisar de conceber, o sujeito incorpora a si próprio como estilo de funcionamento, como configuração global. As rupturas de equilíbrio, as reorganizações supervenientes têm, como as da língua, uma lógica interna, embora na altura ninguém as pense claramente. Polarizam-se em torno do facto de, como participantes de um sistema simbólico, existirmos uns perante os outros, uns com os outros, do mesmo modo que as alterações na língua se verificam devido à nossa vontade de falar e de sermos compreendidos (Merleau-Ponty, 2009, p. 71).

4.5. INDIVÍDUO E CULTURA: O PROBLEMA DA MEMÓRIA

A capacidade de autodeterminação transforma o estatuto da memória. O homem pode utilizar a informação que possui para reconhecer as coisas, mas, além disso, pode *evocá-la* voluntariamente. Suscito as recordações, e com isso a memória entra no jogo das faculdades, porque o sujeito pode utilizá-la de acordo com os seus projectos. A transfiguração da memória é análoga à que é experimentada pelo olhar, pelo movimento

ou pela atenção. Uma faculdade que era controlada pelo estímulo muda de regime e passa a ser parcialmente dirigida e controlada pelo sujeito. A aprendizagem já não é sempre acidental e casual, é o sujeito que escolhe a sua memória, aquilo que vai ser a sua paisagem interior, e que é também o que vai decidir a paisagem exterior que vai contemplar. A inteligência dá um passo mais na libertação do dado. Entesoura a informação e aproveita-la, o que é uma característica essencial da inteligência. Não se trata de saber, mas sim de saber utilizar o que se sabe. (Marina, 1995, p. 133)

A menos que o sujeito se instale aquém de toda a sua experiência, numa ordem pré-empírica onde a sua existência enquanto sujeito não vai além do estímulo, torna-se realidade que o seu pensamento não pode ignorar as suas memórias aparentes, precisa antes e assim, de encarar o problema da sua gênese no seu próprio sentido de existência reflexo dessas construções mentais às quais denominamos por memórias (Merleau-Ponty, 2003, p. 23).

O sujeito pode, assim, recuperar um determinado tipo de imagem aproximada do passado, ao basear o seu conhecimento operativo em imagens evocadas, as quais foram formadas de acordo com os seus planos vinculando as suas intenções em relação a qualquer propósito, que ainda não aconteceu, mas que o sujeito espera que venha a acontecer. O sujeito determina o foco das suas memórias mediante um processo de planificação, que se desenrola a partir das suas faculdades dirigidas por meio da atenção delimitando assim aquilo que é apreendido; o sujeito forma e retém imagens de objectos e de movimentos e consolida-os por meios de memorização fixando essa mesma ficção na sua mente (Damásio, 1994, p. 112).

A natureza das imagens situa-se no mundo das meta-realidades, já que a memória deixa o presente e o real para se apropriar de propriedades, que transcendem a própria realidade absoluta, sendo a memória uma construção mental repleta de significação e intenção partindo do que ocorreu e direccionado para algo que ainda não aconteceu, e que pode, de facto, nunca vir a acontecer. Elas constituem a memória de um futuro possível e não do passado que já foi. As memórias são fragmentos de um passado convertido em imagens significativas, conhecimento passível de ser modelado e reinterpretado, já que o sujeito não é um objecto estático e todas estas são susceptíveis de revisão.

«Considerada nesta perspectiva, a memória em sentido amplo confunde-se com a inteligência na sua totalidade, enquanto orientada, não já na direcção da realidade actual com as suas transformações possíveis, mas para a compreensão de um passado completado e anteriormente vivido. Supõe-se que a realidade está organizada e basta abrir os olhos e percebê-la. Pois é com essa mesma ingenuidade que se contemplam as recordações. Admite-se, sem discussão, que a organização do passado já está constituída. A memória no-la entregaria tal qual. Pelo contrário, quando compreendemos que para descobrir uma organização é necessário construí-la, ou pelo menos reconstruí-

la, as coisas apresentam-se de maneira diferente. Mas fazer isto é a função da inteligência.» (Marina, 1995, p. 135)

Essas diversas imagens, nas quais a memória se baseia sejam estas perceptivas ou evocadas, fundamentam a existência do sujeito situando-o no passado que lhe é real e tornam-se evocadas quando operadas a partir de um ponto de vista direccionado por planos situados no seu futuro. Contudo, em qualquer das suas versões, as imagens continuam sempre a ser o reflexo da acção da inteligência no cérebro e limitam-se a ser construções meta-reais. Tudo o que se pode depreender, ao certo, é que estas são reais para o sujeito e para nós próprios. Sem memória, mesmo sendo de carácter subjectivo, a consistência autobiográfica do sujeito disintegra-se tal como a sua respectiva identidade e por consequência todas as suas capacidades cognitivas e criativas. O indivíduo partilha com restantes seres humanos as imagens através das quais se apoia o seu conceito de mundo. Existe, todavia, uma consistência notável nas construções meta-realísticas, que diferentes indivíduos elaboram relativas aos aspectos essenciais da textura do mundo imanente que os envolve. Se as significações e o contexto onde as memórias foram elaboradas adquirissem um novo propósito, as suas reproduções seriam de igual forma diferentes. É a identidade do indivíduo e o meio onde este se insere que orienta essas construções, que este faz derivar do mundo que o rodeia que, por sua vez, definem a própria realidade. Não sabemos, e é improvável que alguma vez venhamos a saber, o que é a realidade “absoluta” (Damásio, 1994, p. 113).

Não existe inteligência por um lado e memória por outro. O que existe é uma memória inteligente, em que habitamos e de onde contemplamos a realidade. A inteligência entra na memória, que por sua vez penetra no movimento, que por seu turno invade o olhar, numa colaboração circular que nunca mais acaba. É verdade que o homem habita esta terra poeticamente, e por isso constrói uma morada, que é a memória. (Marina, 1995, p. 135)

O sujeito estrutura-se a partir da noção de possibilidade. Constitui o cerne de toda a memória do indivíduo e, por consequência, a sua identidade para consigo mesmo, a possibilidade de fazer convergir em si as diferentes partes de uma mesma realidade, a qual quando apreendida é adaptada amplamente ao sujeito. É uma realidade subjectiva apreendida mediante de imagens significativas. A memória é apenas uma subestrutura assente na construção interna de toda a realidade, já que mal esta seja apreendida é remetida para o passado, dado que o instante em que se situa o presente é sempre um momento fugaz da realização de tudo o que é o sujeito. E é na sua participação na realidade, que o homem habita a terra, construindo aquilo que ele é na expressão da sua visão interna do mundo. É por imagens, representações abstractas, que o discurso do mundo se desenrola na memória do sujeito. A identidade do indivíduo permanece

para sempre reclusa do poder da sua interpretação e reconstrução dos eventos do presente sempre remetidos para um passado em constante revisão. Já que para poder ser o mesmo sujeito, no passado e no presente este tem de ser capaz de se reconhecer através das suas estruturas significativas.

Só através da informação que possuímos, incorporada no nosso organismo, sejam os esquemas inatos ou os esquemas adquiridos, é que podemos aceder a outra informação, e isto situa a memória na primeira linha da nossa actividade inteligente. (A capacidade de ligar pontos, associação de ideias, são necessárias que algumas base existência na nossa memória já exista para nos dar soluções.) É o livre jogo com aquilo que sabemos que nos permite penetrar no desconhecido para aprender coisas novas. Até o mais ousado dos exploradores leva algum mapa na sua bagagem. A índole da nossa memória pessoal é que vai definir as nossas possibilidades. (Marina, 1995, p. 137)

Tal como a existência do mundo nos precede e a existência do sujeito lhe dá continuação, sem um *a priori*, o sujeito é incapaz de postular um *a posteriori*. Somos matéria, somos constituídos por informação permeável de significação e interpretação, e por este motivo também somos capazes de desenvolver novas ideias, novos planos de acção. Há mais para além daquilo que nos é conhecido, já que existem possibilidades de acção virtualmente infinitas, onde o livre jogo da inteligência criativa se desenvolve. O desconhecido não é mais do que a soma de tudo daquilo que é conhecido. Se for possível compreender em que consiste uma realidade absoluta, será compreender que existe um *continuum* natural, que vai para além do indivíduo e que alberga tudo o que existe.

Fazemos todos parte de um mesmo mundo, somos parte integrante do seu discurso, não acidentalmente, ou como objectos que lhe são exteriores. Fazemos parte da mesma textura, logo detemos as ferramentas necessárias para o compreender e aceder na sua totalidade. O conhecido funde-se com o desconhecido na intervenção e integração de ideias, que façam convergir ambos, estabelecendo os pontos de ligação necessários para a associação de ideias. O que nos é aparentemente novo, porventura único, é apenas o reflexo daquilo que já existe, é único pela a intervenção do sujeito de o conseguir entender, mesmo ver, e constatar aquilo que previamente já existia sem, contudo, ser capaz de o integrar nos seus planos humanos.

De novo recordarei uma frase venerável: «Aquele que não sabe é como aquele que não vê.» Só vemos o que somos capazes de ver, só entendemos o que somos capazes de entender. Assim concebida, a memória não é tanto um armazém do passado mas um limiar do porvir. Não se ocupa de restos, mas de sementes. Como teremos ocasião de ver, criamos grandes novidades com materiais velhos. Paraphraseando a inscrição do engenheiro romano, a inteligência é a arte segundo a qual o passado se transfigura a si próprio. (Marina, 1995, p. 138)

É na memória, que existe adormecido todo o conhecimento passível de em qualquer momento ser despoletado. Para ver é preciso compreender, perceber as intenções que se situam por de trás de um manto pleno de aparência, que é a própria realidade. Contudo, a nossa mais profunda limitação é a falta de compreensão e não a falta de informação. É na experiência que surge o processo de aprendizagem. É nas imagens que geramos, que se ocultam os processos capazes de estabelecer as linhas de orientação para a determinação de novas significações e entendimentos.

O acto de criar é em si mesmo um acto de ver as possibilidades nos objectos que outrora não éramos capazes de observar. Contudo, essas possibilidades pertenciam anteriormente ao objecto, apenas adormecidas e longe da compreensão do sujeito. É estranho acreditar, que tudo aquilo que precisamos já o adquirimos e o retemos inerte dentro de nós mesmos, conhecimento que se encerra à espera do estímulo certo para trazer à luz as nossas potencialidades transfiguradas para se integrarem nesta nova visão do que foi o passado e aponta o futuro. O passado é um limiar do futuro, já que o sujeito só pode operar sobre o presente, projectar o futuro, são as ideias de um presente, que transfiguram as ideias de um passado para que um futuro possa emergir.

“Entende-se por aprendizagem toda a alteração permanente produzida num organismo pela experiência; e por memória a capacidade de armazenar e recuperar informação.” (Marina, 1995, p. 139)

“O homem não tem memória: é uma memória consciente, assimiladora e dinâmica, que proporciona matéria para os projectos que acabarão por construir a própria memória.” (Marina, 1995, p. 253)

O indivíduo constitui-se, finalmente, no horizonte em que todas essas memórias, ou *quase*-memórias, convergem na representação da sua presença no próprio mundo que habita. Desde que o sujeito se encontre atento, o mundo externo e o mundo meta-real apresentam-se ligados com todos os vestígios de possibilidades de que é feito porquanto se trata de uma visão sua e só sua, mas partilhável numa cultura.

4.6. CIÊNCIA: INDIVÍDUO VERSUS CULTURA E A NORMALIZAÇÃO DA ACÇÃO E DA MEMÓRIA

A partir de evidências subjectivas aspiramos a descobrir verdades universais. A partir dos nossos gostos pessoais pretendemos criar uma arte objectivamente valiosa. A partir da nossa consciência moral desejamos justificar as nossas acções. Inter-subjectivamente. (Marina, 1995, p. 234)

A ciência não se satisfaz com as circunstâncias subjectivas e relativas, tal como não se limita a um passado circunscrito, altera-se, evolui, revelando-se a si própria cada vez mais, dando a oportunidade ao sujeito, ou sujeitos, de estabelecer com os tempos idos e com aqueles que daí advêm os meios necessários e factuais para dinamizar uma relação da qual poderá emergir uma verdade universal e transversal a todos os indivíduos e assim a todas as culturas.

A partir das circunstâncias individuais pretende-se atingir uma estrutura significativa que comunique e transcenda as limitações impostas pela falta de uma verdade absoluta, no colectivo de sujeitos. A busca daquela estrutura precisa de um diálogo mais abrangente, mais deliberado e capaz de apresentar uma representação da realidade num todo, constante e contínuo, em que cada momento é único nas suas circunstâncias, mas que, contudo, é capaz de ser compreendido como parte de um todo vinculante, que exerce a sua “força” dirigindo um conjunto de acções.

A filosofia volta-se para a actividade simbólica anónima de que emergimos e para o discurso pessoal que em nós próprios se constrói, que somos nós próprios, perscruta aquele poder de expressão que os outros simbolismos se limitam a exercer. Em contacto com todos os factos e experiências, a filosofia procura captar rigorosamente os momentos fecundados, em que um sentido toma posse de si próprio, recupera e impede, para além de qualquer limite, o devir da verdade, que pressupõe e faz que haja uma única história e um único mundo (Merleau-Ponty, 2009, p. 73).

A Ciência enquanto conceito só existe em si mesma de forma exclusiva enquanto acção experimental da inteligência, já que o sujeito através desta tenta deduzir algo a partir dos elementos que constituem o tecido da realidade. O sujeito procura, de modo alternado, e através da repetição aleatória de possibilidades meta-realísticas sujeitas à acção da realidade, e que por sua vez, sejam capazes de produzir consistentemente e analiticamente resultados que demonstrem ser conclusivos. Isto ocorre determinando o que é realmente efectivo e a sua constatação tal como o seu respectivo oposto, independentemente do modo como estes resultados produzidos se desenvolvam indo contra o nosso próprio senso comum da existência do mundo que nos é conhecido, da realidade, que nos define enquanto sujeito intersubjectivo e único.

É isso a ciência. E, além disso, a inteligência, confiando na resistência da realidade, faz-nos inventar novas possibilidades reais, e assim nascem as criações da moral, da arte e da técnica. Em todas estas actividades criadoras procuramos, descobrimos, inventamos, construímos a partir da memória. (Marina, 1995, p. 139)

Arte e ciência são actividades exclusivas e pertencentes ao ser humano. E é nesta realidade operativa, que é possível concluir que, tanto uma como a outra, derivam de uma mesma faculdade humana: a inteligência que se constitui criativa. Isto é, a capacidade de elaborar meta-realidades que estabelecem a ponte necessária à visualização e projecção de possibilidades para uma infinidade de futuros possíveis, que se tornam previsíveis através da antecipação de certos fenómenos e acontecimentos cujo carácter conferem, deste modo, a liberdade de produzir sequências de acções, que se adequem às suas metas e objectivos. Estas acções são representadas em si próprios enquanto imagens abstractas cuja existência e projecção existe unicamente nas suas mentes. São o reflexo de uma plasticidade mental que, a partir de uma certa realidade antecipada, lhes permite tecer estruturas previsíveis e exclusivas a cada indivíduo.

O sujeito pensa, percebe, actua, *a partir* da sua memória, que é um conjunto de possibilidades de acção. Recordar é realizar o acto que se põe em estado consciente uma informação que se possui. Perceber é realizar o acto de interpretar um estímulo mediante um esquema. Raciocinar é o acto de relacionar conceitos definidos de acordo com normas lógicas. Temos de nos acostumar a pensar nos pretensos «conteúdos» da memória como esquemas de acção. Os conceitos, imagens, os planos, as capacidades, são esquemas activos que podem repetir-se e que prevêm de forma mais ou menos clara o que se vai suceder. Gregory escreveu que os órgãos dos sentidos estão à espera dos estímulos. Há que ampliar esta afirmação, dizendo que o sujeito está, todo ele, suspenso, na expectativa do que vai acontecer, e que o sujeito inteligente não se contenta em aguardar, mas procura o estímulo e constrói o seu destino. (Marina, 1995, p. 142)

A nossa memória, nos seus processos internos dinamiza abstractamente a percepção de qualquer experiência passada levando à sua deturpação e conseqüente adaptação àquilo que somos no presente. Então, qualquer operação, que derive do sujeito, seja esta dirigida ao seu pensamento, ou a uma acção dirigida para o mundo exterior, implica necessariamente um postulado do sujeito sobre o mundo, onde o mundo em si fornece uma realidade ao sujeito, que poderá estar para além dos limites daquele postulado inicial.

“O seu parente Bergson tinha dito algo de muito parecido: «Perceber é, sobretudo, recordar.» E, uma vez que descrever é narrar o que se percebe, resulta que a descrição está também invadida por recordações, embora por vezes o não reconhecamos.” (Marina, 1995, p. 144)

No sujeito, todo pensamento se constitui sempre a partir daquilo que é conhecido para si – informação retida em suspensão na sua memória à espera do estímulo correcto, que leve à exploração e estipulação de meta-realidades, que narrem a realidade percebida. É a memória que figura e amplia toda estrutura metafísica das suas

características biológicas, projectando o sujeito para além do presente, estruturando a sua identidade autobiográfica, retendo, não unicamente esquemas sobre o que o envolve, mas também seus, das suas interacções e necessidades.

O acto de recordar traduz-se na relação existencial de num mesmo sujeito coexistirem duas realidades dele mesmo separadas por *espaços-tempo* próprios, uma construção mental, que adapta realidades obtidas num dado momento no passado às necessidades actuais do sujeito, subvertendo-as em vista à sua melhor integração descritiva do presente. O acto de recordar constrói a memória.

5. A ACTIVIDADE CRIATIVA NO SEIO DO SUJEITO

5.1. IMAGINAÇÃO: SUBJECTIVIDADE E RAZÃO

O imaginário encontra-se, ao mesmo tempo, muito mais próximo do sujeito e muito mais distante da realidade. Mais próximo, pois é este que o remete para a sua identidade e o associa com os elementos constituintes do diagrama estrutural da realidade (Merleau-Ponty, 1997, p. 24).

Ortega dizia que, para ter muita imaginação, há que ter muita memória, e estava certo. Grande parte das operações a que chamamos criadoras fundamentam-se numa hábil exploração da memória. É um grande sistema de matrizes, das quais vai depender a nossa capacidade de extrair informação das coisas. Para utilizar uma expressão mais técnica, a memória é o *a priori* universal da experiência. «Aquilo a que chamamos realidade é uma certa relação entre as sensações e as recordações que nos circundam simultaneamente», escreveu Marcel Proust, [...] (Marina, 1995, p. 143)

A imaginação existe através de nós enquanto actividade criadora, que fixa no espaço e no tempo experiências e que a partir da memória constrói um futuro antecipado, no presente, baseado exclusivamente num passado retido e subjectivo. A imaginação é, assim, um “telescópio” no tempo e o que acabamos eventualmente por ver é uma experiência fixa no passado, visualizando o futuro no presente. O retrato elementar da evolução cultural é assim essencialmente o desenvolvimento progressivo e a expansão da imaginação humana (Bronowsky, 1973, p. 56).

“A estrutura da actividade de busca é sempre a mesma. O projecto antecipa a meta.” (Marina, 1995, p. 197)

Se esses processos de busca não fossem imagináveis, não os conheceríamos e não seríamos capazes de manipulá-los conscientemente.

A orientação provém do projecto, mas tem de ser transferir-se para o espaço de busca. Tenho de saber onde buscar. São numerosas as operações que se integram na busca: a memória, as operações perceptivas, imaginativas, de inferência. São todas orientadas para a criação de caminhos novos. Para a invenção de possibilidades. (Marina, 1995, p. 197)

A integração de uma meta é reflexo de uma estrutura própria da actividade de busca, que implica, em si mesma, uma abordagem meta-realística através do projecto, que é o meio vincutivo para toda a acção futura. É na manipulação da actividade de busca, que a imaginação vai aperfeiçoando a própria meta ao longo do tempo e, por sua vez, este aperfeiçoamento existe derivado do prazer, que o projecto gera no indivíduo. No

âmbito desta afirmação situa-se a correspondência das numerosas operações que ocorrem no sujeito visando a execução de qualquer possibilidade criativa. É na invenção de novas possibilidades, que o sujeito desenvolve um prazer poético, que existe nas capacidades humanas, porque simplesmente somos capazes de produzir essas possibilidades criativas e agir sobre elas, gerando resultados profundos na orientação daquilo que este é enquanto sujeito.

Comprovamos a oportunidade das nossas ocorrências. Comparamos a informação que produzimos ou conseguimos com o padrão que nos guia, que permaneceu vigente, embora num segundo plano de atenção. Esta capacidade de desdobrar a nossa consciência em dois planos, um que guia e outro que é guiado; um que recebe a nova informação, e outro onde se mantém vigente o padrão de busca, é uma jóia da inteligência. Conservamos a representação semântica básica da frase que queremos dizer, enquanto buscamos as palavras adequadas. Revemos todo o nosso repertório de problemas resolvidos para verificar se algum deles se assemelha ao que agora nos ocupa. (Marina, 1995, p. 198)

O ponto crucial dessa estrutura complexa é representado pelo simples acto de antecipar e planear, que é o desenvolvimento da capacidade de escolha de um objetivo que se situa no futuro e manter a sua atenção fixa nesse mesmo, de uma forma assertiva e objectiva.

É de crer, que um dos aspectos-chave da evolução do *si* envolve o equilíbrio destas duas influências: o passado vívido e o futuro antecipado. A maturidade pessoal do sujeito reflecte-se directamente no impacto, que as memórias de um futuro, que este antecipa, têm de forma determinante um grande peso sobre o *si* autobiográfico de cada momento. As memórias dos cenários, que este concebeu repletos de significações, de interpretações, como desejos, anseios, metas e obrigações, exercem uma influência sobre o *si* de cada momento. Sem dúvida que desempenham um papel na remodelação do passado vívido, consciente e inconscientemente, e na criação da pessoa que nós imaginamos ser, a cada momento (Damásio, 2000, p. 259).

“A busca é perspicácia e tenacidade.” (Marina, 1995, p. 198)

“O esquema vazio é um problema mal definido, capaz de desencadear as operações de busca que irão, por sua vez, precisando o esquema e orientando os achados.” (Marina, 1995, p. 200)

Na memória não é possível representar a imagem da experiência subjectiva de um indivíduo como se esta se assemelhasse, na sua plenitude, à imagem da própria realidade, como se estas duas existissem como cópias idênticas. Não é possível interpretar as memórias do sujeito com o único propósito de visualizar as experiências

deste, já que este se encontra constantemente a recriá-las, adaptando aquilo que este conhece numa busca interna visando almejar o reconhecimento dos critérios de busca, que este mesmo estabeleceu. As suas próprias experiências surgem assim numa busca incessante de elos de ligação com o presente direccionando-o para um futuro antecipado.

O acto de procura interna e individual existe e adquire forma na exploração mais profusa daquilo que o sujeito é, através daquilo que o sujeito depreende da sua realidade e daquela pertencente à dos outros. Isto nunca será possível se assumirmos toda e qualquer informação como estanque, enquanto uma cópia da realidade em termos absolutos. Somos motivados a explorar as nossas próprias experiências, aprendemos a visualizá-las em diferentes perspectivas, revivemo-las, expandimos tudo aquilo que somos com o que depreendemos dos outros. Isto sim, acredito ser a característica marcante da memória e do funcionamento dos seus esquemas constituintes, já que esta existe através de processos criativos, desenvolvidos a partir da sua natureza e capazes de estabelecer ligações entre as experiências produzidas e aquilo que na nossa acção subjectiva traduzimos e recriamos no acto da sua evocação.

“Os desejos permanecem vazios até que sejam intuitivamente preenchidos pela imaginação.” (Marina, 1995, p. 200)

Assim, o real transforma-se no correlativo do pensamento e o imaginário é, no interior do mesmo domínio, o círculo estreito dos objectos de pensamento pensados pela metade, meio objectos, ou fantasmas, que não possuem consistência alguma, lugar próprio, até ao momento em que o sujeito os preencha de uma significação própria e sua, dirigindo-os e agregando-os, visando o estabelecimento de metas e objectivos situados num futuro seu. Os desejos limitam-se a ser esquemas de interpretação de vontades submersas no interior do sujeito que, quando integrados em planos criativos, ganham consistência e adquirem propósito de existência. O seu único objectivo é ter significado e relevância para o sujeito. Motivando-o a preenche-los do conteúdo que não têm por si mesmos, os sentimentos, por si mesmos, são evocações de emoções de necessidades internas que agem sobre o subconsciente dando informações que não são explícitas ao sujeito limitando-se a dirigi-lo segundo percurso que este vai tornado conhecidos pela sua força de vontade e criatividade (Merleau-Ponty, 2003, p. 39).

“A informação vazia é o indício de algo ausente, que se saberá reconhecer se aparecer.” (Marina, 1995, p. 200)

Mas se assim é, a informação vazia não é nada de semelhante a um aparente desconhecido sem significado e desconexo do sujeito dado tanto o imaginário tal como a percepção do quadro da realidade pertencem pertencerem ao próprio sujeito. Estes são apenas os indícios transparentes de um interior, que é exterior, e de um exterior, que é um interior, formando uma duplicidade intrínseca no ser, que torna possível a coexistência da realidade conjuntamente com as meta-realidades e, sem a qual jamais se poderia almejar a compreender as quase-presença e a visibilidade imanente da informação em si relativa que constitui todo o problema do imaginário no sujeito (Merleau-Ponty, 1997, p. 24).

5.2. CRIAR: LIBERDADE, SUBJECTIVIDADE E RAZÃO. TEMPO.

“Criar é submeter as operações mentais a um projecto criador.” (Marina, 1995, p. 169)

Podemos eventualmente afirmar, que existe uma necessidade fisiológica, presente até em toda a matéria biológica, de criar, de gerar e de produzir algo que a transcenda. A acção criativa do sujeito existe de tal forma embrenhada na existência da Natureza, que através dos seus processos transformadores vão exaurindo as possibilidades inerentes à própria matéria ao longo dos tempos e a ordem toma posse dela com o tempo. E, assim, toda a matéria orgânica encontra-se, no seu desenvolvimento, em concordância com estes processos, tenta constantemente criar ordem (Bronowski, 1977, p.16).

A palavra “criação” significa “criação de ordem”, o acto de encontrar na Natureza a existência de relações possíveis, de esquemas, que assimilem e explorem estas semelhanças exemplificativas de estruturas subtis, que existem no tecido das coisas vivas – sejam plantas, animais, ou a mente humana – leva inóspitamente a um processo de interpretação e as re-arranja de acordo com as suas intenções e os seus planos. Por isso, sim, é no acto submeter a realidade ao escrutínio da mente humana, que a criatividade surge integrada na busca de elementos capazes de através da criatividade construir uma nova realidade operativa, que integre os objectivos propostos pelo sujeito no seu percurso de vida (Bronowski, 1977, p.16).

O que é que faz com que um projecto seja criador? Em primeiro lugar, que seja livre. Três conceitos estão indissolivelmente unidos: inteligência humana, liberdade e criação. Só de forma metafórica podemos considerar que uma acção natural, consequência de leis deterministas, é criadora. (Se nós existimos e somos naturais, por consequência as nossas acções por reflexo serão igualmente naturais. Logo toda a criação, não é por ela mesma algo novo, original ou inovador. É apenas uma extensão do desconhecido tornado conhecido para o nosso Eu consciente.) (Marina, 1995, p. 169)

Deverá ser um erro assumir, que toda e qualquer actividade criativa ocorre enquanto acontecimento por si, mesmo incomum. Assim sendo, esta actividade deverá ser sempre interpretada como uma acção comum a todos os seres vivos. O acto de criar é, por consequência, uma acção dirigida e concertada de traduzir o que era previamente uma imagem caótica da realidade numa estruturada e ordenada, e esta acção significativa é assim característica de toda a actividade humana (Bronowski, 1977, p.16).

Novamente, Mann exprime com tanta exactidão o que eu quero dizer que posso tomá-lo como porta-voz: «Escrever é, desde o princípio até ao fim, apenas reproduzir a vida ao meu redor através de um interior, o qual absorve tudo, combina-o, cria-o de novo, amassa-o e o reproduz em forma e matérias próprias.» «A criação não é criar e descobrir a partir do nada, mas antes inculcar o entusiasmo do espírito na matéria.» (Marina, 1995, p. 201)

O mundo deixa de estar à sua frente por representação. É, antes, o sujeito que nasce nas coisas, como por um acto de concentração interna e vinda a si de tudo o que lhe é visível. E a obra criativa, finalmente, não se limita a reportar o que quer que exista entre as coisas empíricas; se não for, em primeiro lugar, algo de autofigurativo e pertencente ao sujeito não existe tal obra. Este só é o receptáculo de qualquer coisa sendo o receptáculo de nada, rompendo o tecido da realidade e das coisas para mostrar como as coisas se tornam coisas e o mundo se converte em mundo. Criar é descobrir, portanto, aquilo que já existia previamente, uma realidade transfigurada pelo simples acto de ver novas possibilidades nas coisas próprias, na verificação do valor inerente nas propriedades até então desconhecidas da matéria. A matéria só adquire um valor expressivo quando considerada e visualizada segundo projectos humanos (Merleau-Ponty, 1997, p. 56).

“Nem a inteligência nem a liberdade são substantivas, mas sim adjectivas. Há comportamentos inteligentes e comportamentos livres. Mais ou menos inteligentes e mais ou menos livres. E acima de tudo, o que há são sujeitos inteligentes e livres.” (Marina, 1995, p. 238)

Isto surge porque a liberdade é uma meta-realidade, que enquanto fenómeno operativo é construída pela acção da inteligência enquanto elemento permeável onde a realidade é matéria portadora de valores significativos, que o sujeito interpretou e transmudou em esquemas perceptíveis e interiorizáveis. Desta forma o agente criador, o sujeito, exerce a sua liberdade enquanto uma qualidade de cariz transformador construindo novas realidades, hierarquizando valores e supervisionando a sua execução. O sujeito é livre, porque constrói a sua liberdade.

“Assim, portanto, o projecto criador definitivo da inteligência é a criação da sua própria subjectividade inteligente. Este processo de autoconstrução [...]” (Marina, 1995, p. 238)

A subjectividade assim edificada parece-nos um conceito por si mesmo estranho, já que logo após ter sido construída parece animar-se de uma vida própria, reflexo enigmático, pleno de poderes e exercendo sobre a inteligência um fascínio que provoca uma reflexão interminável. Logo pode ser-se afirmado que tudo o que seja dito, seja em relação à criatividade ou mesmo à liberdade, que até ser expressado e constatado não existe (Rodrigues, 2002, p. 16).

Tal como foi dito anteriormente, o acto criativo existe através da procura da unidade do sujeito nas coisas, nas suas relações de valor, no acto de encontrar uma estrutura subjectiva e significativa, que se encontra subjacente ao tecido da realidade. Por isso, qualquer ideia de subjectividade, na sua definição explícita, vê-se obrigada a voltar ao conceito inicial da própria inteligência. É nesta ideia, que se resume todo o processo criativo. O sujeito é, por assim dizer, o reflexo em si mesmo do caos, que existe na sua acção subjectiva onde confluí todo o processo de autoconstrução daquilo que este é pelo meio daquilo que conhece do mundo.

“A criação da liberdade própria tem de se acomodar à estrutura de todos os processos criadores.” (Marina, 1995, p. 238)

É através deste processo, que encontramos a chave, que nos concede o acesso à realidade; encontramos os traços, as pistas, encontramos acima de tudo o caminho segundo o qual a subjectividade se torna explícita. Esse é o momento onde acção criativa existe.

Assim sendo, qualquer acto criativo é, em si mesmo, uma acção subjectiva cujo papel transformador recria o que já existe e que através do sujeito estabelece ligações, que *a priori*, não se encontravam definidas, e trás à luz as suas potencialidades através de particularidades previamente inesperadas. Estas ligações assumem-se como processos integrantes da nossa forma livre de agir, mais do que isso, parecem-nos naturais que aconteçam, já que fazemos parte integrante dos processos constituintes da Natureza. Logo, todo o processo mental do sujeito de ver as potencialidades das coisas e recriá-las em estruturas diferentes, não passam de um acto de constatação e valorização do que o rodeia de modo activo e subjectivo.

Não é a agilidade, nem a potência, nem a rapidez das nossas faculdades mentais, aquilo que nos define, mas sim o modo como, com elas, configuramos a nossa liberdade. A

criação da própria subjectividade e do mundo que a acompanha é a grande tarefa da inteligência. (Marina, 1995, p. 256)

Parece-nos, então, que as faculdades humanas inteligentemente demoram um certo *tempo* a digerir toda a informação disponível e, só então, o acto criativo subjectivo toma posse da função de encontrar a estrutura organizada necessária para exprimir a sua complexidade intrínseca na sua amplitude. E este *tempo*, pertença do sujeito, também é subjectivo.

5.3. CRIAR: TENTATIVA E ERRO (KARL POPPER)

«Tenteia» as soluções. Popper escreveu que «perceber é resolver problemas mediante hipóteses. Não há órgão dos sentidos que não incorpore geneticamente teorias perceptivas». Uma hipótese é uma suposição cuja justeza desejamos comprovar. Enquanto exploramos o objecto às cegas, formulamos hipóteses que dirigem a nossa busca. (Marina, 1995, p. 35)

As informações perceptivas constituem-se em memórias capazes de fixar modelos representativos. Contudo, se o sujeito se basear unicamente em informações perceptivas, poderá perder a sua capacidade de prever ou de criar, a qual exige uma actividade dinâmica através da formulação de hipóteses. Está em causa transcender um modelo exclusivamente representativo e torná-lo activo numa actividade futura. Então torna-se possível criar modelos de previsão integráveis em projectos meta-realísticos dado essas informações não permitirem a antecipação de realidades passíveis de ocorrer num futuro.

Não será impossível existir um sistema representativo da totalidade do sujeito, mas o sujeito pode ser continuamente construído, encontra-se em constante metamorfose o que levará a uma formulação sucessida desse mesmo sistema. O problema para a nossa falta de compreensão pode ser apenas a linha de progressão do conhecimento *versus* a progressão da transformação daquilo que existe (Bronowski, 1977, p. 60).

Não existe outra forma de copiar a realidade que não seja através da irrealidade do projecto. É a antecipação do que não existe que impulsiona a invenção de uma técnica nova. Quando as expectativas são tão inovadoras que abrem um intervalo entre o que se projecta e o que se pode fazer, o criador tem de inventar uma técnica nova ou um novo modo de criar, para poder vencê-lo. (Marina, 1995, p. 187)

É de salientar, que quase nunca o pensamento do sujeito se situa directamente no presente e, quando este se foca no presente, é apenas para ver como esse ilumina e direcciona os seus projectos para o futuro. Portanto, é de concluir que o presente praticamente não existe, ocupado que este se encontra em usar o passado para planificar as suas acções que precedem, sejam estas situadas daqui a um instante ou

num futuro remoto. A inteligência nos seus sistemas de decisão ocupa-se desse processo esgotante e incessante da elaboração de projectos (Damásio, 1994, p.178).

“«Com razão chamam Heráclito o Obscuro àquele que escreveu que se não esperamos o inesperado não o reconheceremos quando ele se apresentar.»” (Marina, 1995, p. 220)

Tudo o que o sujeito necessita é de se sintonizar a esses mecanismos internos, que projectam as suas meta-realidades inserindo-as irremissivelmente no meio ambiente que o rodeia. À procura de um estímulo, que desencadeie todo um processo de reconhecimento pleno de significação, que o leva ao preenchimento de um vazio, que previamente existia no seu âmago. Desde que o vazio exista, e se tenha consciência desse mesmo vazio, é sempre possível reconhecer os estímulos, que levam à sua concretização. É um desconhecido, pleno de critérios, de significação, um desconhecido que é possível tatear, mas impossível de atingir sem o estímulo correcto.

É intrigante que os critérios tenham especial eficácia para negar. Rejeitam com inegável precisão. Isto já tinha sido observado por Bergson em relação à intuição filosófica, essa experiência totalizadora que está na base de um sistema. «A intuição proíbe», escreveu ele. «Antes de ver uma coisa claramente, o que se vê claramente é que há certas formas que não podem ser, de modo algum.» Detecta a impossibilidade antes da possibilidade. (Marina, 1995, p. 223)

O argumento aqui predisposto é o de que a intuição é composta essencialmente por critérios de auto-referência, que transpõem o indivíduo e ganham vida na tensão dual, que se gere entre a observação das suas próprias meta-realidades, que ocorrem desde o seu interior e a sua subsequente integração na realidade exterior a este. Este é, por consequência, um dos paradoxos clássicos na teoria de todo o processo de busca, o de como e o quando é possível levar em consideração a ambiguidade de qualquer sistema projectado baseado apenas em critérios, que só podem ser desenvolvidos visando uma utilidade provisória e temporária, até ao momento em que estes se demonstrem ser insuficientes na sua prossecução.

“Inventar é fácil, o difícil é acertar. No acerto e na inovação intervém o sistema de valores do artista, aquilo a que em termos imprecisos e ingénuos se chama «gosto», e que é a mais profunda, original e transcendente invenção do criador.” (Marina, 1995, p. 237)

Criar não consiste na elaboração de combinações em si inúteis, mas sim na efectuação daquelas, que são úteis e que, por sua vez, constituem apenas uma pequena minoria. Inventar é discernir, escolher. Mesmo que este escolher venha a ser reconhecido enquanto erro (Damásio, 1994, p.199). Procura-se a verdade, as verdades.

“Muitas destas verdades confessam desde logo a sua insuficiência. A experiência do erro mostra a insegurança das evidências privadas.” (Marina, 1995, p. 258)

E os sistemas de valores assentam na sua capacidade de gerir tanto os registos das experiências como as respectivas respostas, que, para serem adaptativos, devem ser avaliados e modelados por um conjunto fundamental de preferências do sujeito, que considera a transcendência da realidade o seu objetivo supremo.

“A inteligência não é algo que se tenha ou não se tenha, nem é apenas alguma coisa que se tenha mais ou menos, mas é, sobretudo, algo que se vai fazendo e desfazendo.” (Marina, 1995, p. 237)

E as verdades baseiam-se no processo supostamente claro de derivação de consequências lógicas a partir de premissas, o qual consiste em elaborar inferências válidas. Livres da influência das paixões, essas inferências permitem-no escolher a melhor opção possível, aquela que leva ao melhor resultado possível dado o pior problema possível (Damásio, 1994, p.180).

A necessidade de evitar o erro obriga o homem a procurar evidências mais fortes, para o que tem de abandonar o seu confortável mundo e sair para a intempérie a fim de tentar encontrar «verdades reais», que sejam válidas em todos os outros Mundos pessoais, ou, o que é o mesmo, que possam ser captadas e corroboradas por uma evidência partilhada. O alienado, ou o fanático, não pode abandonar o cárcere das suas evidências. Pois bem, quando se esforça por conseguir verdades universais – isto é, que possam ser percebidas por qualquer sujeito inteligente -, a inteligência converte-se em razão. (Marina, 1995, p. 259)

É de acreditar que cada indivíduo possui uma consciência exclusivamente sua e que a desenvolve através do simples acto acumulação de experiências. Isto é, ele aprende através das experiências no decurso da sua vivência, sejam estas suas ou de outros indivíduos, possam ser estas internas ou externas. Mas só podemos aceder e apreender estas experiências internas se nos subjugarmos internamente a estas, associando-as àquilo que somos e vivemos procurando correspondências, que não são possíveis exclusivamente a partir da leitura de qualquer colecção. Nós devemos possuir o dom de nos visualizarmos nos outros indivíduos de forma a poder reviver as suas experiências e sentir os seus conflitos internos como nossos. E são estes conflitos a essência de qualquer experiência. Adquirimos conhecimento de nós próprios através da identificação de particularidades nossas espelhadas nos outros, mas só isso não é o suficiente (Bronowski, 1977, p. 70).

5.4. CRIAR: COMO ACTIVIDADE DE SÍNTESE DO SUJEITO (SOBRE O OBJECTO)

“Criar é inventar possibilidades, ou seja, encontrá-las.” (Marina, 1995, p. 20)

Assim sendo, qualquer acto criativo é, em si mesmo, uma acção cujo papel transformador recria o que já existe, que através do ser humano estabelece ligações, que *a priori* não estavam definidas, e trás à luz as suas potencialidades através de particularidades previamente inesperadas. Estas ligações assumem-se como processos integrantes da nossa forma de agir, mais do que isso parecem-nos naturais que aconteçam, já que fazemos parte integrante dos processos da Natureza. Logo, todo o processo mental modesto do ser humano de ver as potencialidades das coisas e recriá-las em estruturas diferentes, não passa de um acto de apreciação do que nos rodeia de modo activo.

Kant, diz sobre o *a priori*, que o acto de conhecer algo *a priori* significa antes de mais conhecê-lo segundo as suas possibilidades. Mas, que as possibilidades das coisas naturais determinadas, não podem ser conhecidas simplesmente a partir dos seus conceitos.

Os conceitos atribuídos, os significados apropriados definem a continuidade expressiva das acções do “Ser”, como criador – constituindo-se o espaço-tempo enquanto mediador, entre o interior e o exterior do “Ser”, no construir da possibilidade de atingir uma certa realidade.

“Tendemos a atribuir às figurações da Natureza as mesmas características que reconhecemos nas nossas figurações.” (Marina, 1995, p. 169)

Isto não se deve exclusivamente a uma actividade de síntese pela parte do sujeito, mas sim a um processo de metamorfose através do qual as aparências são instantaneamente instituídas de um valor, que possuíam unicamente em virtude da ausência de uma percepção verdadeira sobre a realidade, que existe em si e através de si mesmo. Só é possível reconhecer aquilo, que o sujeito já possui de algum modo, só é possível estender o seu alcance através das suas próprias figurações, através de uma aprendizagem que vai de si mesmo para o mundo (Merleau-Ponty, 2003, p. 19).

“O que me fez pensar que o mesmo sucede na escondida frondosidade das ideias, e que qualquer coisa se pode relacionar com qualquer outra, pois o espírito humano pode

chegar tão longe quanto a sua perspicácia e valor lhe permitirem.” (Marina, 1995, p. 171)

É da própria realidade, que surge um campo das possibilidades donde emerge uma outra luz, que metamorfoseia essa realidade e a torna no que lhe sucede, num devir onde coexistem interpretações intermináveis, que são legitimamente susceptíveis de existir e que transformam tanto a percepção futura da realidade, como o seu conteúdo. O sujeito revela-se sob o conteúdo manifesto destas possibilidades, como que criando uma textura, que cria um futuro metafísico, meta-realístico, que reflecte essa forma activa de ser sujeito no mundo. É através desta actividade que ele revela a sua obra criativa, que se converte no monograma no qual se funda a verdadeira essência da inteligência criativa (Merleau-Ponty, 1997, p. 52).

Também quando analisámos aquilo que torna um tema interessante nos vimos obrigados a regressar ao sujeito, fonte de interesse e das possibilidades. Nada disto nos deve espantar, pois o projecto é uma projecção da própria subjectividade. Um acontecimento biográfico. É o sujeito quem, a partir dessa vanguarda que é o projecto, se seduz a si próprio. Se o orgulho de projectar define o criador é porque é o próprio criador quem se lança até atingir esse projecto que, de longe, o atrai. Os projectos são a expansão do âmbito da subjectividade. (Marina, 1995, p. 185)

O acto criativo é um espaço “entre”, isto é, confinado entre o sujeito e o mundo. É no vazio preenchido pela subjectividade, que o projecto define o que não é possível de outra forma definir. A acção criadora é uma acção, que na sua existência é sempre a sua existência primordial, sempre original, e exige por esse mesmo motivo ser constantemente procurada, não uma única vez no decurso da vida do sujeito, mas nos entre espaços do tempo de uma vida inteira. Não se trata, decerto, do intervalo desconhecido sem mistério que este desta forma percepcionaria, mas antes o desconhecido que se revela segundo os seus projectos e se constitui em realidade que plasma as suas ideias e tudo o que o constitui desta forma.

“O material está ao alcance de todos mas só consegue reconhecê-lo quem possua os sistemas de extracção necessários.” (Marina, 1995, p. 205)

O que constitui aqui o enigma, que indicia a relevância e o valor, que em si é inato aos objectos, é a ligação do material com o sujeito. É desta forma, que a sua importância se situa no que está entre eles. É no facto de o sujeito ser capaz de percepcionar as coisas no seu devido lugar, apesar de estas se sobreporem umas às outras, de serem rivais perante o seu olhar, que se torna relevante a luta interna entre estímulos, que cada um destes objectos detém pelo seu interesse e os coloca no seu lugar. É na sua exterioridade, da categorização daquilo que lhe é conhecida e no seu envolvimento

valorativo, que a sua dependência mútua se transforma na sua autonomia exclusiva e subjectiva (Merleau-Ponty, 1997, p. 53). Aqui nasce o objecto, criação nova e autónoma.

5.5. CRIAÇÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO

“Um projecto contém um objectivo, meta ou fim que pretendemos alcançar, mas o que é que conhecemos de um objectivo quando nos propomos alcançá-lo?” (Marina, 1995, p. 173)

Cada projecto, cada acção criativa, é caracterizado, enquanto ponto de inflexão, na escolha de um novo rumo, que irá doravante gerir todas as faculdades do sujeito visando um objectivo proposto pela asserção de uma nova maneira de ver e afirmar a coerência do mundo e, por consequência, a realidade inerente ao sujeito – do que existe e lhe é conhecido – o que implica, naturalmente, uma nova visão do sujeito sobre si mesmo.

Contudo, o seu caminho para o conhecimento é o reconhecimento consciente da existência das suas limitações face ao que não lhe é ainda conhecido. E esse percurso nunca terminará. Procura, então, no desconhecido, o que lhe pode vir a ser conhecido e com um gesto visionário estabelece para si mesmo os critérios e os objectivos, que o conduzam no meio da incerteza.

Na acção criativa do sujeito conflui o conhecido e o desconhecido, mas ambos são susceptíveis de construir o mundo consciente do sujeito. Desenvolvem-se, cada um, no seu espaço e tempo próprios. O conhecido é um dado adquirido e o desconhecido carece de um futuro. Então, o espaço-tempo do sujeito, o seu percurso, é o ponto de convergência que assimila num determinado instante este movimento entre o conhecido e o desconhecido. Portanto, o sujeito torna todo o conhecimento relativo a si mesmo numa manifestação sua, expressa em comunhão plena com tudo aquilo que o devém e o precede, que o conduz para a manifestação do percurso no qual ele é o percurso.

“Existe uma continuidade essencial em todas as tarefas da inteligência.” (Marina, 1995, p. 173)

A percepção de uma continuidade existencial em todas as faculdades relativas à inteligência adquire um carácter essencial já que esta se estabelece como ponto de referência perspectivando a estabilidade efectiva do sujeito. Sendo, que esta continuidade existe a todos os níveis de processamento, que vão do mais elementar ao mais complexo, é, portanto, a asserção de uma certa estabilidade relativa. Esta estabilidade tem que estar presente, quer quando o sujeito se relaciona com os objectos

no mundo que o envolve, quer quando este depreende deste determinadas significações de um modo emocional consistente. A continuidade também se encontra presente ao nível das suas meta-realidades. A estabilidade relativa apoia, portanto, esta continuidade de referência, tornando-se assim num requisito essencial para o desenvolvimento do sujeito. A inteligência providência o substracto biológico no qual se estabelecem as estruturas necessárias e capazes de providenciar uma tal estabilidade e continuidade (Damásio, 2000, p. 163).

“Dito em termos não mitológicos: o projecto altera o significado das coisas, que se convertem em significativas, sugestivas, interessantes, prometedoras, de bom augúrio.” (Marina, 1995, p. 176)

O sujeito, através de uma atitude projectual, altera o substracto significativo das coisas de forma a que estas se transformem e se convertam em elementos, que possibilitem a concretização das suas meta-realidades, que são por sua vez traduzidas na sua mente sob a forma de critérios de busca operativos. O conjunto destes critérios de busca define as suas intenções, que se encontravam originalmente na sua mente. Porém, em paralelo com a sua percepção do interesse das coisas presentes na realidade e com a manifestação do seu conhecimento conceptual necessário à sua compreensão, a mente do sujeito também o representa a si, aquele que vê o interesse nas coisas e que as apreende. A panorâmica total da sua realidade interior não se encontra confinada às significações do que está a ser percebido externamente, ou do que é projectado relativamente ao que é percebido. A panorâmica de tudo o que lhe é interessante também inclui a subjectividade inerente ao sujeito.

“Uma realidade mostra-se sugestiva quando nela se adivinham muitas possibilidades. Mas há que perceber que essas possibilidades não são propriedades da realidade [...]” (Marina, 1995, p. 177)

Cada sujeito parece ter em si a capacidade inata de atingir a realidade e de a preencher com as suas possibilidades. Cada um tem, em si, um potencial criativo de plasmar as suas meta-realidades na realidade que os envolve, uma potencialidade de representar o que é-lhe caracteristicamente seu. A realidade sugere apenas aquilo que o sujeito é capaz de ver enquanto interessante, já que este só entende aquilo que ele é capaz de entender. Não há outro meio de aceder ao mundo. É na existência de um devir, que surge um limiar, que separa o sujeito do abrigo protector, mas confinante da sua consciência e dos confins das suas meta-realidades, e o faz convergir no mundo das

possibilidades e dos riscos de uma realidade exterior e futura, que se situa para além desse mesmo limiar.

“A actividade criadora transmuta o trivial em sugestivo.” (Marina, 1995, p. 177)

O poder, que o sujeito detém sobre a realidade e sobre si mesmo, reside no controlo, que o acto criativo exerce sobre a sua percepção e sobre as suas experiências. Só ele é capaz de manusear as significações, que fixam o passado e postulam um futuro entre aquilo que se torna possível e o impossível. É no sujeito, que a realidade adquire as possibilidades de ser algo mais, mais sugestiva, estimulando e criando uma nova visão das coisas.

O projecto é uma irrealidade à qual entrego o controlo do meu comportamento. Essa irrealidade é uma informação na maior parte das vezes fragmentária, confusa ou minúscula, capaz no entanto de activar e dirigir a acção, propondo-lhe uma meta.

A primeira componente do projecto é a meta, o objectivo antecipado pelo sujeito, como fim a realizar. Salvo em casos muito simples, em que o objectivo está delineado com precisão, os projectos contêm apenas um padrão de busca vazio. (Marina, 1995, p. 178)

As meta-realidades interiores e pertencentes ao sujeito deverão sempre dirigir-se de forma objectiva para a sua respectiva concretização num projecto dirigido para uma realidade a ele exterior. Os conteúdos das meta-realidades são e agem de forma equivalente àquelas dos conteúdos da própria realidade. Assim sendo, os seus passos constituintes deverão seguir uma linha de orientação, que deverá percorrer do início até ao seu final, da meta ao objectivo proposto, da primeira acção causal até à sua última causa e efeito, ao longo de um percurso, que é único e específico a cada projecto, a cada meta-realidade absoluta, e, por principio possível de prever e antecipar os seus padrões de busca estabelecendo, por sua vez, os critérios necessários à sua concretização.

“Pois bem, graças aos padrões de busca criamos a informação necessária para os encher, e procuramos os planos, métodos e operações necessários. Não existem projectos desligados da acção.” (Marina, 1995, p. 178)

A acção, quando inserida no conjunto de intenções projectuais desenvolvidas pelo sujeito, deixa assim de se remeter exclusivamente a um exercício redundante dirigido a um presente operativo; retira a necessidade de um agir do plano daquilo que lhe é imediato e com consequências momentâneas, e apresenta-se, desta forma, antes como uma acção totalmente provida de uma objectividade explícita. Portanto, o que acontece na realidade é que os seus projectos meta-realísticos fixam objectivos num futuro, e o

seu objetivo final é aprimorar as informações necessárias à elaboração das operações que facilitem a concretização destes. Assim sendo, os padrões de busca são o suporte, que suscita o acto de antecipação e preparação para a identificação dos elementos, que propiciem acções futuras ainda não determinadas, mas às quais estes padrões de busca conseguem dar um contexto de previsibilidade e, com isto, re-dirigem a elaboração da acção na perspectiva de se inserirem nestes.

“O projecto é uma acção prestes a ser empreendida. Uma possibilidade vislumbrada não é projecto até que se lhe dê uma ordem de marcha, ainda que diferida.” (Marina, 1995, p. 178)

O ponto crucial dessa estrutura projectual complexa é representado pelo simples facto de no sujeito existir o poder de antecipar e planear as diversas possibilidades, que suscitem o desenvolvimento da sua habilidade de perspectivar um objetivo que se situe no futuro e de manter a sua respectiva atenção fixa nesse mesmo, de uma forma assertiva e objectiva. O projecto revela-se na acção intencional, na antecipação das metas e na estipulação das linhas de orientação necessárias à sua prossecução. Contudo, é na verdade e no final a aceitação de uma visão objectiva daquilo que este deseja para si mesmo, e a acção remete-se, portanto, a esta necessidade em si implícita.

“Na origem de todos os acontecimentos projectados existe o *desejo de actuar*. Este esquema sentimental permite à pessoa inventar motivos de acção.” (Marina, 1995, p. 179)

Os esquemas sentimentais representam mais do que uma imagem simbólica das necessidades biológicas pertencentes ao próprio sujeito. São antes o centro nevrálgico da sua capacidade inata de querer criar, são os motivos que o levam delinear um futuro construído por si mesmo e, assim, tornam-se no elemento propulsor da invenção de uma atitude projectual. Ele é o meio que vincula a acção, na sua busca por motivos que o levem a agir.

“O criador inventa motivos para actuar por que sente desejo de actuar.” (Marina, 1995, p. 180)

Através da invenção dos motivos, que o movem, o sujeito reflecte a sua necessidade de agir e, mais do que isto, assume o respectivo poder da acção criadora. Isto é, o desejo de actuar é o elemento, que em si expressa o acto simbólico da descoberta do sujeito de um futuro em si mesmo desconhecido, levando a romper as amarras segundo as

quais o ambiente ata todas as restantes criaturas diferenciando-o destas. É na invenção dos meios e no desejo de os inventar, que o sujeito se concretiza na sua acção criativa e se torna realmente livre, porque deseja ser livre.

“Com efeito, o projecto é um tema mendicante habitado por uma afectividade que incita à acção. O sentimento detecta o interessante do assunto.” (Marina, 1995, p. 180)

O facto é que todo e qualquer campo de abrangência da acção do qual o sujeito dispõe se baseia na utilização das suas faculdades inatas de trabalhar a matéria, plasmando na realidade as suas intenções criadoras. E isto depende inexoravelmente da sua respectiva aceitação da influência, que os seus sentimentos detêm na integração e percepção de toda realidade e no processamento do seu respectivo interesse em relação a ele mesmo. Nesta perspectiva, a presença de esquemas sentimentais é o reflexo inerente àquilo que acontece quando o seu ser é modificado pela acção de apreender o interesse de alguma coisa. Este quadro afectivo tem que permanecer activo no sujeito, ou o seu eu criativo não permanecerá.

Por meio da acção, *realizamos* o projecto. Esta vocação de realidade distingue-o do sonho, com o qual mantém, não obstante, estreitos vínculos. Ambos são antecipações do futuro, mas no caso do sonho não há trânsito possível entre o presente e esse porvir de fábula. O sonho pode eludir todas as restrições porque não pretende realizar-se. Pelo contrário, o projecto é sempre condicionado pela realidade. (Marina, 1995, p. 183)

No acto de projectar a finalidade da acção já se encontra presente dado projectar ser estabelecer no tecido da realidade a existência de um conteúdo meta-realístico, estabelecer uma meta, um objectivo, visando, como é evidente, a estabilidade e persistência na resolução desta dualidade entre o que é interior o que é exterior. É um desafio às estruturas que compõem a realidade material, num jogo de forças em que criatividade, subjectividade, intenção, acção e porvir, que contribui para evidenciar uma presença do sujeito sob o jugo da realidade, num combate do qual decorrem o estabelecimento de futuros antecipados embrenhados em contornos meta-realísticos.

“O projecto impulsiona à acção e dirige-a, mas para discernir os movimentos adequados e para saber se alcançámos o objectivo necessitamos de um critério.” (Marina, 1995, p. 184)

O objectivo é por si mesmo a finalidade daquilo que o sujeito se propõe alcançar. É o principio orientador, que gere o projecto no estabelecimento das metas cuja realidade operativa se desconhece na totalidade. É, portanto, o elemento director através do qual todo o processo de busca é dirigido e conduzido. Neste contexto, no qual o objectivo,

que se apresenta como imiscuído de um carácter paradoxal ao sujeito, é solucionado apelando à instituição de um critério, que em oposição ao objectivo a ser depreendido lhe permita em determinada instância ou momento reconhecê-lo. O critério assume-se, assim, enquanto sistema ou padrão de comparação e de reconhecimento onde o sujeito poderá fazer corresponder nas suas ideias a sua transcendência no estabelecimento do projecto e na sua transposição para a realidade.

“Conforme o carácter do homem, assim serão os fins que escolhe. Os desejos, os sentimentos, as necessidades, tão estreitamente relacionados com o carácter, também nos proporcionam fins.” (Marina, 1995, p. 189)

O impacto, que deriva do carácter reflexo do que é ser sujeito e todas as suas subsequentes causas emergentes, é atribuído às emoções acima citadas, sejam estas refinadas ou não, independentemente de todas as suas variações de finalidade a que se proponham, realísticas ou mesmo meta-realísticas. Todas as metas dependem intrinsecamente dos sentimentos gerados por esses esquemas sentimentais, que definem o carácter subjectivo do indivíduo. É apenas e através dos sentimentos, que são dirigidos para o interior e são privados, que os fins, que são dirigidos para o exterior e são parte do mundo, iniciam o seu impacto na consciência do sujeito. Contudo, para que uma acção surta um impacto profundo e duradouro, os sentimentos exigem também da acção um reflexo seu, uma atitude consciente e criativa, transformadora das ideias proporcionadas, almejando mais da realidade, pois só com o advento do sentido do que é ser sujeito, é que os sentimentos podem tornar-se conhecidos para o indivíduo, que os percebe.

“Criação significa, antes de mais, emoção.” (Marina, 1995, p. 189)

Criar reflecte, antes de mais, a capacidade de a consciência permitir, que as emoções sejam conhecidas no decurso da sua interacção com os objectos, que compõem a matéria do mundo, promovendo, deste modo, o impacto interno dos sentimentos e permitindo, que a emoção permeie todo o processo de pensamento criativo pela sua associação a estes esquemas sentimentais. Eventualmente, a consciência permitirá, que todo e qualquer objecto venha a ser reconhecido, não enquanto objecto inerte, mas pleno de significação, recriado à imagem do seu criador, um objecto permeado por esquemas sentimentais. E ao recriá-lo reforça a capacidade do sujeito de responder criativamente e adaptativamente; sempre atento às necessidades das suas meta-realidades, que o constituem enquanto sujeito. A emoção está vocacionada então para

um melhor entendimento do mundo pela parte do indivíduo, tal como da sua respectiva consciência.

Aristóteles, que tinha posto o problema, deu-se conta de que, se só pudéssemos escolher os meios e não os fins da nossa acção, ninguém seria responsável pelos seus actos, pelo que acrescenta: «Somos de certo modo con-causa dos nossos hábitos e, por sermos como somos, propomo-nos um fim determinado.» «Se cada um é, de certa maneira, causador do seu próprio carácter, também será de certo modo causador do seu juízo» (*Et. Nic.* 1.114b).

Aristóteles compreende o labirinto de que procedem as nossas acções. Actuamos por um fim, que depende do nosso carácter, que depende dos nossos hábitos, que se formam com as nossas acções, das quais somos con-causa e que são orientadas por um fim, que depende do nosso carácter, que depende dos nossos hábitos, que se formam com as nossas acções, das quais somos con-causa, e são orientadas para um fim, que [...] (Marina, 1995, p. 189)

Os meios são a prossecução dos métodos para fazer o sujeito atingir determinado objectivo, ou meta, ao passo que o projecto é em si o propósito que incita o sujeito a empreender determinados fins propostos a uma acção dirigida e dependente do seu carácter subjectivo. É neste labirinto, que se desenvolve a acção intencional, que motiva e orienta o projecto, que o sujeito tem de procurar em si mesmo os motivos, que o instiguem a tomar decisões baseando-se na sua experiência pessoal e subjectiva, tecendo estruturas que o suportem, estipulando critérios que almejem demonstrar linhas de orientação semi-desconhecidas. É em si que existe o caminho, que o leva a ser um elemento activo e criador da sua própria realidade.

Mas para realizar a busca executa múltiplas operações de ensaio, utilizando as estruturas disponíveis, os esquemas que possui, as suas capacidades linguísticas. Existe uma colaboração entre as duas estratégias que confere ao processo criador um carácter retrogressivo. (Marina, 1995, p. 203)

Todas as acções de busca baseiam-se em estruturas pertencentes à imaginação numa colaboração interna e subjectiva. Os esquemas sentimentais, os objectivos e as metas propostas convergem no interior do sujeito estabelecendo aí critérios capazes de preencher os vazios da realidade onde a imaginação é susceptível de se exprimir através da revelação do próprio sentimento e de o conduzir tornando-o particularmente significativo.

A demonstração destas operações começa na integração de um vocabulário sentimental extremamente simples e de cariz imagético, sendo que estas operações são representadas como estratégias de categorização conceptual e, mesmo antes que o sujeito seja capaz de se aperceber do seu aparecimento, o processo criador surge-lhe como parte de uma conspiração em si intrínseca e obscura em congeminação com

os processos pertencentes à realidade criando ligações inesperadas. O sujeito apreende nesse processo de busca baseados nos seus projectos estruturas do funcionamento interno da sua mente e da unidade que existe entre as suas meta-realidades e com toda a matéria existente da realidade.

Esta formulação do problema mostra que os projectos contêm uma lista de limitações. Hoc, que estudou sistematicamente o tema, diz que a planificação é uma gestão de condições que reduzem o grau de liberdade. Ao desenhar um projecto, o arquitecto tem de submeter-se às especificações da encomenda, e também às possibilidades técnicas. É nesse campo balizado que pode jogar a sua liberdade criadora. (Marina, 1995, p. 204)

Este tipo de acontecimentos, que circunscrevem a liberdade operativa do sujeito, são, por consequência, o oposto de uma percepção pura, que visualiza a existência de possibilidades: nestes acontecimentos o que este sente é a impossibilidade nas próprias coisas. O poder que o sujeito detém sobre a estrutura das coisas, que o rodeiam e sobre si mesmo, reside no controlo das suas experiências através da criação e da gestão das suas condicionantes. Só ele é capaz de manusear as limitações, que no decorrer da sua experiência fixam o passado e por acção da sua liberdade criadora estipulam um futuro, conjugando tanto aquele possível e aquele impossível.

“Este complicado jogo de propósitos, vacuidades, certezas, preferências, cálculo e sentimento é o processo criador. Trata-se de procurar caminhos que nos conduzam a uma meta que o próprio caminho nos ajuda a definir.” (Marina, 1995, p. 215)

O processo criativo constitui-se através de operações cujo carácter introduzem uma dialéctica consubstanciada e interna baseada em objectivos, que ganham forma quando permeados de uma significação valorativa, que ajuda o sujeito a definir para si mesmo as linhas de orientação necessárias para os atingir. Num discurso, que se dirige de si para si mesmo, o sujeito estabelece e assume a existência em si de um sistema de fenómenos, factos, ideias, aspirações, intenções, que obedecendo às suas necessidades intrínsecas e desta forma dependentes de um funcionamento estável da asserção de possibilidades implícitas, vão funcionando como veículo para as respostas derivativas das solicitações e exigências, que o sujeito coloca a si mesmo enquanto indivíduo participativo num mundo a todos comum.

Todo o esforço de busca implica uma tenacidade enraçada com todas as actividades. O projecto não é apenas o final entrevisto, mas a constância mantida. A criação não é uma operação formal, mas biológica, vital, exposta a azares e acidentes e prolongada pelo anseio de uma subjectividade que quer expandir a sua liberdade, os seus domínios e a sua agilidade. (Marina, 1995, p. 217)

É na conjugação de todos os atributos, que ao sujeito são atribuídos, que as suas características biológicas se denotam. É na emergência da criatividade, que a liberdade da sua mente se torna explícita, estimulando todas as suas capacidades para um agir objectivo e intencional. A visualização da unificação destas faculdades torna-se inevitável. É de notar, que todo o seu progresso subjectivo existente coexiste obrigatoriamente na sua obra criativa e esta unidade só existe através do estabelecimento das suas metas projectuais, ou seja, das suas meta-realidades.

Já podemos inventariar as operações com que se avalia um processo criador: juízo de gosto, comparação com o projecto, incorporação do resultado no padrão de busca, percepção das possibilidades derivadas da integração. É possível que a nova informação concretize o projecto e ao mesmo tempo o transforme progressivamente. (Marina, 1995, p. 227)

O sujeito descobre as suas possibilidades de ser sujeito na realidade, o que quer dizer, que também na sua própria realidade descobre possibilidades, sendo a possibilidade mais óbvia delas todas a de poder agir livremente. Não deverá ser, por assim dizer, uma possibilidade em sentido estrito, assumida enquanto uma propriedade exclusivamente sua, mas sim antes uma possibilidade, que este tem, enquanto uma capacidade inata de a descobrir e de a realizar, como todas as restantes, mediante um projecto, que o define e o capacita ao mesmo tempo de atingir-se interiormente. O projecto incorpora os processos criadores necessários para que, com o tempo, o sujeito se transforme gradualmente e progressivamente ao longo do tempo e todo o conhecimento por ele apreendido de modo a capacitá-lo e a transfigurá-lo aumentando o leque de possibilidades observáveis pelo sujeito.

Já podemos formular as três teses deste livro: A inteligência humana é uma inteligência animal transfigurada pela liberdade. A inteligência criadora age fazendo projectos. O mais arriscado dos projectos da inteligência é criar um modelo de inteligência, ou seja, de sujeito humano, isto é, de humanidade.

A subjectividade humana, livre e criadora, contemplada como ideal, e projectada como máximo desenvolvimento da inteligência, talvez possa servir-nos como critério último do nosso comportamento, incluindo o da nossa inteligência. (Marina, 1995, p. 236)

Muitos são os dons exclusivamente humanos, contudo, um situa-se no centro de todos eles, constituindo de forma pragmática a raiz estrutural, que vincula todo o conhecimento consubstanciando a capacidade de extrair conclusões, que nos levam do que é visível, isto é, do que é imediatamente perceptível àquilo que é inteligível; o que, por sua vez, nos indicia de modo determinante a transcendência da mente através do tempo e do espaço e que levam ao reconhecimento da existência de um passado, gerando um percurso ascendente para o presente. A mensagem, que se pode retirar

destas preexistências no sujeito, é que a presença da inteligência criativa em todas as acções, que de si derivam e que o determinam, é inequívoca.

“Com base no que sou, antecipo o que quero ser e esta irrealidade, produzida em mim próprio, e ressoando dentro de mim próprio, atrai-me para ela, arrancando-me para fora de mim, ou seja, atirando-me do que sou para o estimulante vazio do que quero ser.” (Marina, 1995, p. 237)

O sujeito, quando entendido no seu sentido lato, surge sempre enquanto referência de uma estrutura convergente, que reúne, não apenas as suas capacidades inatas, mas também os seus objectivos, as suas meta-realidades, os seus projectos, mas, acima de tudo, a sua perspectiva sobre o mundo onde a sua vivência existe enraizada gerando elementos caracterizadores do sujeito criador.

Retrospectivamente, vemos que sua atenção é igualmente atraída pela sua continuidade e permanência intemporal onde os seus projectos, que emergem num momento específico, ressurgem e ecoam de uma meta-realidade para outra. Sempre antecipando aquilo que este quer ser e que deseja para si mesmo.

Quando o sujeito se transcende pelo acesso a uma nova conceptualização elaborada a partir da asserção de um novo entendimento de uma ideia derivada da intervenção tanto do mundo como do próprio sujeito, esta ideia tenta fixar uma visão transitória e efémera do que se pretende alcançar.

5.6. CRIAÇÃO ARTÍSTICA: SUJEITO E VALOR

“Há muito tempo que se sabe que a criação artística se pode considerar como a solução de um problema.” (Marina, 1995, p. 173)

A ligação, que aqui se estabelece, constitui a base para a asserção de uma preocupação individual e subjectiva, que permeia todos os aspectos da acção de cariz criativa, já que proporciona um foco, que parte da criação direccionada para as actividades de solução de problemas e inspira as subconsequentes soluções. A criação artística é doravante valiosa porque centra todo o conhecimento na demanda de novas soluções para problemas intemporais.

Ao projectar entregamos o controlo da nossa actividade a um tema indigente, dotado de atractivos que só o autor conhece, e que vai ser capaz de activar a sua conduta e de a dirigir. Certas condições e restrições contidas implícita ou explicitamente no projecto balizam o campo de actuação e excluem grandes massas de possibilidades. Por último, um critério permite-nos reconhecer se a actividade vai no bom caminho e quando é que

alcançámos a meta. Objectivo, condições e critérios são os elementos que configuram um projecto. No caso do artista o critério supremo é o seu gosto pessoal, ou seja, o sistema de preferências criado por ele, que vai dirigir os seus acontecimentos, as suas avaliações e, numa palavra, toda a sua obra. (Marina, 1995, p. 188)

Nenhuma acção criativa se ressentem com a imposição de limitações no processo criativo, que restringem o seu campo de actuação. Pelo contrário, a criatividade impõe-se de tal modo, que do processo criativo brotam possibilidades nos espaços “entre” limitações. E essas possibilidades podem tornar-se num projecto no seio do sujeito, que será tratado como meta-realidade permeada de todas as características potenciais de gerar e gerir a própria realidade.

Também o artista, que consideramos o criador por antonomásia, adopta o modelo «criador» vigente na sua época. Seja porque o aceita ou porque o rejeita, em qualquer caso depende do modelo. O poder de criar é, evidentemente, seu, mas a forma que adopta e o modo como esse se torna consciente depende em grande parte dos «papéis aprendidos». (Marina, 1995, p. 192)

A acção criativa é uma relação significativa e recíproca entre a análise do sujeito e a síntese da sociedade onde este se integra. É por meio de um processo de autoconsciência, que a liberdade criativa do sujeito se estabelece, na investigação e compreensão do que existe e do que poderá existir através da sua acção. A sociedade, então, age no sujeito enquanto processo de aprendizagem gerindo os quadros, que sintetizam e estruturam o tecido da sua realidade, reorganizando as suas partes de tal maneira, que o seu resultado se torna a expressão directa e inequívoca de um modelo, de uma meta-realidade, que transcende os limites da própria realidade, daquilo que lhe é imediatamente visível, balizando todo o seu conhecimento. É necessário entender, que todo o conhecimento, que o sujeito apreende do mundo que o envolve, só lhe é revelado através da acção, não apenas da sua, mas das acções do conjunto de sujeitos, que constituem o seu envolvente com os quais o sujeito estabelece relações de valor, que vão para lá da mera contemplação.

Como explicou Valéry: «O escritor verdadeiro é um homem que não encontra as suas palavras. Então, procura-as. E, ao procurá-las, encontra-as. Estou a trabalhar numa estrofe. Não fico satisfeito dez vezes, vinte vezes, mas de tanto voltar a ela, sem parar, familiarizo-me não com o meu texto mas com as suas *possibilidades*. Mais uma vez aparece esta palavra.» (Marina, 1995, p. 206)

Em resumo, dado o projecto ser um derivativo de todos os esquemas sentimentais, que impelem o sujeito a construir ou a criar, torna-se verosímil aceitar que o acto de projectar consista na utilização de modelos expressivos, que demonstrem o desejo de actuar, que existe e subsiste no sujeito. Qualquer circunstância, mesmo aquela mais trivial, tem o potencial de activar e de despoletar estes esquemas sentimentais inertes, mas

imanes, no sujeito, que por sua vez o levam a integrar todas estas ocorrências dentro de uma das meta-realidades narrativas do seu projecto. O sujeito, na abrangência dos seus processos de busca, procura encaixar no seu projecto qualquer tipo de referência e de informação alicerçando a sua meta-realidade. A acção criativa procura deste modo, porventura, incluir qualquer facto, que se integre dentro dos parâmetros previamente estipulados pelo critério de busca. Para o conseguir, o sujeito utiliza todas as suas operações combinatórias, extrapoladoras, inferências, imitativas. Chega mesmo a utilizar as possibilidades inerentes aos projectos a si alheios para assim construir e atingir os seus próprios objectivos, tomando-os como seus modelando-os e relacionando-os, interpolando-os, destruindo-os e reconstruindo-os.

A criação é uma liberdade que se limita a si própria. «Talvez que o mais extraordinário do trabalho artístico seja o ser um trabalho essencialmente indeterminado. É-se de tal forma livre que a parte mais laboriosa da tarefa é prescrevê-la de tal ou tal modo: criar o problema, muito mais do que resolvê-lo.» (Marina, 1995, p. 213)

A acção criativa é, por si mesma, a representação plena, que se estabelece através de uma série de combinações intermináveis, oscilando constantemente entre aquilo que é a definição de uma acção voluntária e intencional e aquela que se apresenta enquanto involuntária. A acção criativa é, por si mesma, uma acção construtiva, na qual o sujeito procura convergir, nas meta-realidades, as propriedades da própria realidade, manipulando toda a informação e os seus respectivos modelos sentimentais de forma a tornar habituais e operativos os achados, que no início eram puro acaso. O problema situa-se sempre no processo de busca, no critério depreendido, não impondo nenhuma transição entre as actividades projectuais realizadas e a composição de uma resposta operativa indeterminada dando os recursos necessários para qualquer tarefa no exercício da sua resolução.

Creio que o momento decisivo na actividade artística é a avaliação. «Criar é o processo de seleccionar gradualmente, de entre uma infinidade de possibilidades», disse Perkins. E segundo Valéry, «três quartas partes de um trabalho bem feito consistem em rejeições.» Nada disto é fácil, porque o artista conta apenas com o seu critério vivido, com o seu sistema de preferências, para seleccionar. (Marina, 1995, p. 221)

Sob a simples aparência das estruturas e dos modelos sentimentais do sujeito oculta-se, subjacente, a existência de uma constante, a existência de um critério, que vincula a ossatura rígida de um gosto pessoal, que se vai modificando consoante cada projecto e cada meta-realidade adaptando-se a cada caso concreto. A acção criativa é, portanto, a explicitação de um sistema de preferências interno e subjectivo, que resulta da elaboração de uma infinidade de escolhas. E, por poder escolher, o sujeito é o único capaz de decidir a finitude da sua própria obra. Contudo, é de notar, que as

possibilidades, que existem na obra não se esgotam. Mas a decisão do seu encerramento, por vontade própria, vincula ao espaço e ao tempo um conjunto definido de possibilidades. É no poder de escolher, que o sujeito pode deixar-se emergir e imiscuir-se através de um critério de selecção. É no seu poder de decisão e de acção, que a realidade é e pode transcender as suas características mais elementares. O sujeito tem de obrigatoriamente de escolher e de escolher acertadamente, socorrendo-se apenas da sua própria avaliação subjectiva, que funciona segundo o juízo do seu gosto.

Valéry, por exemplo, era mais céptico e considerava que as obras artísticas só terminavam por um acidente externo. Dentro de si próprias não continham nenhuma ordem de paragem. Escreveu ele: «Um poema nunca está acabado. É sempre um acidente que o termina, ou seja, que o dá ao público. É o cansaço, o pedido do editor, ou o impulso de outro poema. Mas, a menos que o autor seja tolo, o próprio estado da obra mostra que poderia ser prosseguida, modificada. No que me diz respeito, vejo claramente que o mesmo tema e quase as mesmas palavras podiam ser retomadas indefinidamente e ocupar toda uma vida.» (Marina, 1995, p. 228)

Criar é o processo interminável de selecção gradual segundo um critério, escolhendo e reconhecendo no leque de possibilidades aquelas que façam verificar a viabilidade, que estrutura toda a essência de uma atitude projectual objectiva. A rejeição assera, pelo contrário, as impossibilidades implícitas em todo o processo de decisão. Trata-se de um acto onde o sujeito aceita as limitações inerentes às impossibilidades e exprime a sua vontade de prosseguir uma acção conclusiva até ao seu término. Do sujeito e no sujeito se detém, na realidade, toda e qualquer chave, que encerre todo o processo criador. Na sua experiência subjectiva, nos seus sistemas de preferências, únicos, situa-se aquilo em que dá consistência às suas meta-realidades no exercício da sua acção criativa.

O homem é criado pela sociedade e esta marca genética permanece na estrutura dialogal da nossa consciência, como já expliquei. O artista, que é criador e também espectador do que faz, mantém essa referência mínima à comunidade, ainda que se encontre afastado de todo o contacto humano. (Marina, 1995, p. 233)

Aquilo que destaca e distingue o sujeito dos restantes pertencentes a uma dada sociedade, enquanto indivíduo participante e activo, é o seu poder criativo e subjectivo formado pelo fenómeno da autoconsciência, que gera e lhe proporciona um cariz original e único. O sujeito consciente da sua existência e dos seus traços genéticos e culturais, que o inserem numa sociedade, percorre a realidade aprofundando a sua experiência sensível e subjectiva, mas sem se afastar totalmente desta referência inicial à sua identidade colectiva da qual emerge a sua constituição individual e única numa sociedade a todos comum. Embora a sua reflexão e o seu conhecimento o possa transportar para outro nível, a relação de valor que o sujeito estabelece com a realidade

– inclusivamente a sua possibilidade de alterar a percepção que dela detinha – permanecerá para sempre mais ampla na experiência do espaço e do tempo.

“O artista tinha de reger-se por regras livres, embora não arbitrárias. Necessitava de unificar - numa síntese de complicada química - o subjectivismo da liberdade e o determinismo objectivo da natureza.” (Marina, 1995, p. 234)

É assim possível compreender como é que, em função da criatividade, o sujeito necessita de determinados instrumentos base para se tornar inteligível o seu discurso criativo para os restantes indivíduos determinando, deste modo, os seus processos meta-realísticos. É por este motivo, que este estabelece critérios e objectivos que para definirem o seu carácter subjectivo e único e subjugam-os à utilização de estratégias, que correspondam e estabeleçam um diálogo compatível com os restantes indivíduos.

5.7. O CORPO COMO PRODUTOR DE SIGNIFICADOS: SUJEITO, OBJECTO E VALOR

É na criação do objecto de arte que o sujeito se envolve de uma forma particular. O objecto imagina-se, será parte integrante da construção dessa nova meta-realidade agora imanente. Mas é na acção do olhar, das mãos, do corpo, que o artista se move e constrói. E é aqui que no sentimento surge o sentimento, que o esquema sentimental atinge a sua maturidade e orienta a criação da própria forma.

Um esquema sentimental, que é um bloco integrado de informações, avaliações estéticas, peculiaridades psicológicas, reflexões teóricas, desejos, manias, raciocínios, sonhos, e muitas outras coisas, interpreta os dados perceptivos e fá-los aparecer na consciência sentimentalizados, ou, o que é o mesmo, englobados num sentimento que inventa/descobre neles o valor correspondente. (Marina, 1995, p. 186)

Um esquema sentimental é a formulação de um conjunto de critérios operativos, que agem sobre a forma de um gigantesco bloco de informação integrada, que permite ao sujeito antever e avaliar as circunstâncias e as coisas que o circunscrevem atribuindo-lhes um valor significativo, que validam a relação das coisas consigo mesmo. O sentimento é, portanto, uma forma muito elaborada desenvolvida pelo sujeito com o propósito de se fixar em si mesmo e no que o rodeia – o que já é por si mesmo uma forma representativa de um discurso expressivo de afinidade e de afectividade. O sentimento surge assim com a capacidade de fixar o sujeito no espaço e no tempo, no passado e no futuro.

“Os sentimentos produzem recordações, além de avaliarem as já produzidas. Daí que o sistema de preferências de um artista, os seus padrões de reconhecimento e avaliação

sejam a sua grande criação que irão distingui-lo de todos os demais.” (Marina, 1995, p. 186)

O sujeito surge imerso na sua capacidade inata de reflectir e de planear. Tem assim um meio de controlar as suas emoções e de dirigir os seus sentimentos, de os preencher de significados operativos usando a sua razão e a sua criatividade. É claro, que os motores da criatividade requerem a existência de sentimentos, o que, por sua vez, significa que o sistema de preferências do sujeito assenta nos critérios deles deduzidos e acabam por construir o seu imaginário e as suas meta-realidades produzindo metas e objectivos a atingir. É do sentimento que emerge a necessidade de uma acção dirigida e motivada. É relevante a existência da influência dos sentimentos no desenvolvimento dos processos da criatividade, já que estes constroem e dão significado a qualquer imagem da realidade, seja esta percebida ou recordada já que estas são sempre acompanhadas por uma reacção qualquer do aparelho emocional de modo correspondente.

O sentimento é por si mesmo uma forma representativa de acção pela parte do sujeito na medida em que é um processo autoconsciente, uma acção da consciência sobre si mesma. É em si criatividade, acção, é tenacidade.

O homem procurou sempre com tenacidade – por vezes com desespero e às vezes sem esperança – critérios objectivos que lhe permitissem orientar os seus sentimentos, as suas ideias ou a sua acção. O seu desejo de encontrar bússolas exteriores viu-se frequentemente frustrado, porque a sua busca o conduzia, depois de uma circunvalação estéril pela realidade, até si próprio, onde só encontrava os critérios subjectivos de que pretendia escapar. (Marina, 1995, p. 230)

É interessante pensar, que mesmo um sentimento pode ser construído, que é ele próprio uma construção, que é emotividade, mas também juízo. São as partes constituintes do Eu, são as criações exemplares do Eu, são o próprio Eu. A panorâmica total da mente do sujeito não se encontra confinada aos sentimentos construídos do que está a ser percebido da realidade a si exterior, ou daquilo que é recordado relativamente ao que foi percebido. A panorâmica também o inclui, inclui o Eu.

Baptizei estes dois aspectos do Eu. A um chamei *Eu ocorrente*. É aquele que produz as ocorrências sem a minha autorização; o Eu computacional, poderíamos dizer. Ao Eu que dirige ou suscita a produção de ocorrências chamei-lhe *Eu executivo*. E como entre as operações deste último se acha a de promulgar projectos criadores, também lhe chamei *Eu criador*. E como não possui uma autoridade onipotente, mas tem de contar com os caprichos do Eu ocorrente e negociar com eles, também lhe chamei *Eu negociador*. A nossa interpretação do sujeito humano – a de cada um de nós – vai depender do que pensemos acerca destas duas personagens, que no interior de nós lutam por jogo da inteligência. (Marina, 1995, p. 242)

Os sentimentos, que constituem, deste modo, o conhecer e o sentido do Eu, não dominam os processos da criatividade, que se situam no centro da sua mente. Influenciam de forma determinante a sua mente, mas, contudo, permanecem sobretudo em segundo plano, actuando e dirigindo a sua acção de modo discreto. O acto de conhecer e o sentido do Eu agem e funcionam no sujeito de modo extremamente subtil, ligando e relacionando todos os conteúdos da sua mente e não apenas aqueles, que constituem a sua acção criativa.

Estes processos agem e ocorrem de forma paralela, gerindo os sistemas de produção de significados, que determinam por sua vez o Eu ocorrente sempre sob o jugo dos sistemas de controlo operativo que geram o Eu executivo.

“O corpo é um sistema produtor de significados” (Marina, 1995, p. 244)

O sentimento, por assim dizer, é uma resposta, que deriva em consequência de uma emoção, que no momento em que é conhecida logo se torna e se converte num dos quadros operativos constituintes da própria mente. É a resposta transitória que retorna às mãos que tocam a matéria, ao corpo que se move e age, e ao sujeito que de forma contínua permanece a reflectir sobre esse mesmo corpo, sobre si mesmo e o que significa ser ele mesmo.

Significados são o reflexo expresso de uma construção mental baseados exclusivamente naquilo que é conhecido para o sujeito, entre o sentimento de uma emoção subconsciente, que lhe transmite informação representativa dos seus estados internos, que interagem com as percepções da própria consciência, num processo recorrente que estratifica o desenvolvimento do Eu ocorrente em cada e determinado momento, não só daquilo que é nesse dado momento, mas daquilo que este foi no passado. Significado é, doravante, a associação entre identidades, que o sujeito atribui a tudo que conhece, e lhe dá a capacidade de reconhecer, de constituir padrões de busca e de estabelecer semelhanças. É no corpo que subjaz o estrato necessário à sobrevivência do sujeito, quer este tenha plena consciência deste dado, quer não tenha. É o subconsciente, que determina a existência de emoções e que estabelece um diálogo com o que é consciente por meio de sentimentos, mais ou menos explícitos, associados sempre a determinados eventos ou objectos, ao mundo.

Esta tensão dramática entre o Eu e o obscuro, entre a consciência e uma inconsciência poderosamente activa, entre o Eu ocorrente e o Eu executivo, reflecte-se também numa frase de Freud: «Trata-se de converter o Isso em Eu.» A finalidade da psicanálise é iluminar essa fonte de ocorrências. (Marina, 1995, p. 246)

O Eu ocorrente é, portanto, o conjunto pelo qual é estratificado os sistemas de produção de significados que funcionam, com uma certa autonomia, fora do controlo do Eu executivo. O que é relevante aqui reflectir é a essência do que é um Eu, primariamente porque este é o ponto de convergência onde toda e qualquer informação se aglutina e se desenvolve. O Eu é o ponto de referência onde a acção transformadora e adaptadora do sujeito se põe em acção convertendo toda a informação externa em sua. O Eu é a ligação, que se estabelece entre o subconsciente e o consciente, entre o que é conhecido e aquilo que é desconhecido, entre a realidade e as meta-realidades num diálogo contínuo e sem fim no interior do sujeito, cunhando nas suas percepções o resultado analítico das suas experiências passadas. É a tradução de um código linguístico a si exterior, que se vai convertendo em linguagem interna, exclusiva do sujeito, original em todo o sentido da palavra, dando-lhe e concedendo-lhe o seu carácter subjectivo. O sujeito é a fonte tradutora de todas as ocorrências e fenómenos, seja activo ou passivo, mas ele é sempre acção em toda a sua amplitude de existência, interna ou externamente, para si ou para o mundo.

O Eu ocorrente inclui muitos sistemas autónomos de produção de significados, alguns dos quais já estudei. A memória, por exemplo. Os sentimentos. A alegria é também um sistema produtor de significados. O mesmo acontece com a timidez, o medo, a cólera, a inveja. O carácter é um sistema estável de produzir ocorrências. Muitas vezes opõe-se à nossa vontade. Não queremos ser como somos, desejaríamos libertar-nos desse destino implacável, emboscado na nossa intimidade.

Existem outros sistemas de produção de significados mais flexíveis do que o carácter. Por exemplo, o estilo. São modelos de interpretação, de atribuição de significado e de respostas. O estilo de um escritor comanda a aparição das suas ocorrências. O estado de ânimo, o humor, as atitudes, são outros tantos organismos produtores de significados.

Todos eles funcionam fora do campo consciente. Conhecemos apenas os seus resultados. Por vezes formam figuras fechadas e completamente autónomas, que se independizam dentro da personalidade global. (Marina, 1995, p. 248)

A pluralidade de emoções e de respostas de carácter sentimental representa, no seio do sujeito, uma diversidade exemplificativa da consciência de Si e do Mundo e potencializa a criatividade no plano da acção. O plano emocional, surge assim num quadro em que a consciência se exprime e se reconhece através do próprio corpo, ou seja, o corpo é o palco representativo dos estados possíveis sentimentais. O grande teatro das emoções é o próprio corpo.

Isto merece um comentário. Vivemos todos fascinados pelas nossas próprias evidências e temos a tendência para confundir o nosso Mundo pessoal com a realidade. Cada homem apropria-se da realidade dando significado aos dados que recebe dela. Assim constitui o seu próprio Mundo, que é a representação privada que tem da realidade, e o sedimento da sua própria vida. É pela evidência, que é uma manifestação que se nos

impõe pela sua clareza ou pela sua força, que nos são dadas as coisas e os valores das coisas. Não podemos deixar de as aceitar, não podemos negar as nossas próprias evidências, sobre as quais construímos as nossas verdades mais pessoais, às quais chamei «verdades mundanais», porque pertencem ao Mundo de cada sujeito. É nelas que ele habita. (Marina, 1995, p. 258)

Sem este Mundo não é possível o sujeito adquirir qualquer existência e acesso a uma realidade; sem este não é possível a compreensão da existência de um mundo, sem o sujeito toda a realidade deixa de existir. É nele que o abstracto do mundo se expande, se transcende. É pela mão do sujeito, pela sua acção, que a realidade adquire propriedades que de outra forma seriam impossíveis de ocorrer. Pela intervenção do mundo o sujeito existe, e através deste, e da sua criatividade que o mundo se transcende a ele mesmo. O sujeito produz resultados, e é ele mesmo o resultado produzido. A sua subjectividade é parte integrante de uma diversidade ampla de resultados em si mesmos amplos, a sua personalidade a produção consciente de objectivos significantes capazes de transmitir valores transversais, o sujeito é autónomo, mas acima deste factor é um elemento constructor de uma realidade interdependente da existência de outros sujeitos, que comungam com ele os mesmos princípios e critérios de existência.

Mas a possibilidade de o mundo de transcender a ele mesmo através da presença activa da subjectividade, que suporta valores transversais universais a partir do carácter autónomo do sujeito, está vinculada pela produção do Objecto de Arte propriamente dito, concretizado por uma acção.

6. A PROPOSTA FENOMENOLÓGICA: MENTE-CORPO-MUNDO

A fenomenologia representa a união e a conciliação do sujeito consigo próprio e com aquilo que é capaz de conhecer, de interiorizar, e da sua capacidade de agir e estar no mundo de uma forma inquebrável em relação a si próprio e em relação a esse conhecimento. Este conhecimento implica então, como ponto de partida, o fenómeno da autoconsciência. Contudo, esta autoconsciência é inseparável do corpo, o qual na sua totalidade e complexidade conduz a experiência do indivíduo no mundo. Assim, o próprio mundo também é inseparável da mente e do corpo. E daqui surge tudo o que designamos por conhecimento, mas num sentido muito abrangente. Este conhecimento pode ser racional, pela acção da reflexão, ou sensível, vindo da experiência directa do mundo, a qual, é a fonte que legitima tudo o que conhecimento e as suas manifestações.

É a perspectiva do meu corpo quem sustenta aqui e garante a explicação perceptiva e, longe de ser, ela própria, conhecimento das relações intramundanas ou intersubjectivas entre o meu corpo e as coisas exteriores, está pressuposta em toda a noção de objecto, sendo ela que realiza a abertura primeira para o mundo: a minha convicção de ver a própria coisa não resulta da exploração perceptiva, não é uma palavra para designar a visão “próxima”, do “melhor” ponto de observação da “própria coisa”. Tendo, pois, aprendido pela experiência perceptiva o que é “ver bem” a coisa, e que é preciso e possível, para o conseguirmos, dela nos aproximarmos, sendo os novos dados assim adquiridos determinações da própria coisa, transportamos para o interior essa certeza, recorremos à ficção de um “homenzinho dentro do homem”, e assim chegamos a pensar que reflectir sobre a percepção é, permanecendo a coisa percebida e a percepção o que eram, desvendar o verdadeiro sujeito que as habita e que sempre as habitou. Na realidade, eu deveria dizer que havia uma coisa percebida e uma abertura para essa coisa que a reflexão neutralizou, transformou em percepção-reflexiva e em coisa-percebida-numa-percepção-reflexiva, e que o funcionamento reflectido, como o do corpo explorador, usa de poderes obscuros para mim, trespassa o ciclo de duração que separa a percepção bruta do exame reflexionante e só mantém durante esse tempo a permanência do percebido e da percepção sob o olhar do espírito porque a minha inspecção mental e as minhas atitudes de espírito prolongam o “eu posso” da minha exploração sensorial e corporal. (Merleau-Ponty, 2003, p. 46)

Parece então ser, que é esta actividade onde as minhas atitudes prolongam o meu eu e a minha actividade, que é o fenómeno que enraíza a minha apropriação do mundo, que também é uma apropriação de mim próprio dado a autoconsciência se estar a revelar neste processo e é aqui que eu me sinto capaz de habitar o mundo para além do meu corpo num sentido restrito. E é aqui, que surge a génese da criação arquitectónica. É daqui, que surge o habitar e o objecto que eu vou habitar. Dir-se-á, que é aqui, que Merleau-Ponty e Heidegger se encontram.

Habitar e conhecer são inseparáveis, já é com uma apropriação da coisa através dum conhecimento efectivo, que eu falo num habitar. É por esta via, que se pode afirmar,

que só é possível habitar o que nos é conhecido. As meta-realidades constituídas no sujeito e por si mesmo construídas e edificadas, tem aquele, o habitar, como meta. Mas, contudo, nem todas as suas meta-realidades são passíveis de vir a constituir um habitar, de se tornarem numa realidade material no sentido de um habitar, mas isto não impedirá a sua actividade no sentido de aprender o próprio sentido de um habitar, o qual contempla sempre uma vertente espiritual e uma vertente material, contudo intrincadamente fundidas no sentido existencial do sujeito.

O habitar surge, assim, como a manifestação, que estabelece o relacionamento e a prossecução entre o conhecimento empírico e as meta-realidades, que se desenvolvem no seio do sujeito e sedimenta a realidade enquanto realidade. Daqui surgem, também, no plano da consciência, os objectivos necessários para a apropriação e transformação desta realidade, onde ele eventualmente impõe o seu acto de estar através da sua acção criadora única. E por esse mesmo motivo, é verdadeiro assumir, que a construção de meta-realidades é no sujeito, em si mesmo, um habitar, um modo único e seu de se apropriar da realidade. Habitar é, em si, já um criar, pela própria actividade do sujeito no mundo. Então, a arquitectura será um aferir e um gerir do desenvolvimento estético da actividade do sujeito no mundo.

O habitar traduz-se, assim, na projecção da identidade subjectiva do sujeito mesclando a sua presença no mundo. Mente-corpo-mundo asseguram uma apropriação da realidade, que já é uma verdadeira operação de conhecimento e um juízo do sujeito sobre si e sobre o mundo, que unem um conhecimento empírico da vivência do espaço-tempo a um outro qualquer conhecimento, que lhe seja subsequente, assim, como qualquer forma de revelação de uma acção, nomeadamente a acção criativa no plano estético.

E não é possível para o indivíduo pertencer a uma realidade sem ter construído *mentalmente-materialmente* aí a sua presença. O juízo fundamenta-se na experiência, na percepção, e fundamenta-as também, e elucida a realidade que é, em si, também uma criação, contudo alicerça-as na mente e na matéria, ou seja, é uma manifestação da mente-corpo-mundo num instante e, ela própria é dada à consciência sob a condição de ser transformada e, por isso, a meta-realidade se fundamenta na mente-corpo-mundo.

O habitar revela-se assim pela integração dos processos criativos, que um dado sujeito exerce no decurso da sua acção sobre o mundo, as suas necessidades e as suas meta-realidades desenvolvem na experiência de apropriação do mundo, o qual é moldado por

esse acto de habitar. E é moldado tanto no plano material como no plano metafísico onde o sujeito é selectivo perante uma infinidade de possibilidades que existem *a priori*.

As meta-realidades do sujeito são reflexo imediato da sua respectiva interpretação subjectiva, ou seja, é um juízo que as constrói. E assim tornam-se activas no seio do sujeito. Na verdade, elas já são o sujeito porque advêm da experiência mente-corpo-mundo. Daqui decorre, que o sujeito é, não só capaz de exprimir o que conhece, mas também consegue projectar sistematicamente uma dada realidade para um futuro e imaginar uma outra. O homem é a medida que habita e que define a realidade do seu habitar. O simples aparecimento de uma nova construção implica uma projecção no espaço e no tempo. O sujeito percebe intuitivamente, que o construído tem a capacidade de prevalecer no espaço e no tempo até que um fenómeno natural ou um acto humano o destrua.

Ou seja, pela sua natureza, a arquitectura, o edifício, é edificador da meta-realidade. E o facto de emanar da mente-corpo-mundo através da acção implica, que o sujeito constrói e constrói-se nessa e através dela, e a essa construção, nesta nova base fenomenológica, pode levar-nos a afirmar, que a meta-realidade é um fenómeno da mente-corpo-mundo profundamente enraizado num processo criativo.

O sujeito constrói-se segundo a medida daquilo que este é capaz de habitar, segundo as suas meta-realidades, é através do seu processo de autoconsciência que os seus objectivos e critérios numa dada realidade são estipulados, de modo, a criar novas potencialidades e possibilidades no seu enquadramento nessa mesma realidade, nesse mesmo seu habitar. Portanto o sujeito constrói-se, construindo as suas meta-realidades, objectivando e delineando um futuro para si na medida em que este seja capaz de suprimir as suas necessidades com uma intencionalidade criativa que define por sua vez a subjectividade do seu habitar.

A existência da meta-realidade enquanto construção imagística, que será sempre importante enfatizar, não nos deverá levar, porém, ao afastamento da essência da mente-corpo-mundo numa experiência obsessiva do aqui e do agora. A revelação do sujeito é complexa e não é nenhuma espécie de fenómeno “puro” como definido por uma epistemologia. Norberg-Schulz afirma que,

“Life, then, is understood as a series of relationships, and existence is seen as a way of openly mirroring oneself in an array of different ways of being. Thus man stops being an

observer and becomes a participant, and the world is presented as a whole.”⁸ (Norberg-Schulz, 2000, p. 10)

É esta actividade, que transforma o observador em participante, que cria a acção e a criatividade. A própria meta-realidade é, em si, uma invenção criativa, que re-localiza o sujeito no espaço e no tempo. No mínimo, inventa-lhe um futuro, que é intencional. E o projecto de arquitectura é um futuro inventado, que aguarda a sua materialização.

Este ser participante revela-se por uma presença, mas esta presença não é uma qualquer experiência nem tão pouco a intencionalidade o é. A presença-intenção é dominada por uma função, que não é um fenómeno simples, nem interessa simplificá-lo. Afirmo Norberg-Schulz que,

Once we conceive of human life as "presence," then the functional, too, takes on a new authority. Functions are no longer merely adjuncts to quantitative needs that are satisfied through material resources; instead, they consist of a respectful use, in which each and every action forms part of the entire context.⁹ (Norberg-Schulz, 2000, p. 10)

E é por este motivo que a actividade estética da arquitectura é profundamente envolvente e é difícil criá-la. No acto criativo, pode-se dizer, o arquitecto resume uma experiência de si e do mundo e projecta-a num novo objecto, a sua criação pessoal e transmite os seus valores para um futuro. Esse projecto e a subsequente construção é, em última instância, uma imagem, mas não é uma imagem simples. Como continua Norberg-Schulz,

As I have already stated, this happens in works of art, and more specifically in the configuration of the image. First and foremost, it will be necessary to emphasize that an image is neither a sign nor a symbol, even though an image can contain both signs and symbols. While a sign has an indicative function, and a symbol functions through substitution, an image is something that is both new and rather peculiar. It represents nothing other than itself, but, as Gadamer nicely puts it, it assembles a world and thus goes beyond its component elements. This is all the more true of an architectural image, which is the corporeal expression of presence, an *imago mundi*. Precisely because architecture mirrors the whole of a presence, it has been called the "mother of all arts." It is typically intersubjective, in a more satisfactory manner than any other art, and it is directed toward a commitment to provide mankind with a solid rooting in space and time. Given, however, that life is movement and tends to elude all roots, what we are dealing

⁸ “A vida é, então, entendida como uma série de relações e a existência é vista como um meio aberto de nos espelhar em um arranjo de diferentes formas de ser. Assim, o Homem deixa de ser um observador e torna-se participante e o mundo apresenta-se como um todo.” (Tradução nossa).

⁹ “Desde o momento em que concebemos a vida humana como “presença”, então, o funcional também adquire uma nova autoridade. As funções deixam de ser meramente adjuvantes a necessidades quantitativas, que são satisfeitas através de recursos materiais. Em vez disto, as funções consistem em usos respeitáveis, nos quais, cada uma e toda a acção forma parte de todo o contexto.” (Tradução nossa).

with here is not a fixed and concrete support, but rather a structure-qua-place that "opens" a world.¹⁰ (Norberg-Schulz, 2000, p. 10)

It is precisely the unfinished quality of the work that activates the spectator, projecting the image of the world as a synthesis of "constant and change." It is therefore of enormous importance that a place should preserve its identity during any change whatsoever, which is also the case for everything that exists¹¹. (Norberg-Schulz, 2000, p. 11)

Uma nova *imago mundi* é, então, o grande desafio da arquitectura, da criatividade, da actividade do sujeito. Esta última e decisiva criação incorpora "imagens inacabadas", que não são, na sua essência imperfeições porque essas "imperfeições" são matéria prima dessa *imago mundi*, que tem de deixar aberto um amplo caminho para as novas criações, para o futuro pleno do sujeito. E, assim, a arquitectura, produto dessa última e decisiva capacidade de criar, sedimenta o sujeito no espaço e no tempo, uma mente-corpo-mundo num passado-presente-futuro.

¹⁰ "Como já afirmei, isto ocorre nas obras de arte, mais especificamente na configuração da imagem. Primeiro e acima de tudo, será necessário enfatizar que a imagem não é nem um sinal, nem um símbolo, apesar de uma imagem poder ambos, signos e símbolos. Enquanto um signo tem uma função indicativa e um símbolo funciona por meio de substituição, uma imagem é sempre algo que é nova e, de certo modo, peculiar. Ela não representa nada mais que si mesma, mas, como Gadamer muito bem afirma, ela monta o mundo e assim vai para além dos seus elementos constituintes. Isto é ainda mais verdade numa imagem arquitectónica, que é a expressão corpórea da presença, uma *imago mundi*. Precisamente, porque a arquitectura espelha a totalidade da presença, é chamada a "mãe de todas as artes". É tipicamente intersubjectiva, de uma forma mais satisfatória, que as outras artes, e é direccionada para um compromisso, para proporcionar ao ser humano raízes sólidas no espaço e no tempo. Considerando, contudo, que a vida é movimento e que tende a iludir todas as raízes, o que estamos aqui a lidar não é com um suporte concreto e fixo, mas com uma estrutura-*enquanto*-lugar que "abre" um mundo." (Tradução nossa).

¹¹ "É precisamente a qualidade inacabada da obra que activa o espectador, projectando a imagem do mundo como a síntese de "permanência e mudança". É, portanto, de enorme importância que um lugar deva preservar a sua identidade durante qualquer que seja a mudança, que é também o caso para tudo o que existe." (Tradução nossa).

7. CONCLUSÃO

A arquitectura não é abstracta, é sempre obra de alguém para outro alguém. É obra de um sujeito para outro sujeito, para uma comunidade onde o arquitecto também vive; o arquitecto pode viver a sua arquitectura num plano do já construído. E o arquitecto é sujeito no mundo.

A relação dinâmica e constituinte do sujeito no mundo, a sua percepção e interpretação tanto de si mesmo e do mundo é fundamental para a asserção e compreensão de toda a experiência que possa ser associada com a arquitectura e o desenvolvimento de qualquer obra de arte. É aqui que se desenvolve a matéria prima da criação.

O sujeito existe num corpo enquanto objecto pertencente a um espaço e a um tempo específicos. E esse mesmo corpo é um espaço dentro do espaço, matéria coexistente com a matéria do mundo. A mente sente-se e sente através do corpo e, assim, da matéria. E é com a matéria, que o sujeito cria.

A materialidade do corpo também define o corpo como instrumento acumulador de experiências. E a mente constitui-se dirigindo o seu conhecimento para o conhecimento de alguma coisa, que já engloba a si ao sujeito-corpo. O sujeito está sempre inserido na constituição do seu próprio corpo, delimitado por este, mas não limitado nas suas potencialidades e possibilidades quando abrangida pela sua acção criadora. O sujeito está no mundo e a sua capacidade para inventar e construir meta-realidades está para além desse mundo já vivido.

O corpo é, de facto, constituído pela mesma matéria que abrange toda o mundo que o envolve, e de onde ele extrai a sua realidade. O corpo é feito da mesma matéria que constitui o universo e, contudo, o corpo é uma estrutura altamente organizada capaz de se transcender a si mesmo e recriar a própria imagem do mundo. O corpo fornece à mente um conjunto efectivo de instrumentos perceptivos sem os quais a mente não vive num corpo, que não pode viver sem a mente.

Neste sentido, a consciência transcende a totalidade do universo, nas suas meta-realidades estrutura novas estruturas, novas realidades, ele é a imagem do que é possível. É neste contexto, que se insere a arquitectura, não enquanto apenas matéria entre a matéria, mas sim, enquanto elemento capaz de introduzir no mundo a ideia de fixação de um habitar, de uma transcendência da matéria, capaz de albergar e transmitir significações estéticas capazes de atingir transversalmente todos os indivíduos.

O indivíduo é activo na constituição da sua identidade absoluta e inter-subjectiva, mas também na construção da identidade do mundo em si, já que é neste que a sua acção criativa se insere. A consciência, que deste emana, é o momento chave, que define todo o seu mundo envolvente, já que este é o elemento potencializador, que conjuga todo o conceito de mente-corpo-mundo criando e gerando as imagens necessárias, que revolucionam o seu próprio conhecimento daquilo que conhece e daquilo que desconhece. A sua consciência existe de si em relação ao mundo e vice-versa, num ciclo contínuo, perpetuado na sua ambição de poder albergar em si a existência de tudo o que o rodeia, de poder plasmar a sua identidade objectiva no mundo, cunhando-o de uma significação própria e a si exclusiva, mas que, contudo, é capaz de o transcender a ele mesmo enquanto indivíduo.

Falar de arquitectura é, antes de mais, falar de habitar e o habitar, por si só, já é uma fonte rica de experiências e de conhecimento, que serve para reflectir sobre a capacidade criativa do ser humano, que nos leva a explorar o que ele é e o que é a sua actividade no mundo. A arquitectura é uma revelação superior, que desafia o homem e a sua criatividade, a sua capacidade de habitar, de transformar o mundo para nele desenvolver o seu habitar. E aqui a arquitectura surge nesse momento do indivíduo se transcende a ele mesmo enquanto indivíduo no pleno exercício da sua liberdade.

Libertar-se significa propriamente resguardar. Resguardar não é simplesmente não fazer nada com aquilo que se resguarda. Resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra libertar. (Heidegger, 2002, p. 129)

E só se pode falar de um habitar em plenitude quando ele é produto de um criar em plenitude que una a mente, o corpo e o mundo. E é neste sentido, que temos traçado um percurso para obras supremas, que maximizam uma actividade estética num criar arte, num criar arquitectura.

“Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude.” (Heidegger, 2002, p. 129)

Mas a capacidade de criar é, só por si, muito extensa. Isto acontece porque o sujeito cria e cria-se num ciclo sem fim. Portanto, a arquitectura é criada e recria o homem, como seu próprio criador quando também ele a vai habitar. A arquitectura orienta a experiência do indivíduo, mas não a limita. Norberg-Schulz fala de uma realidade

inacabada, de objectos inacabados, mas que, olhando de perto, são o fundamento necessário para a formulação de novas experiências e potencializam novas criações, novos actos de criar.

A meta-realidade é uma criação e, simultaneamente, acto criativo activo, permanente, que se renova a cada instante. Imaginar a arquitectura através de um projecto é iniciar um percurso, que é estruturado numa meta-realidade que, assim, apresenta uma dinâmica entre o acabado-inacabado. Está e encontra-se dirigida para o futuro e para a actividade criativa que é determinada através da acção.

Entende-se, que o Homem gosta de construir e quer que a sua construção seja apreciada esteticamente. Assim, cria arquitectura. O abrigo. O edifício. Portanto o Homem habita o mundo e tudo o que constrói. E é aí que a imaginação constrói e a própria criatividade é inventada.

É relevante conhecer o modo do sujeito ser sujeito. Mais do que isso, é importante conhecer o modo como o sujeito por meio da acção criadora reformula o seu modo intrínseco de ser sujeito. Este existe e coexiste pertencente a uma Realidade, a uma Natureza, delimitada num Espaço-Tempo específico e aqui constrói o seu habitar.

Esta Realidade construída é profunda. É o ponto de partida necessário e segundo o qual o sujeito se desenvolve através da elaboração de objectivos, que não são pré-determinados, ou mesmo limitados aos seus estímulos primitivos. Mas isto não quer dizer, que sejam emanentes em termos de uma necessidade, por exemplo, a busca de um abrigo, a invenção de um abrigo, um imaginar e um construir. Está-se a dizer que, o estímulo primitivo, no sentido da invenção de um abrigo, existe no sentido de uma necessidade, mas não se confina a ela, transcende-a e daí a *imago mundi* que nos fala Norberg-Schulz ser densa e abarcar a actividade humana como uma totalidade.

Este, o sujeito, abre-se e expõe-se às possibilidades inerentes, às coisas que o envolvem, já que a teia de relações, que este pode estabelecer é permeável à sua acção criadora e transformadora. E, portanto, a matéria torna-se assim tangível e a sua realidade operativa mutável. Esta adapta-se ao sujeito. O habitar vincula as necessidades do sujeito ao lugar e, por essa mesma necessidade de habitar, este expande o seu domínio e, através da acção criadora, define a sua liberdade subjectiva: É aí o lugar da Arquitectura onde o Homem habita a sua própria Natureza.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rui Manuel Reis (2009) - O sensível e o inteligível: o projecto e a arquitectura: o caso Steven Holl. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento

BENCHECI, Natalia (2012) - Da experiência estética ao processo criativo na arquitectura. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Mestrado

BRONOWSKI, Jacob (1973) - The ascent of man. Toronto : Little Brown & Company. ISBN 031-610-930-4

BRONOWSKI, Jacob (1977) - Sense of the future. Cambridge : The MIT Press. ISBN 026-202-128-5

DAMÁSIO, António R. (1994) - O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. 12.ª ed. Mem Martins : Europa-América. ISBN 972-103-944-6

DAMÁSIO, António R. (2000) - O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência. 6.ª ed. Mem Martins : Europa-América. ISBN 972-104-757-0.

FERREIRA, Maria de Fátima Lino (2013) - O ser, o tempo e a arquitectura: uma interpretação das formas. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento.

HEIDEGGER, Martin (2001) - Ensaio e conferências. 2.ª ed. Rio de Janeiro : Vozes. ISBN 85-326-2638-6

MARINA, José Antonio (1995) - Teoria da inteligência criadora. Trad. F. Moutinho. Lisboa : Caminho.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1997) - O olho e o espírito. 2.ª ed. Trad. L. Bernardo. Lisboa : Vega. ISBN 972-699-352-0

MERLEAU-PONTY, Maurice (2003) - O visível e o invisível. 4.ª ed. Trad. J. Gianotti, A. d'Oliveira. São Paulo : Perspectiva.

MERLEAU-PONTY, Maurice (2009) - Elogio da filosofia. Lisboa : Guimarães Editores.

NORBERG-SCHULZ, Christian (2000) - Architecture: Presence, Language, Place. Milão : Skira. ISBN 88-8118-700-0

RODRIGUES, Maria João Madeira (2002) - Arquitectura. 1.^a ed. Lisboa : Quimera. ISBN 972-589-074-4

RUSSEL, Bertrand (1998) - On Denoting, in Philosophy of Language: The Big Questions. Massachusetts : Blackwell Publishers.

BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François (2010) - Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos. Um léxico. Lisboa : Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1670-2.

BALMOND, Cecil (2005) - Serpentine gallery pavilion 2005: Álvaro Siza and Eduardo Souto de Moura. Londres : Trolley Books. ISBN 1-905190-03-4

BENEVOLO, Leonardo (1999) - História de la arquitectura moderna. 8.^a edição revista e ampliada. Barcelona : Editorial Gustavo Gili.

CALVINO, Ítalo (2006) - As cidades invisíveis. 12.^a edição. Lisboa : Editorial Teorema. ISBN 972-695-374-X

CARAÇA, Bento de Jesus (2012) - Conceitos fundamentais da matemática. 8.^a edição. Lisboa : Gradiva. ISBN 978-972-662-616-9

HALL, Edward (1986) - A dimensão oculta. Lisboa : Relógio D'Água.

HILDEBRAND, Grant (1999) - Origins of architectural pleasure. Londres : University of California Press. ISBN 0-520-21505-2

KOSTOF, Spiro (2000) - The architect: chapters in the history of the profession. Londres : University of California Press. ISBN 0-520-22604-6

LEACH, Neil (2004) - Rethinking architecture. A reader in cultural theory. Nova Iorque : Routledge. ISBN 0-415-12850-0

LYNCH, Kevin (2011) - A imagem da cidade. Lisboa : Edições 70. ISBN 978-972-44-1411-9

LYNCH, Kevin (2012) - A boa forma da cidade. Lisboa : Edições 70. ISBN 978-972-44-1330-3

SANTOS, Marcelino (2001) - The architectural object as aesthetic object: Alvar Aalto's House of Culture. Tese de Doutoramento. Tampere : TTKK-PAINO.